

GEOPOLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Agendas de Segurança e Defesa

VINICIUS MODOLO TEIXEIRA
ANGELITA MATOS SOUZA
ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizadores)

2022

GEOPOLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Agendas de Segurança e Defesa

GEOPOLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Agendas de Segurança e Defesa

VINICIUS MODOLO TEIXEIRA
ANGELITA MATOS SOUZA
ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizadores)

BOA VISTA/RR
2022

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Maria Sharlynay Marques Ramos

Capa
Abinadabe Pascoal dos Santos
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Rita de Cássia de Oliveira Ferreira

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Te1 TEIXEIRA, Vinicius Modolo; SOUZA, Angelita Matos; SENHORAS, Elói Martins (organizadores).

Geopolítica e Relações Internacionais: Agendas de Segurança e Defesa. Boa Vista: Editora IOLE, 2022, 199 p.

Série: Geografia. Organizador: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-996306-4-4
https://doi.org/10.5281/zenodo.5830042

1 - Defesa. 2 - Geopolítica. 3 - Relações Internacionais. 4 - Segurança Internacional.
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Geografia. IV - Série

CDD – 320.12

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadaspara um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *práxis* em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2022

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 09

CAPÍTULO 1 |
Geopolítica Aeroespacial 13

CAPÍTULO 2 |
A Guerra Civil Síria: Uma Análise das Relações entre o Conflito Armado e o Domínio Territorial 47

CAPÍTULO 3 |
O Dragão Benevolente: A Cooperação como Código Geopolítico Chinês na Ásia Central 79

CAPÍTULO 4 |
Geopolítica na Fronteira entre Brasil e Venezuela: Presença Russa como Fator de Desequilíbrio 109

CAPÍTULO 5 |
Equilíbrio Estratégico Sul-Americano e
o Pensamento Geopolítico no Brasil e na Argentina (1900-1950) 129

CAPÍTULO 6 |
Sputnik V, a Corrida Imunológica e a
Geopolítica Russa Frente à COVID-19 (2020-2021) 155

SOBRE OS AUTORES | 189

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Os convergentes modos de se explorar a realidade quando apreendidos por divergentes epistemes existentes entre os estudos Geopolíticos e de Relações Internacionais oportunizam um momento ímpar para o desenvolvimento de diferenciadas análises e interpretações sobre os fenômenos, sendo este o ponto de partida do presente livro aos focar temas contemporâneos.

Partindo da centralidade que os campos de poder geopolíticos e das dinâmicas internacionais possuem na realidade empírica das relações humanas e das nações, o presente livro, "Geopolítica e Relações Internacionais: Agendas de Segurança e Defesa", esta obra apresenta um conjunto de reflexões produzidas por um seleto grupo de pesquisadores brasileiros.

Estruturado em seis capítulos, este livro tem o objetivo de discutir e analisar um conjunto de estudos geopolíticos sobre Segurança Internacional e Defesa Nacional, tomando como referência uma visão maximalista que aborda desde temas clássicos de *hard power*, alicerçadas no pensamento estratégico e militar, até discussões de *soft power* ligadas a questões ambientais e sanitárias.

As discussões apresentadas ao longo desta obra foram construídas por um conjunto de profissionais, oriundos de diferentes estados e de todas as macrorregiões brasileiras, os quais colaboram direta e indiretamente para a construção de uma multidisciplinar leitura dos fenômenos com base em contribuições dos campos epistemológicos da Geografia e das Relações Internacionais.

A proposta implícita nesta obra tem no paradigma eclético o fundamento para a valorização da pluralidade teórica e metodológica, o que repercutiu em uma rica oportunidade para o compartilhamento de experiências entre pesquisadores de diferentes

matrizes e de novos olhares sobre agendas geopolíticas e temáticas ligadas à Segurança Internacional e Defesa Nacional.

Houve uma clara preocupação dos autores envolvidos nesta obra para combinar o rigor científico dos procedimentos metodológicos de levantamento e análise de dados com uma abordagem didática na escrita, possibilitando a transmissão de um conjunto de informações e a formação de novos conhecimentos ao leitor, mas sem incorrer em tecnicismos ou em prolexia.

Com base nas discussões e resultados obtidos nesta obra, uma rica leitura é propiciada a um público amplo, atendendo às demandas, tanto de uma linguagem simplificada e assertiva para leigos, quanto de uma instigante pesquisa para acadêmicos e especialistas nos campos da Geografia e das Relações Internacionais, ao combinar abordagens teóricas com análises empíricas sobre a complexa realidade contemporânea.

Ótima leitura!

Vinicius Modolo Teixeira

Angelita Matos Souza

Elói Martins Senhoras

(organizadores)

CAPÍTULO 1

Geopolítica Aeroespacial

GEOPOLÍTICA AEROESPACIAL

Carlos Eduardo Valle Rosa

Ainda na Antiguidade, houve uma preocupação entre os primeiros geógrafos com a ampliação do campo de estudos para além de uma corografia da superfície terrestre. Tanto a atmosfera como o espaço exterior receberam a atenção dos estudiosos do mundo grego. Aristóteles, na obra intitulada *Meteorologica*, descreveu zonas climáticas e "desenvolveu um modelo primitivo do fluxo de ventos em todo o mundo conhecido" (BONNETT, 2008, p. 48). Ptolomeu empreendeu um estudo astronômico em *Almagesto*, no qual tratou da esfericidade da Terra e observou o movimento dos planetas, cuja contribuição extrapolou a geografia da superfície, transformando-se naquilo que seria, por muito tempo, a compreensão científica do Cosmos, baseada num modelo geocêntrico do Universo. Cavalcanti e Viadana (2010, p. 29) apontam as contribuições de Tales de Mileto, Pitágoras de Samos, Aristóteles e Erastóstenes de Cirene, este último responsável por "calcular a distância da Terra ao Sol, catalogar 675 estrelas, medir o raio da Terra e o seu perímetro de circunferência máxima".

Tal tendência prosseguiu no intervalo dos séculos XVIII e XIX, com importantes nomes fundadores da Geografia Moderna, tais como Alexander von Humboldt, que na "obra Cosmos descreveu sua grande visão sobre o Universo" (HUGGET; ROBINSON, 1996, p. 2); Carl Ritter, que não se limitava à "descrição ou inventário dos objetos na superfície terrestre" (KITCHIN; THRIFT, 2009, p. 413); e do filósofo Immanuel Kant (HOLT-JENSEN, 2009). Mais recentemente, autores adentraram nessa discussão sobre a amplitude do objeto da Geografia, como Richard Hartshorne (1959), Denis Cosgrove (1994), Peter Adey (2008; 2010), Stuart Elden (2013b),

David Pascoe (2001) ou Fraser MacDonald (2007). Mesmo em Milton Santos, um dos mais proeminentes autores da Geografia Humana brasileira e mundial, podemos identificar algumas alusões a essa problemática, em especial quando trata de "zona pioneira" e de "totalidade" (2014, p. 102-113), ao perceber que a Terra poderia chegar a uma "situação-limite" (1997, p. 44), ou quando discorre sobre o meio técnico-científico-informacional (2014, p. 238). Nesse último caso, a teorização poderia ser percebida na tecnologia aeroespacial (aviões e satélites), onde a paisagem se torna científica ou técnica.

O que pretendemos aqui nada mais é do que atualizar essa longa tradição intelectual de buscar compreender um determinado ambiente sob o ponto de vista geopolítico. Quando utilizamos o termo aeroespacial, voltamos a atenção para um espaço geográfico definido pela conjugação entre o espaço aéreo (ou atmosfera terrestre) e o espaço exterior. Mais do que perceber essa terceira dimensão do ponto de vista fisiográfico, preocupação que tem motivado a geografia e a astronomia desde os gregos antigos, o propósito do capítulo é observar o contexto geopolítico presente e futuro para esse espaço geográfico.

Na verdade, desde a primeira ascensão de um balão no campo de batalha durante as Guerras Revolucionárias Francesas, por volta de 1793, os homens tomaram consciência da importância geopolítica da terceira dimensão. Stephen Budiansky (2004) descreveu que o oficial subalterno a bordo de um balão adquiria uma compreensão mais ampla da posição geográfica e da disposição das tropas adversárias, bem como da eficácia dos tiros de artilharia, tornando-o frequentemente mais capaz de dirigir e organizar taticamente o movimento das tropas do que o próprio general comandante.

A perspectiva de cima foi ampliada quando aviadores pioneiros como Alberto Santos Dumont, em 23 de outubro de 1906, no Campo de *Bagatelle*, nos arredores de Paris, voou, pela primeira

vez, "um minúsculo avião autopropelido, à vista de cerca de mil espectadores" (INCAER, 1988, p. 325). O avião não apenas ampliou o alcance da visão no campo de batalha, indo ainda mais fundo no território inimigo, mas também pôde registrar essa visão por meio de fotografias, dando um novo significado à inteligência militar. O Milagre do Marne, em setembro de 1914, assinalou uma clara vitória da Entente após as fotos tiradas pelo piloto francês Louis Breguet, que identificaram o movimento tático do exército alemão em direção a Paris (BUDIANSKY, 2004).

Em 4 de outubro de 1957, a espaçonave soviética *Sputnik-1* abriu a possibilidade de alcançar um novo patamar na perspectiva de cima, o espaço exterior. O cosmonauta Yuri Gagarin, em 1961 , foi o primeiro homem a ver a Terra do espaço, e contemplou nosso planeta como "belo, com nuvens e água, uma superfície colorida e a escuridão além", chegando a afirmar que "a Terra é azul!".

Do ponto de vista histórico e geopolítico, esse continuum formado pelo espaço aéreo e pelo espaço exterior, ou simplesmente o ambiente aeroespacial, permite que se expresse uma nova forma de poder nacional. Esse poder aeroespacial contemplaria não apenas a faceta militar do poder, mas uma gama mais ampla de elementos, como o sistema de transporte aéreo e espacial com suas redes infraestruturais, a aviação civil, a indústria aeroespacial, entre outros.

Para dar clareza científica ao tema, decorre a hipótese de estudo que versa sobre a existência, nesse ambiente aeroespacial, de uma materialidade na forma de uma estrutura; da continuidade entre o segmento da atmosfera terrestre e o espaço exterior; e que variáveis como economia e tecnologia permitem dar sentido concreto ao objeto de estudo. O objetivo é caracterizar geograficamente o objeto, com o suporte de categorias de análise geográfica: fixo, fluxo, fenômenos naturais, forma, processo, função e estrutura. Esse método de caracterização do ambiente aeroespacial por meio de

categorias, justifica-se pela apropriação de conceitos clássicos na ciência geográfica e pela ausência de abordagem integrada do objeto, evidenciada na revisão da literatura. Na investigação, procura-se, no ambiente aeroespacial, sua materialidade, não somente biológica ou física, mas relacional; para o sentido de continuidade revelada na integração funcional desse ambiente, mormente face à capacidade tecnológica e para as questões econômicas que marcam esse campo de estudos.

A partir dessas considerações iniciais, o capítulo introduz um tema ainda pouco explorado nas áreas da geografia política e da geopolítica, sobretudo no Brasil. Trata-se de caracterizar o ambiente aeroespacial e de geopolitizar esse ambiente, de forma a se constituir uma geopolítica aeroespacial. Para tanto, o texto está organizado em dois segmentos. O primeiro, busca caracterizar geograficamente o ambiente aeroespacial, com o suporte de categorias analíticas da Geografia. O segundo, em torno da análise de cinco variáveis que contextualizam a Geopolítica Aeroespacial: a geográfica, a política, a econômica, a tecnológica e a ideológica. O capítulo, com seu propósito sintético, lidará apenas com alguns aspectos dessas variáveis que, com certeza, não seriam as únicas passíveis de se analisar. Contudo, da forma com serão apresentadas, essas variáveis permitirão estabelecer um panorama para a compreensão do que queremos dizer com essa nova forma de lidar com a geopolítica na dimensão aeroespacial.

AMBIENTE AEROESPACIAL – CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Este segmento apresenta a forma pela qual o estudo desenvolve-se em termos de métodos e materiais. A ideia central é caracterizar o ambiente aeroespacial, objeto de estudo da geografia

aeroespacial, recorrendo aos conceitos de fixo, fenômenos naturais, fluxo, escala, forma, função, processo e estrutura. Gomes (1997, p. 36) propôs que a geografia seria "o ato de estabelecer limites, colocar fronteiras, fundar objetos espaciais, orientá-los, ou, em poucas palavras, o ato de qualificar o espaço". Metodologicamente, essa qualificação do espaço geográfico, definido como ambiente aeroespacial, é formulada com o suporte de categorias de análise geográfica. Nesse percurso, intenta-se esboçar um arranjo ou uma configuração de objetos, que foram definidos por Corrêa (2000) como uma organização espacial, que refletirá a dimensão eminentemente geográfica do ambiente aeroespacial. Tal ambiente é configurado na forma de uma estrutura integrada, na qual estariam presentes objetos e relações (SANTOS, 1997).

Propõe-se um esforço teórico e empírico, estruturando o ambiente a partir de categorias analíticas e apontando seus componentes. Inicialmente, caracterizam-se teoricamente as categorias e, posteriormente, sintetizam-se alguns exemplos empíricos que atestam a conjugação entre atmosfera e espaço exterior quando consideradas diferentes atividades aeroespaciais. Foi, na verdade, Althusser (1978, p. 34) quem propôs essa abordagem quando afirmou que "somente se pode atingir o conhecimento dos objetos reais-concretos ao mesmo tempo que se trabalha com objetos formais-abstratos". Essa simultaneidade proposta é realizada pela constante conexão das categorias com os elementos empíricos observados.

Fixo

A primeira categoria utilizada é a de fixo ou objeto geográfico. Na visão de Santos (1997, p. 77-79) os fixos seriam "instrumentos de trabalho, forças produtivas em geral [...], objetos

localizados [...], sistemas de engenharia". Considera, esse autor, que os objetos geográficos podem ser móveis ou imóveis. Inclusive enumerando alguns desses objetos, reconhecendo que eles, por si só, não possuem apenas uma função técnica, mas pelo movimento dos fluxos, também uma função social (SANTOS, 1997). Os objetos geográficos naturais são aqueles que Lefebvre (1991, p. 30 e 164) considerou como mais do que "uma [simples] decoração", ao contrário, "valorizados na proporção dos seus pesos simbólicos" e "percebidos como parte de um contexto natural". Os objetos geográficos artificiais, por sua vez, destacam-se pela sua intencionalidade ou finalidade de existência (SANTOS, 2014). Importante também citar a percepção de Santos (2014) sobre os objetos técnicos, inseridos no contexto de um sistema técnico.

Dentre os fixos naturais, teríamos: elevações topográficas, nuvens, pontos geográficos (por exemplo, a Linha do Equador), corpos celestes (planetas, asteroides, cometas, meteoritos, detritos naturais, órbitas, pontos de calibração, Cinturões Van Allen, poços gravitacionais. No caso dos fixos artificias, seriam alguns exemplos: complexos aeroportuários, compartimentação do espaço aéreo (aerovias, rotas, perfis de navegação), facilidades relacionadas à operação de aeronaves e espaçonaves (centros de lançamento, terminais de passageiros e de cargas, centros de rastreamento), indústria aeroespacial, centros e instituições de ensino ligadas ao desenvolvimento tecnológico, forças armadas, aeronaves e espaçonaves (foguetes, mísseis, satélites e estações orbitais, tripuladas ou não), empresas comerciais do setor.

Fenômenos naturais

Preferiu-se distingui-los em uma categoria separada dos objetos naturais, em função do impacto que eles exercem na

operação do conjunto. No ambiente aeroespacial não há como se relegar o papel dos fenômenos naturais, que representam sérios obstáculos à imposição de objetos artificiais e à consecução de relações (transporte aéreo, por exemplo). Não há como construir um sistema de objetos e ações sem se considerar a interferência dos fenômenos naturais, que podem orientar as relações dos seres humanos com os objetos ou, de forma inversa, agir catastroficamente na paisagem, como é o caso de tempestades tropicais ou furacões. Os efeitos dos ventos e das correntes aéreas, da variação da altitude, da temperatura ambiente, da pressão atmosférica, da umidade do ar e do ciclo hidrológico, da continentalidade (não proximidade do mar) são alguns exemplos de fenômenos bem conhecidos na atmosfera terrestre (inclusive com reflexo no transporte aéreo ou no lançamento de veículos espaciais).

Fluxo

O desenvolvimento da categoria analítica fluxos, no âmbito da Geografia, caberia a Santos (2014), e que apareceria em seus trabalhos anteriores como Santos (1997; 2009). Em seu ponto de vista, "os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam" (SANTOS, 2014, p. 61-62). Etimologicamente, fluxo denota escoamento, movimento, passagem ou tráfego de uma determinada substância entre dois ou mais pontos. Do ponto de vista geográfico, fluxos podem estar associados aos movimentos de rochas fluidas (lava ou gelo), de massas de água (na forma de precipitação, na superfície ou subterrânea) ou de ar (KOTLYAKOV; KOMAROVA, 2007).

Há também o fluxo virtual, que seriam "correntes de informação entre nós circulando através de canais de conexão entre esses nós" (CASTELLS, 2004, p. 3). Na concepção de Haggett (1965, p. 87) nós são "junções ou vértices de uma rede", que nela podem desempenhar diversos tipos de funções. No contexto de fluxo associado ao ambiente aeroespacial, os nós podem ser representados como aeroportos, confluências de rotas aéreas de grande movimento, espaços de órbitas geoestacionárias ou em órbitas baixas, os Pontos de Lagrange ou as órbitas de transferência *Hohmann*. Pelos fluxos virtuais, então, circulariam informações, recursos financeiros (capital), instruções, pulsos, sinais, investimentos, notícias, inovação ou talentos.

Escala

Nos estudos geográficos, a escala é uma importante ferramenta de análise do espaço. Lacoste (2012, p. 210) afirmou que "Na escala está uma das características essenciais do raciocínio geográfico". Para demonstrar esse conceito, e a importância das escalas, o autor discute o caso dos pilotos de aeronaves, que utilizam cartas de navegação aérea. Na prática da pilotagem, o aviador demanda trabalhar com escalas distintas nas diferentes fases do voo. Quando a aeronave transita ainda no solo, pelo pátio de estacionamento, a carta que utiliza é de uma escala grande, na qual os detalhes do aeródromo são destacados (pistas de táxi, áreas de estacionamento etc.). A partir do momento em que a aeronave decola, a escala das cartas diminui progressivamente até 1:1.000.000, típicas de cartas de navegação em rota, onde os detalhes são menos importantes (LACOSTE, 2012). O esquema do ambiente aeroespacial que se pretende introduzir reflete muito bem essa característica. Apesar de possuir uma escala pequena, pois trata de

contextos globais ou planetários, não se pode perder de vista a demanda das interseções entre os planos escalares, expressa em sua finalidade.

Forma

A categoria forma possivelmente está associada à própria origem da Geografia, haja vista que seu sentido é ligado à ideia de descrição. Humboldt e Ritter se voltaram à relevância da forma por meio da "contemplação da paisagem de uma forma quase estética" ou do "arranjo [que] abarcaria um conjunto de elementos, representando uma totalidade" (MORAES, 2005, p. 16). Hartshorne seria um representante mais recente dessa corrente corográfica, cuja "perspectiva é fundamental na geografia" (ENTRIKIN, 2011, p. 347). Na abordagem de Santos (2014, p. 69) a forma é o "aspecto visível de uma coisa", "refere-se ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão" ou, simplesmente, a sua "estrutura revelada". O ambiente aeroespacial é um conjunto cuja forma é observada no arranjo de objetos geográficos naturais e artificiais, em fluxos que percorrem o caminho entre esses objetos. Poderíamos identificar como formas: um sistema de transporte aeroviário com suas rotas, aerovias, espaços aéreos; facilidades na superfície terrestre relacionadas à operação no espaço exterior.

Função

Uma forma, para se tornar relevante, demanda um "valor social" (SANTOS, 2014, p. 73). Dessa ilação, advém outra categoria analítica geográfica que é a função. O conceito de função, possivelmente, encontra sua origem no Darwinismo (DEREK,

JOHNSTON, *et al.*, 2009). A Teoria da Evolução pela seleção natural, quando aplicada às sociedades humanas, derivou em ideias associadas ao "darwinismo social", cuja evolução estaria associada "à habilidade de se ajustar e se adaptar a um ambiente físico" (SUMNER, 2004, p. 506). Cada indivíduo, portanto, exerceria tarefas ou atividades que o tornariam apto ao desempenho de funções na sociedade, daí seu valor social. Existe, então, uma relação direta entre forma e função.

Assim, extrapolando ao ambiente aeroespacial, este, enquanto forma, deve exercer uma função para se enquadrar em um conceito de espaço geográfico. Em nosso objeto, e em seus elementos componentes, é possível identificar-se as seguintes funções: a) política, caracterizada por relações de poder, soberania, territorialização dos espaços, implicando em delimitação da forma; b) econômica, notadamente de natureza comercial, devido às possibilidades de intercâmbio que as formas sugerem (por exemplo o turismo ou a exploração de recursos naturais em asteroides); c) tecnológica, em função das peculiaridades da própria atividade aeroespacial, intensamente dependentes desse campo da atividade humana; d) ideológica, considerando o papel que o transporte aéreo tem na vida das pessoas na atualidade, ou as questões culturais associadas (por exemplo, o prestígio na forma das conquistas tecnológicas aeroespaciais).

Processo

O processo se materializa por meio de ações ou movimentos. No campo da geografia física, muitos processos naturais são estudados. Sedimentação, poluição do meio ambiente, erosão ou variação da temperatura são alguns exemplos. Também no campo da geografia humana processos relacionados aos movimentos humanos,

à economia, à industrialização, às fronteiras, comunicações, transporte e comércio, dentre outros, podem determinar o que Santos (2014, p. 69) chamou de "ação contínua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança".

No caso do ambiente aeroespacial, foram identificados alguns processos-chave que demonstram, com propriedade, a categoria e essa distinção proposta: o transporte aéreo, que implica no fluxo de pessoas e materiais; o transporte entre a superfície terrestre e o espaço exterior ou no interior do espaço exterior, que denominou-se transporte espacial, cuja realidade já é fato com os astronautas, e potencial para recursos naturais; o que leva ao fluxo de mercadorias e à exploração dos recursos naturais extraterrestres; a pesquisa científica sendo hoje um processo que gera fluxo de conhecimento; e as telecomunicações e troca de dados que geram fluxos digitais ou por meio do espectro eletromagnético.

Estrutura

A categoria final desse esforço metodológico de caracterização do ambiente aeroespacial, objeto da pesquisa, é a estrutura. Assim, os elementos anteriormente apontados têm um formato de uma estrutura espacial, um "arranjo e organização de [objetos e] fenômenos na superfície da Terra [e alhures] que resultam da operação de processos físicos e espaciais" (WHITERICK, ROSS; SMALL, 2001, p. 250). Esse arranjo forma a estrutura, que nada mais é do que a "interrelação de todas as partes de um todo; modo de organização ou construção" (SANTOS, 2014, p. 69).

GEOPOLÍTICA AEROESPACIAL – IDENTIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS

A variável geográfica

Um primeiro elemento de análise nos remete à demanda de identificação do limite geográfico entre a atmosfera terrestre e o espaço exterior. Essa questão não é tão evidente quando se consideram outros fatores que não apenas as características físicas existentes nos dois segmentos do ambiente aeroespacial. Nem a legislação aeronáutica, principalmente a Convenção de Chicago e seus regulamentos, nem a lei espacial, o corpo de regulamentos do Comitê das Nações Unidas para os Usos Pacíficos do Espaço Exterior (COPUOS), definem claramente o ponto de transição entre ambos os segmentos. Esse problema, hoje em dia, é abordado por duas escolas de pensamento. Uma estabelece uma fronteira arbitrária, conhecida como Linha *Kármán*, e a outra, conhecida como abordagem funcional, considera as leis inerentes à física que regulam o movimento ou manobra dos dispositivos feitos pelo homem para cada segmento (aerodinâmica ou astrodinâmica).

A variável geográfica também envolve a questão do meio ambiente, tema que despertou a atenção da comunidade internacional nas últimas décadas. As questões ambientais não dizem respeito apenas à atmosfera terrestre, mas também aos arredores do planeta, como as órbitas. Na verdade, há um inter-relacionamento entre eles. Quando falamos das emissões de CO2 de aviões, estamos lidando com o efeito estufa, algo que a Organização de Aviação Civil Internacional e a Associação Internacional de Transporte Aeronáutico buscam definir como Esquema de Redução de Compensação de Carbono para Aviação Internacional. Também os detritos espaciais vêm recebendo muita atenção nos últimos anos.

Em 1982, Daniel Deudney (1982, p. 49) já alertava sobre "a taxa anual de 11% no crescimento de lixo espacial". No início de 2020, a Agência Espacial Europeia indicou a existência de mais de cento e vinte milhões de objetos classificados como entulhos na órbita da Terra, com dimensões de 1 milímetro a 10 centímetros, todos com potencial para causar dano a espaçonaves e gerar um efeito em cascata conhecido como Síndrome de Kessler, de impacto catastrófico (ESA, 2020). Ilaya Aydin (2019, p. 33) foi além, comparando os "detritos espaciais com um câncer, com potencial para impedir a utilização do espaço pela humanidade". Do ponto de vista geográfico, entendemos que existe uma grande interdependência entre os fenômenos da atmosfera e do espaço sideral no que se refere às atividades humanas na terceira dimensão.

Por fim, na variável geográfica devemos também analisar algumas evidências de manifestação da geopolítica. Uma delas é o competitivo mercado aeronáutico. As rotas de companhias aéreas comerciais e os slots de embarque, ambos exemplos podendo ser compreendidos sob a perspectiva geográfica, são utilizados para se adquirir ou expandir o negócio e obter mais lucro. É por isso que as alianças mundiais, como a *Star Alliance* ou *The Oneworld Alliance*, exploram vantagens competitivas sobre as concorrentes, compartilhando instalações, procedimentos de check-in, serviços ao cliente e programas de milhagem (HAYWARD, 2020). No espaço exterior, Collins (1998, p. 146) já havia chamado a atenção para as "localizações estratégicas no espaço", ao discorrer sobre a geografia militar. Everett Dolman (2002) deu sentido geopolítico a lugares como as órbitas geoestacionárias, os Pontos de Lagrange e as órbitas de Transferência de *Hohmann*.

Nesse contexto, seria importante recordar a aplicabilidade de conceitos geopolíticos clássicos, como os gargalos (os *chokepoints*), as linhas de comunicação, fronteiras ou o espaço vital, à realidade do ambiente aeroespacial.

A variável política

O significado da palavra território no mundo greco-romano estava associado especialmente aos aspectos fisiográficos de delimitação, algo que William Smith (1870) compilou no *Dictionary of Greek and Roman Geography* (Dicionário de Geografia Greco-Romana). O território, hoje, porém, é um conceito que extrapola a discussão meramente demarcatória, de limites e fronteiras, chegando inclusive a permitir discussões com um foco cultural, como é o caso de territorialidade, questão proposta por Robert Sack (1986).

A importância da variável política para o ambiente aeroespacial se faz notar na noção de soberania. A soberania do Estado passou a ser objeto de debate no campo aeroespacial quando o avião conseguiu transpor obstáculos físicos desenhados pela topografia, comumente associados aos limites territoriais estatais, como um rio, uma montanha ou qualquer outro acidente geográfico. Lysias Rodrigues (1947, p. 69) destacou que "o avião mudou o significado de fronteira territorial".

Contudo, foi Alexander Seversky (1950) quem, provavelmente, pioneiramente atribuiu um sentido geopolítico ao ambiente aeroespacial e ao poder aeroespacial. Sua leitura do espaço mundial a partir de uma projeção cartográfica desenvolvida na perspectiva do polo Norte, permitiu avançar nas geoestratégias militares para além do clássico conceito geopolítico de *Heartland*, proposto pelo estudioso do poder terrestre, o britânico Halford Mackinder. De acordo com Seversky, o avião e, posteriormente, os mísseis balísticos, mudariam a compreensão da geografia mundial fundada em torno da perspectiva tradicional derivada da Projeção de Mercator, em função do alcance e da capacidade de penetração do poder aéreo.

Do ponto de vista político, mesmo com a explícita formulação do arcabouço jurídico existente, a questão da soberania do espaço aéreo é debatida em trabalhos como os de Eyal Weizman (2002), Stuart Elden (2013b), Alison Williams (2007) e David Omissi (2008), que estenderam o campo das relações de poder entre os Estados à perspectiva do poder aeroespacial, trazendo novos dilemas aos debates sobre o alcance e limites da soberania nacional. Analisando situações como a de Israel e seus vizinhos, por exemplo, observam-se constantes transgressões de soberania territorial pelo espaço aéreo.

No segmento espaço exterior, a discussão sobre território e soberania envolve novos aspectos. Isso porque há uma fragilidade no recém estabelecido campo do direito internacional espacial, em razão da ausência de consenso sobre alguns conceitos e da falta de casos claros para determinar jurisprudências e tratados nos fóruns multilaterais competentes, como o COPUOS. A título de exemplo, podemos citar o caso da insular Tonga, em sua reivindicação de 16 links de slots orbitais junto à União Internacional de Telecomunicações, em 1990. Esse país da Oceania tem uma área territorial de apenas 747km², e sua economia é baseada na exportação de produtos agrícolas e na pesca, além do turismo (CIA, 2020). Há época do fato, possuía apenas um aeroporto com pista pavimentada, uma única empresa de aviação com apenas uma aeronave. E, claro, nenhuma expertise no setor aeroespacial! Como, portanto, requisitar slots sem a capacidade clara de utilizá-los?

Outro caso emblemático é a Declaração de Bogotá, de 1976, a respeito das órbitas geoestacionárias, ao determinar que "os segmentos da órbita síncrona geoestacionária fazem parte do território sobre o qual os Estados equatoriais exercem sua soberania nacional" (BOGOTA DECLARATION, 1976). A se considerar que as órbitas geoestacionárias são finitas em termos de disponibilidade de ocupação, pode-se perceber a relevância desta declaração que

indica um movimento de extensão da soberania territorial no espaço aéreo para o espaço exterior.

A variável política suscita debates também no campo militar, algo que tem sido observado em questões como a armamentização do espaço exterior e nos testes de armas antissatélite que envolvem ações a partir do espaço aéreo ou de estações na superfície. Everett Dolman (2002, p. 4) acredita que "A militarização, e a armamentização, do espaço é não somente um fato histórico, mas também um processo em curso". Há que se distinguir armamentização de militarização do espaço. O primeiro fenômeno, ainda incipiente, trata da postura de armas no espaço exterior. Por sua vez, a militarização ocorre desde o início da corrida espacial, e se intensifica aceleradamente desde então.

Por fim, como evidência dessa variável, merece atenção a recente iniciativa do governo norte-americano com a ordem executiva presidencial de abril de 2020, sobre a livre exploração de corpos celestes, claramente contrariando o direito espacial internacional. A plausibilidade de exploração comercial de asteroides e outros corpos celestes trará à tona questões conflituosas, pois trata-se de uma expansão de fronteira política da humanidade. Isso nos leva à análise das questões em torno da economia aeroespacial.

A variável econômica

Essa variável entende a economia como um componente relevante da geopolítica. Em um sentido amplo, as iniciativas ou análises geopolíticas sempre apontaram para a luta por todo o tipo de recursos. E como os recursos estão diretamente associados ao crescimento econômico, é notória sua importância para a política

estatal da economia aeroespacial. Algumas instituições e organizações fornecem dados brutos para compreender o impacto do setor aeroespacial na economia mundial. Ainda que a crise econômica da pandemia do COVID-19, em 2020-2021, tenha alterado substancialmente a realidade do setor, afetando não somente as empresas de aviação, mas setores inteiros como o turismo e a indústria aeroespacial, por outro lado, reforçou a importância do transporte aéreo para o transporte de insumos médicos básicos e alimentos para regiões severamente atingidas pela pandemia. Há que se supor que o período pós-pandêmico ensejará a retomada da economia aeroespacial.

De acordo com o *Air Transportation Action Group*, em 2017, o mercado de aviação foi responsável por mais de 65 milhões de empregos. A *Oxford Economics* afirma que essa atividade detém 3,6% do produto bruto mundial (ATAG, 2018). A *International Air Transport Association* relata que houve um crescimento de 3,4% no transporte aéreo de carga entre 2017 e 2018, atingindo um total de 64 milhões de toneladas (IATA, 2019). O transporte aéreo lida com mercadorias de alto valor agregado e perecíveis (como frutas e carnes). O *Airports Council International* indica que cerca de 8,8 bilhões de passageiros foram movimentados entre 2.500 aeroportos e 180 países, em 2018 (ACI, 2019). O Banco Mundial fornece dados sobre o volume de cargas e o número de passageiros no setor de transporte aéreo, apresentando uma curva constante de crescimento dessas atividades a cada ano (THE WORLD BANK, 2019). No Brasil, o modal aéreo transporta quase o dobro de passageiros em comparação com o segundo modal classificado, o rodoviário (BRASIL, 2019).

Já a atividade espacial constitui-se num “ativo estratégico”, conforme proposto por Joan Johnson-Freese (2007, p. 6). Bohumil Doboš (2019) aponta para a importância dos recursos do espaço sideral, como estímulo à exploração dos corpos celestes. Na

economia aeroespacial existe muitas áreas promissoras, tais como a operação e exploração de centros de lançamento; os serviços de monitoramento por satélite; os serviços de telecomunicações; a exploração de recursos naturais no espaço; o turismo espacial; a indústria aeroespacial; além do desenvolvimento de novas tecnologias, apenas para citarmos algumas.

Em se tratando de indústria aeroespacial, há ainda dois pontos a serem considerados. O primeiro é a tendência, senão uma realidade presente, de compreender este setor não apenas como indústria aeronáutica ou espacial, mas como indústria aeroespacial, o que nos remete novamente ao significado de ambiente aeroespacial. O segundo ponto é que com a indústria aeroespacial surgem inovações científicas e progressos tecnológicos. A tendência é, portanto, que a economia aeroespacial se torne um elemento cada vez mais importante da realidade geopolítica e da geoeconomia mundial.

A variável tecnológica

A tecnologia tem sido vital no desenvolvimento da geopolítica. Friedrich Ratzel associou o nível de cultura estatal ao desenvolvimento científico de um Estado (RATZEL, 1892). Alfred Mahan (1890) estava preocupado com a tecnologia marítima e o *battleship* (o grande navio de guerra). Halford Mackinder (1904) viu na ferrovia um fator de influência para o domínio mundial através do desenvolvimento do *Heartland*. Todos os teóricos originais do poder aéreo, como Giulio Douhet (1988) e William Mitchell (2009), deram ao avião de emprego militar ou civil uma ampla relevância em matéria de poder e política. Hoje, vemos essa abordagem elevada ao espaço sideral, como uma espécie de nova corrida espacial, especialmente quando se fala da tecnologia de satélites. Na verdade,

conforme expresso por Jimmy Teng (2013, p. 33), "as mudanças na tecnologia militar moldaram a paisagem geopolítica desde épocas remotas". Essa frase também se aplica quando consideramos a tecnologia de forma ampla, principalmente no campo aeroespacial, com um grande nível de dualidade no processo de desenvolvimento de sistemas de diferentes naturezas. Quase todas as grandes empresas do setor trabalham simultaneamente para clientes civis e militares.

O impacto da tecnologia na geopolítica aeroespacial envolve muitas abordagens. Uma delas, menos comum, origina-se na sociologia e na antropologia. Esses saberes disciplinares nos levam a entender uma realidade aérea (ou aerorrealidade), um novo modo de vida, ou uma vida aérea em razão do emprego de tecnologias associadas a aviões, aeroportos e transporte aéreo. Trabalhos como os de Saulo Cwerner, Sven Kesselring e John Urry (2009) e Peter Adey (2010), entre outros, mostram o surgimento de um *homo aeroportis globalis*, uma espécie de evolução do *homo sapiens*, ou seja, um homem que vive sempre em trânsito pelos aeroportos e aviões. Essa abordagem tem grande correspondência com a visão da influência do aeroporto na vida das cidades, não apenas sob a perspectiva apresentada anteriormente, mas também sob os pontos de vista da arquitetura, do urbanismo, das redes de transporte e da economia das cidades.

No momento presente, entretanto, o impacto tecnológico na geopolítica do espaço exterior tem sido estudado em um sentido mais pragmático. Nayef Al-Rodhan (2012, p. 35) entende "os satélites de telecomunicações e informação como uma força propulsora das mudanças sociais, com capacidade para mudar os sistemas políticos". Daniel Deudney (1982) refere-se aos impactos dos satélites na astronomia, oceanografia, climatologia e geologia. Michael Sheehan (2007, p. 126) cita que "a tecnologia espacial traz grandes benefícios para as nações em desenvolvimento". Isso é

particularmente importante quando observamos programas espaciais nacionais como o indiano. Tanto no campo da telemedicina como no apoio à agricultura, a capacidade tecnológica da Índia no setor espacial tem sido objeto de destaque na literatura internacional. Além disso, são exaustivos os exemplos de desdobramento da tecnologia aeroespacial, conhecidos como *spin offs*, da indústria para a sociedade. Como exemplo, as pesquisas e produtos da *National Aeronautics and Space Administration* (NASA) geraram *spin offs*, tais como: filtro de água, mouse para computadores, câmera de telefones celulares, termômetro de ouvido, lentes oculares resistentes a arranhões, detetores de fumaça, palmilhas para sapatos, purificadores de ar etc. (21ST CENTURY TECH, 2014).

Um aspecto final, que nos conecta à próxima variável, deve ser lembrado. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) revelou que o *soft power* (NYE, 2004) derivado das telecomunicações, onipresentes em uma era de cobertura global de informações, tem se aproveitado da tecnologia aeroespacial para "disseminar atitudes culturais e ideias políticas" (OECD, 2004, p. 1). Nesse sentido, surge a oportunidade de analisar o significado da ideologia na geopolítica aeroespacial.

A variável ideológica

A ideologia no âmbito da geopolítica aparece, na maioria das vezes, associada a abordagens culturalistas e críticas. Nossa interpretação de ideologia refere-se à capacidade do Estado em influenciar seu povo, atores externos e outros Estados. Nessa abordagem de ideologia, percebem-se dois elementos importantes: a representação e o prestígio.

Desde o surgimento da aviação, os Estados têm usado a aeronáutica para expressar alguns objetivos políticos e uma ideologia. Todo o discurso em torno do pioneirismo dos aviões, e até dos balões, traz o orgulho nacional para o centro das discussões. Os famosos raides aéreos (as façanhas aéreas que se destinavam a alcançar determinados pontos da Terra ou conectar cidades e continentes), das primeiras décadas do século XX, como o do americano Charles Lindenberg e dos portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral, expressavam um sentimento de conquista com relevância nacional e mundial. Na América do Sul, em 1920, o raide entre Rio de Janeiro e Buenos Aires tornou-se uma disputa internacional entre o aviador brasileiro Edu Chaves e seu colega argentino Eduardo Hearne (BOHRER, 2014).

Outros exemplos que emprestam às forças aéreas de cada nação um sentido simbólico de representação são a acrobacia aérea (a equipes de demonstração) ou os sobrevoos de aeronaves militares durante os desfiles do dia da independência, e mesmo em eventos esportivos. No espaço exterior a ideologia segue como sequência desses mesmos fenômenos observados no espaço aéreo, e em certos casos com ele se confunde. A corrida para ser a primeira nação a alcançar a órbita terrestre, a enviar o primeiro homem e a primeira mulher ao espaço, a pousar na Lua, ampliou o campo de rivalidade que conduziu à Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética.

O outro elemento de análise nesta variável, o prestígio, está intrinsecamente conectado com o primeiro. Da busca pela representação aeroespacial vem o prestígio. Assim como na geopolítica, Colin Gray (1999, p. 161) entende que o espaço geográfico "pode falar com a mente e a imaginação, da mesma forma que fala com os olhos e os membros do corpo". A partir dessa compreensão, a geopolítica aeroespacial também deve lidar com o prestígio. Hans Morgenthau (1985, p. 57), via o prestígio nacional como um "elemento indispensável em uma política externa

racional". Se a busca por prestígio pode conduzir as políticas nacionais, e se as considerações geográficas influenciam essas políticas, são claras as manifestações que colocam o prestígio ou orgulho nacional como impulso importante no campo da geopolítica aeroespacial.

A manifestação de orgulho e prestígio de uma nação decorre ainda de uma espécie de propaganda, de política de merchandising, em torno da proeminência da indústria aeroespacial, da relação entre uma companhia aérea e seu país (podemos citar, por exemplo, a denominação que se dá às empresas aéreas que remetem ao nome do país que representam: Air France, Air China etc.) ou do investimento em programas espaciais para se tornar o líder no segmento (como o Projeto *Artemis* de mandar a primeira mulher à Lua).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerrada a apreciação sobre importantes variáveis da geopolítica aeroespacial, cabe-nos tecer alguns comentários conclusivos. Inicialmente, observamos que o ambiente aeroespacial se constitui em uma conjugação entre o espaço aéreo e o espaço exterior. Não entramos no capítulo na discussão sobre o conceito de *Aerospace*, principalmente quando essa discussão deriva para a briga por espaço em torno de tarefas e orçamento para as forças armadas. Preferimos considerar um poder aeroespacial, elemento intrínseco do poder nacional, que abre espaço para a inclusão dessa nova dimensão geográfica nos estudos geopolíticos.

Com o intuito de geopolitizar o ambiente aeroespacial, iniciamos com a observação dos elementos puramente geográficos que contextualizam esse ambiente. Esse movimento nos possibilitou

uma imersão maior na identificação dos elementos geopolíticos que propusemos metodologicamente na forma de variáveis.

Ora, se o ambiente é geográfico por natureza, e se geografia é um elemento essencial da geopolítica, caberia, então, destacar aspectos políticos, econômicos, tecnológicos e ideológicos de forma a permitir sugerir uma geopolítica aeroespacial. Obviamente que o escopo do estudo não incluiu outras variáveis que poderiam complementar a análise, tais como a demografia (estudos populacionais ou migratórios decorrentes da evolução da técnica), a diplomacia (análise de acordos internacionais ou de atas de reuniões bilaterais, por exemplo), a militar (que analisaria a estrutura de força, as capacidades dos equipamentos etc.), a social/antropológica (estudo do impacto social do objeto de estudo e a percepção das comunidades sobre o assunto) ou a biológica/ambiental (análise sobre organismos aéreos ou na perspectiva climática).

Entretanto, as apreciações em torno das variáveis selecionadas permitiriam uma consistente caracterização de um quadro conceitual para estudos de geopolítica aeroespacial. Destacamos, a título de síntese, que no viés político está em discussão o conceito de soberania no ambiente aeroespacial, não somente no caso do espaço exterior, mas também na questão da soberania dos Estados relativamente fracos em termos de poder aéreo. No tocante à economia observou-se a relevante participação do setor aeroespacial, inobstante a crise pandêmica de 2020 colocar em xeque a capacidade de rápida recuperação do setor aeroespacial, em especial do setor de transporte aéreo. Por outro lado, a crise atual também revelou a relevância do transporte aéreo para atender a demanda global de suprimentos médicos e alimentos.

O setor aeroespacial é também um impulsionador de novas tecnologias que têm transformado nossa sociedade e nosso modo de vida. Não é por menos que já se fala em uma nova percepção de vida aérea ou de uma aerorrealidade. Essa variável suscita, também, um

inter-relacionamento com as demais, quando se observa o processo de militarização do espaço exterior ou o potencial econômico dos produtos do sensoriamento remoto. O último tema abordado, a variável ideológica, complementa o significado geopolítico do ambiente aeroespacial, quando destaca que representação e prestígio têm sido elementos associados ao poder aeroespacial das nações desde os primórdios da aviação e na continuidade da exploração espacial.

Em decorrência da abordagem geopolítica que se propõe, há uma enorme expectativa que novos estudos sobre o tema possam iluminar aspectos até aqui não observados. Compreende-se que, a exemplo das teorias geopolíticas formulados para os ambientes de superfície (a dimensão terrestre e a dimensão aquática), o ambiente aeroespacial persiga uma abordagem integrada. Nos estudos geopolíticos terrestres ou marítimos, não se observa uma cisão interna nesses ambientes. Por exemplo, no ambiente aquático não há ramos voltados para distinguir os princípios geopolíticos aplicados a rios, mares ou oceanos, ou seja, o ambiente é uma totalidade. De igual forma, não há uma geopolítica das planícies ou dos planaltos, quando voltamos a atenção para a superfície terrestre.

Tal compreensão julga-se ser pertinente ao ambiente aeroespacial. Não percebemos o futuro de uma geopolítica meramente aérea (do transporte aéreo) ou exclusivamente astropolítica. A par das diferentes características físicas entre o segmento espaço aéreo e o segmento espaço exterior, compreendemos que deva existir, na verdade, uma geopolítica aeroespacial, abrangente e integrada.

REFERÊNCIAS

ACI – Airports Council International. **Annual World Airport Traffic Report WATR 2019**. Montreal: ACI, 2019. Disponivel em: <www.aci.aero>. Acesso em: 20/03/2020.

ADEY, P. "Aeromobilities: Geographies, Subjects and Vision". **Geography Compass**, vol. 2, n.5, 2008.

ADEY, P. **Aerial Lifes**: Spaces, Mobilities, Affects. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2010.

AL-RODHAN, N. R. F. **Meta-Geopolitics of Outer Space**: An Analysis of Space Power, Security and Governance. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2012.

ALTHUSSER, L. **Sobre o trabalho teórico**. Lisboa: Editorial Presença, 1978.

ATAG - Air Transport Action Group. **Aviation Benefits Beyond Borders**. Geneva: ATAG, 2018. Disponível em: <www.atag.org>. Acesso em: 13/05/2020.

AYDIN, I. **Geopolitics of Outer Space**: Global Security and Development. Washington: Westphalia Press, 2019.

BECKER, B. K. A Amazônia e a política ambiental brasileira. *In*: SANTOS, M. *et al.* (orgs.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

BOGOTA. **Declaration of the First Meeting of Equatorial Countries**. Bogota: Equatorial Countries, 1976. Disponível em: <https://www.jaxa.jp>. Acesso em: 31/07/2020.

BOHRER, C. D. A. **Eduardo Pacheco e Chaves**: Pioneiro e ás da aviação brasileira. Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, 2014.

BONNETT, A. **What is Geography?** London: Sage Publications, 2008.

BRASIL. MINFRA - Ministério da Infraestrutura. **Anuário Estatístico de Transportes 2010-2018** – Sumário Executivo. Brasília: MINFRA, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 31/07/2020.

BUDIANSKY, S. **Air Power**: the men, machines and ideas that revolutionized war, from Kitty Hawk to Iraq. New York: Penguin Books, 2004.

CASTELLS, M. "Informationalism, Networks, and the Network Society: A Theoretical Blueprint". *In*: CASTELLS, M. (ed.). **The Network Society**: A Cross-cultural perspective. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2004.

CAVALCANTI, A. P. B.; VIADANA, A. G. "Fundamentos históricos da Geografia: contribuições do pensamento filosófico na Grécia antiga". *In*: GODOY, P. R. T. (org.). **História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

CIA - Central Intelligence Agency. **The World Factbook**. Washington: CIA, 2020. Disponível em: <https://www.cia.gov>. Acesso em: 26/03/2020.

COLLINS, J. M. **Military Geography for professionals and the public**. Washington: National Defense University Press, 1998.

CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 2000.

COSGROVE, D. "Contested Global Visions: One-World, Whole-Earth, and the Apollo Space Photographs. **Annals of the Association of American Geographers**, vol. 84, n.2, 1994.

CWERNER, S. *et al.* (eds.). **Aeromobilities**. Oxon: Routledge, 2009.

DEREK, G. *et al*. (eds.). **The Dictionary of Human Geography**. Chichester: Blackwell Publishing, 2009.

DEUDNEY, D. **Space**: The High Frontier in Perspective. Worldwatch Paper. Washington: Worldwatch Institute, 1982.

DOBOŠ, B. **Geopolitics of the Outer Space**: A European Perspective. Cham: Springer International Publishing, 2019.

DOLMAN, E. C. **Astropolitik**: Classical Geopolitics in the Space Age. London: Frank Cass, 2002.

DOUHET, G. **O domínio do ar**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico da Aeronáutica, 1988.

ELDEN, S. "Secure the volume: Vertical Geopolitics and the depth of power". **Political Geography**, vol. 34, May, 2013.

ENTRIKIN, J. N. "Region and Regionalism". *In*: AGNEW, J. A.; LIVINGSTONE, D. N. (eds.). **The SAGE Handbook of Geographical Knowledge**. London: SAGE Publications, 2011.

ESA - European Space Agency. “Space debris by the numbers”. **ESA Online** [2020]. Disponível em: <http://www.esa.int>. Acesso em: 08/05/2020.

GOMES, P. C. D. C. “Geografia fin-de-siècle”. *In*: CASTRO, I. E. D. *et al*. (orgs.). **Explorações geográficas**: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

GRAY, C. S. “Inescapable Geography”. *In*: GRAY, C. S.; SLOAN, G. (eds.). **Geopolitics**: Geography and Strategy. London: Frank Cass, 1999.

HAGGETT, P. **Location Analysis in Human Geography**. London: Edward Arnold Publishers, 1965.

HARTSHORNE, R. **Perspectives on the Nature of Geography**. Washington: Association of American Geographers, 1959.

HAYS, P. L. **Space and Security**: A Reference Handbook. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2011.

HAYWARD, J. “Airline Alliances: What Are They & What Are the Benefits? Simple Flying”, **Simple Flying Online** [24/06/2020]. Disponivel em: <https://simpleflying.com>. Acesso em: 25/06/2020.

HOLT-JENSEN, A. **Geography**: History and Concepts - A Student’s Guide. London: SAGE Publications, 2009.

HUGGETT, R.; ROBINSON, M. “Introduction”. *In*: DOUGLAS, I. (eds.). **Companion Encyclopedia of Geography**. London: Routledge, 1996.

IATA - International Air Transport Association. **Annual Review 2019**. Sydney: IATA, 2019. Disponível em: <https://www.iata.org>. Acesso em: 25/06/2020.

INCAER - Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. **História Geral da Aeronáutica Brasileira**: Volume I – Dos Primórdios até 1920. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, 1988.

JOHNSON-FREESE, J. **Space as a Strategic Asset**. New York: Columbia University Press, 2007.

KINGWELL, J. "The militarization of Space: A policy out of step with world events?". **Space Policy**, vol. 6, n. 2, May, 1990.

KITCHIN, R.; THRIFT, N. (eds.). **International Encyclopedia of Human Geography**. Oxford: Elsevier, 2009.

KOTLYAKOV, V. M.; KOMAROVA, A. I. **Elsevier's Dictionary of Geography**. Moscow: Elsevier, 2007.

LACOSTE, Y. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 2012.

LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Oxford: Basil Blackwell, 1991.

MACDONALD, F. "!Anti-Astropolitik: outer space and the orbit of geography". **Progress in Human Geography**, vol. 31, n.5, 2007.

MACKINDER, H. J. "The Geographical Pivot of History". **The Geographical Journal**, vol. 170, n. 4, 2004, 1904.

MAHAN, A. T. **The Influence of Sea Power upon History - 1660 - 1783**. Boston: Little, Brown and Company, 1890.

MITCHELL, W. **Winged Defense**: The development and possibilities of modern air power - economic and military. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 2009.

MORAES, A. C. R. **Geografia**: Pequena História Crítica. São Paulo: Annablume, 2005.

MORGENTHAU, H. J. **Politics among Nations: The struggle for power and peace**. Beijing: Peking University Press, 1985.

NYE, J. S. J. **Soft Power**: The Means to Success in World Politics. New York: Public Affairs, 2004.

OECD - Organisation for Economic Co-operation and Development. **Geopolitical Developments and the future of the Space Sector**. Paris: OECD, 2004. Disponível em: <https://www.oecd.org>. Acesso em: 25/06/2020.

OMISSI, D. "Technology and repression: Air Control in Palestine 1922-36". **Journal of Strategic Studies**, vol. 13, n.4, 2008.

PASCOE, D. **Airspaces**. London: Reaktion Books, 2001.

RATZEL, F. "As Leis do Crescimento Espacial dos Estados". *In*: MORAES, A. C. R. (ed.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1892.

RODRIGUES, L. A. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1947.

ROSAS, A. "The Militarization of Space and International Law". **Journal of Peace Research**, vol. 20, n. 4, December, 1983.

ROSEN, L. “No One Should Think That Money Spent on NASA is a Waste”. **21stcentech.com** [16/09/2014]. Disponível em: <https://www.21stcentech.com>. Acesso em: 13/05/2020.

SACK, R. D. **Human Territoriality**: Its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da USP, 2014.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Editora da USP, 2014.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Eitora da USP, 2009.

SEVERSKY, A. P. D. **Air Power: Key to Survival**. New York: Simon and Schuster, 1950.

SHAH, A. “Militarization and Weaponization of Outer Space”. **Global Issues** [21/01/2007]. Disponível em: <http://www.globalissues.org>. Acesso em: 22/11/2019.

SHEEHAN, M. **The International Politics of Space**. New York: Routledge, 2007.

SMITH, W. (ed.). **Dictionary of Greek and Roman Geography**. Boston: Little, Brown, and Company, 1870.

SUMNER, R. (ed.). **Geography Basics**. Pasadena/Hackensack: Salem Press, 2004.

TENG, J. **Musket, Map and Money**: How Military Technology Shaped Geopolitics and Economics. London: Versita, 2013.

THE WORLD BANK. "World Bank Open Data". **The World Bank online** [2019]. Disponível em: <http://www.worldbank.org>. Acesso em: 06/05/2020.

WEIZMAN, E. "The Politics of Verticality'. **Open Democracy online** [23/04/2002]. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net>. Acesso em: 27/11/2019.

WHITERICK, M. *et al*. **Modern Dictionary of Geography**. London: Arnold Publishers, 2001.

WILLIAMS, A. J. "A crisis in aerial sovereignty? Considering the implications of recente military violations of national airspace". **Area**, vol. 42, n. 1, 2010.

WILLIAMS, A. J. "Hakumat al Tayarrat: The Role of Air Power in the Enforcement of Iraq's Boundaries". **Geopolitics**, vol. 12, May, 2007.

CAPÍTULO 2

A Guerra Civil Síria: Uma Análise das Relações entre o Conflito Armado e o Domínio Territorial

A GUERRA CIVIL SÍRIA: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE O CONFLITO ARMADO E O DOMÍNIO TERRITORIAL[1]

Gleydson Gonzaga de Lucena

Glória Maria Vargas Lopez de Mesa

A guerra civil na Síria, iniciada em 2011 em meio a chamada "Primavera Árabe", vem constituindo uma das mais graves crises internacionais no século XXI e tem um caráter cada vez mais global, pois envolve direta ou indiretamente muitos países. Ela nos dá a oportunidade de estudar um tema de grande importância geopolítica atual e também de aprofundar questões teóricas dentro da Geografia Política que necessitam de um estudo mais cuidadoso, haja vista que outras áreas do conhecimento já a estudam: a relação entre a gestão do poder sobre o território durante um conflito armado. Entre 1964 e 2002 "25 conflitos armados ocorreram em 17 locais (...). Destes, três quartos centrados no controle dos combatentes sobre um território específico" (TOFT, 2014, p. 185).

Como advogam os professores Rosenboim (2019) e Newman (2006), faz-se necessário resgatar o valor do espaço enquanto categoria de análise fundamental dos fenômenos geopolíticos internacionais. A Geografia pode dar uma contribuição maior ao campo da geopolítica e das Relações Internacionais ao aprofundar o debate teórico contemporâneo sobre a relação entre poder e território, tendo a guerra civil síria como tema de análise e agregando à sua base teórica as contribuições de pesquisadores de outras áreas

[1] O presente capítulo é resultado de uma pesquisa em andamento em nível de doutorado e que, por sua vez, constitui um desdobramento da uma dissertação de mestrado, também sobre a Geopolítica da guerra civil da Síria (LUCENA, 2017).

como Raymond Hinnebusch (2018), Therese Anders (2019), Megan Stewart e Yu-Ming Liou (2016).

Assim, o objetivo geral é analisar o processo do domínio territorial na Síria e suas consequências na evolução da Guerra Civil antes e durante o conflito. Dessa forma, compreender como se deu a construção territorial e soberana do Estado-nação sírio e analisar as ações dos diversos atores nas escalas nacional, regional (supranacional) e global envolvidos no conflito, que contribuíram para o quadro atual e suas ações em termos de domínio territorial.

Parte-se da hipótese inicial de que a falta de um domínio absoluto do território nacional por parte do Estado sírio favoreceu a eclosão da guerra civil, assim como a perda gradativa de sua legitimidade interna e externa, à medida que se tornou refém geopolítico de seus aliados (Irã e Rússia) e alvo fácil de seus inimigos regionais (principalmente Israel e Turquia).

Este trabalho está dividido em duas partes principais: na primeira, aborda-se a evolução histórica e territorial da Síria, buscando-se os elementos históricos necessários para o entendimento da guerra civil síria atual; e na segunda, analisa-se a questão geopolítica síria contemporânea nos contextos global, regional e nacional, especialmente a atuação dos atores no conflito em questão e os reflexos no domínio territorial do referido espaço.

A EVOLUÇÃO HISTÓRICO-TERRITORIAL DA SÍRIA

O entendimento da guerra civil na Síria, assim como qualquer outro tema geopolítico atual, exige uma compreensão do processo histórico que o determinou. Seguindo o método geohistórico (ALBUQUERQUE, 2011), o presente trabalho buscou investigar os

fatores que influenciaram a formação do referido território e suas implicações em termos de domínio territorial.

A construção da territorialidade mulçumana e o Império Otomano

A religião islâmica surgiu no século VI d.C., e iria determinar os destinos dos povos em que se implantou até os dias atuais em praticamente todos os sentidos: religioso, cultural, político e, consequentemente, também em termos territoriais. Neste contexto, desenvolveu-se a chamada territorialidade islâmica, ou a forma de expansão e controle do território por parte dessa civilização. Segundo o geógrafo Philippe Pinchemel (1988), os valores territoriais determinam as características do território dos grupos étnicos. Assim, ele esclarece as características da territorialidade islâmica:

> Ela repousa sobre o princípio da terra do Islam (*dar al Islam*), território que não é delimitado a não ser pela terra da guerra (*dar al Ilarb*), terra dos infiéis. **As divisões e fronteiras no interior da terra islâmica eram desconhecidas, ou melhor inconcebíveis. Os limites internos foram introduzidos a seguir, mas eles não têm os valores separatistas das fronteiras do pensamento ocidental, e a territorialidade do Estado, no caso, é idealmente subordinada ao fato religioso**. As associações sucessivas de Estados Islâmicos projetadas, propostas ou realizadas durante períodos de duração variável, testemunham isso. Além do fator religioso essencial, se atribui os caracteres originais da territorialidade islâmica à associação ao deserto, ao nomadismo e a uma urbanização sem contrapartida agrícola, sem

> assentamento rural extensivo (PINCHEMEL, 1988, p. 407, grifo nosso).

No século XVI, os otomanos reunificam sob sua liderança o mundo mulçumano sunita, com exceção da Pérsia (xiita). Na administração desse vasto império, os otomanos adotaram o que o historiador Massoulié (1994) denominou de "solução otomana". Nessa lógica de poder, as fronteiras não eram demarcadas rigidamente entre os diversos povos que habitavam o Oriente Médio, seguindo as premissas da territorialidade islâmica. Assim como na antiguidade, as dinâmicas locais – como o sistema tribal, por exemplo - não sofriam uma interferência direta do governo central de Istambul.

Os sultões mulçumanos concediam vantagens aos governos europeus para implantarem pontos de comércio no interior dos limites imperiais, além de poderem proteger as comunidades cristãs (constituídas principalmente de europeus) no Oriente. Essa política, que ficou conhecia como "as Capitulações", contribuiu para o próprio declínio do império otomano, e no século XVIII a maioria das regiões mais remotas do império, como o norte da África e partes do Oriente Médio, já não estavam de maneira efetiva no controle do governo turco (HOBSBAWM, 1988).

Dessa forma, os europeus começaram a impor o conceito de fronteiras rígidas no Oriente Médio. No início do século XX, a "solução otomana" entra em colapso com a derrota dos otomanos na I Guerra Mundial. Começa-se, então, o processo de implantação do modelo de Estado nação ao estilo europeu, ou seja, vestifaliano (HINNEBUSCH, 2018). O Oriente Médio seria integrado mais profundamente à Sociedade internacional europeia (WATSON, 2004).

O período de domínio europeu: implantação do modelo territorial vestifaliano

O governo britânico tinha negociado, durante o decorrer da I Guerra Mundial, com o líder Hussein, importante autoridade árabe e tido como descendente de Maomé, o apoio dos árabes contra os exércitos otomano e alemão, em troca do apoio inglês à criação de um futuro "Estado Árabe" independente, que incluiria a Arábia, a Síria, parte do Iraque e possivelmente a Palestina (CLEVELAND; BUNTON, 2009). O governo dessas províncias ficaria a cargo do próprio Hussein e de seus filhos. Entre esses, estava Amir Faisal, que seria o governante da Síria, território onde ele ajudou na luta contra os otomanos e que tinha o apoio das lideranças locais. Entretanto, Inglaterra e França negociaram um tratado secreto, finalizado em maio de 1916 e conhecido como o "Acordo Sykes-Picot". Ele determinava que:

> Reconhecia as reivindicações francesas de longa data para a Síria, atribuindo a França uma grande zona de "controle direto" que se estende ao longo da costa síria do sul do Líbano até a Anatólia. Além disso, a França recebeu uma esfera de influência indireta exclusiva no interior da Síria (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 163).

Ao final da guerra, Amir Faisal estava formando um governo árabe em Damasco. As lideranças locais se organizaram e formaram o Congresso Geral Sírio e elaboraram um plano de independência e a formação de um governo monárquico constitucional, tendo Faisal como rei. A ideia da criação de uma "Grande Síria" se baseava na crença de que ela seria a sucessora da antiga Assíria (MASSOULIÉ, 1994). Nesse intuito, o Congresso Geral Sírio, reunido em 1919

redigiu uma resolução que descrevia a delimitação geográfica que corresponderia aos atuais territórios da Síria, sudoeste da Turquia, Líbano, Palestina, Israel e Jordânia (Mapa 1).

Mapa 1 – A Grande Síria: delimitação do território reivindicadoem 1919



Fonte: Elaboração própria. Baseada no documento "Resoluções do Congresso Geral Sírio" de 1919 (MASSOULIÉ, 1994).

Mas, segundo Cleveland e Bunton (2009), a França não aceitou a independência total da Síria e interveio militarmente, ocupando Damasco. Em 1919, a Liga das Nações determinou a divisão das ex-províncias otomanas em novos Estados e os concedeu à Grã-Bretanha e à França como seus "mandatos" (Mapa 2).

Mapa 2 – Os mandatos e as zonas de influências no Oriente Médio



Fonte: CLEVELAND; BUNTON (2009, p. 168, com adaptações).

Em 1924, a França introduziu um novo arranjo político juntando os estados de Damasco e Aleppo em uma única unidade territorial chamada "Estado da Síria". Além de Damasco e Aleppo, o Estado reconstituído da Síria compreendeu as cidades de Homs e Hama, dois grandes centros urbanos. Com efeito, a França isolou os drusos e os alauítas da vida política e garantiu que o poder político seria dominado por uma elite conservadora de sunitas urbanos. A

instabilidade política destrutiva que veio caracterizar a Síria após a independência, em 1946, deve ser entendida, em grande parte, pela fragmentação praticada pelas autoridades francesas (CLEVELAND; BUNTON, 2009).

Em síntese, o período entre guerras se caracterizou pela política francesa do "dividir para reinar", implantando instituições político-territoriais estranhas à região. A ordem otomana de administração indireta e de não interferências sectárias fora destruída com a separação forçada das diversas comunidades por meio da implantação de fronteiras rígidas, gerando a fragmentação espacial e a instabilidade política e social. Nesse quadro foi que se processou a independência e o início da vida soberana síria.

Período independente: a tentativa de construção de um Estado nacional segundo o modelo vestifaliano

Após a II Guerra Mundial, a França reconheceu a independência total da Síria. Contudo, a "solução francesa" não produziu na Síria as condições ideais para a constituição de um Estado-nação social e politicamente estável. Dessa forma, a história da Síria independente é marcada pela instabilidade política, social e também territorial. Tal situação produziu os fatores que desencadearam a atual guerra civil, resultando, segundo Hinnebusch (2018), no colapso do modelo de Estado vestifaliano.

Adicionalmente, surge a questão da criação do Estado de Israel. O primeiro governo da Síria independente tinha sido eleito e logo teve que enfrentar a crise causada pela criação do Estado de Israel e a primeira guerra árabe-isralelense em 1947-48. A derrota para Israel abalou o regime parlamentar democrático, abrindo caminho para o primeiro de vários golpes de Estado (LEWIS, 1996).

Em 1967, Israel ocupa o território sírio denominado "Colinas de Golã", e o sonho da Grande Síria torna-se mais distante.

O partido Baath se desenvolveu no contexto da Guerra Fria sob inspiração do socialismo soviético combinado com o nacionalismo árabe. Ao longo da década de 1960 a tendência autoritária e militarista prevaleceu, alimentada pelos confrontos com Israel e pela busca do ideal da Grande Síria, culminando com a ascensão do general alauíta Hafez al-Assad ao poder em 1970. Assad estruturou um regime autoritário baseado no favorecimento de sua comunidade de origem e principalmente de sua família. Além disso, duas outras características do regime aumentaram a oposição da maioria sunita: a aproximação no exterior com os segmentos xiitas como o grupo paramilitar libanês Hezbollah e o regime teocrático xiita iraniano. Formaram-se grupos contrários ao governo, entre eles a Irmandade Mulçumana (CLEVELAND; BUNTON, 2009).

Em 2000, com a morte do presidente Hafez al-Assad, o seu filho, Bashar al-Assad, assumiu a presidência do país e manteve as linhas gerais de seu pai, inclusive o estado de emergência que dava ao governo o direito de reprimir qualquer oposição ao regime. A eclosão de uma série de protestos por democracia, ocorridos no Oriente Médio e Norte da África a partir de 2010, conhecidos pela expressão "Primavera Árabe", que questionava e ajudou na queda de alguns regimes autoritários do mundo árabe, serviram de inspiração para que ativistas desafiarem o regime autoritário de Al-Assad, assim como já o tinham feito no passado (FURTADO, 2014). O movimento contestador acabou evoluindo para a guerra civil.

Contudo, a questão do autoritarismo explica apenas uma parte da guerra civil. Como já apontado anteriormente, a Síria é um país criado a partir dos interesses coloniais britânicos e franceses, que praticavam a política do "dividir para reinar", instigando as rivalidades entre os diversos grupos étnicos e religiosos existentes

na região e buscando implantar as bases do modelo de Vestfália (HINNEBUSCH, 2018).

Portanto, ao analisar a evolução histórica da Síria e de outros países como o Iraque e a Líbia percebe-se que a territorialidade árabe, desenvolvida ao longo de séculos, fora interrompida com o colapso do Império Otomano e a implantação da lógica territorial de matriz europeia (ou vestfaliana), que paulatinamente remodelou o espaço geográfico do Oriente Médio, implantando o domínio territorial sem levar em conta as peculiaridades históricas e locais. A geógrafa Glória Maria Vargas Lopez de Mesa (2017) já alertara sobre a importância de estudar o território levando-se em consideração o processo histórico que o criou. A ação europeia na Síria, principalmente a francesa, resultou numa quase completa fragmentação do espaço, para usar o termo de Andrade (1988). Ou seja, pode-se entender, então, porque o atual quadro geopolítico sírio é tão complexo.

QUESTÃO SÍRIA NOS CONTEXTOS GEOPOLÍTICOS GLOBAL, REGIONAL E NACIONAL

Segundo o economista Howard J. Shatz (2019) a guerra civil síria havia acabado no final de março de 2019 quando, após uma operação de quatro anos apoiada pelos EUA, as forças da coalizão finalmente expulsaram o grupo militante do Estado Islâmico (ISIS) de seu último domínio territorial na Síria. No entanto, a guerra civil síria ainda persiste com sérias consequências geopolíticas. Nesse quadro, devemos analisar esse conflito nos contextos geopolíticos mundial, supranacional (Oriente Médio), e nacional da Síria, em especial os interesses e a atuação dos principais atores (estatais e não-estatais) envolvidos nesse conflito e seus reflexos em termos de domínio territorial.

A questão síria no contexto geopolítico global

Presume-se nesta pesquisa que o conflito sírio deve ser entendido, além das questões específicas regionais e nacionais, no contexto geopolítico mundial contemporâneo de disputa de poder entre as grandes potências mundiais no Oriente e no Ocidente. Nesse sentido, destacam-se como protagonistas globais na Síria, de um lado, a Rússia e China (pró-regime do presidente Assad), embora ressaltando as diferenças e interesses entre os dois, e de outro lado, os Estados Unidos e a União Europeia (pró-oposição ao regime de Assad).

Cruz (2011) lembra que nas questões do Oriente Médio e, particularmente no conflito sírio, o Ocidente parece agir de maneira mais ou menos unida. No plano econômico, a região é vital para o fornecimento de petróleo e gás natural e, do ponto de vista estratégico, constitui um foco de irradiação do terrorismo fundamentalista islâmico internacional (MONIZ BANDEIRA, 2013). Em particular, os países europeus se preocupam, além das questões econômicas, com o fluxo cada vez maior de refugiados em direção à Europa, tendo em vista a relativa proximidade geográfica entre o Oriente Médio e o continente europeu. Daí que se entende o envolvimento das potências ocidentais na guerra civil síria, seja diretamente por meio de bombardeios aéreos ou de maneira indireta, via financiamento dos grupos oposicionistas locais, como os curdos.

Mas no caso dos Estados Unidos, por seu peso único do ponto de vista estratégico-militar no espaço mundial, têm seus interesses próprios. No Oriente Médio, a presença militar americana tem o objetivo de defender as fontes de petróleo, garantir a segurança de Israel (seu principal aliado na região), e combater as ameaças à sua hegemonia estratégica na região, representadas por países islâmicos governados por xiitas (Irã e Síria), grupos mulçumanos radicais e

pelas potências maiores atuantes na região, especialmente Rússia e China (MONIZ BANDEIRA, 2013).

De acordo com Moniz Bandeira (2013), em 2003, o congresso norte-americano aprovou uma lei denominada "Syria Accountability Act", ou "Lei de Restauração da Soberania Libanesa e da Responsabilidade da Síria", que objetiva deter o apoio sírio ao terrorismo, pôr fim à sua ocupação do Líbano e parar seu desenvolvimento de armas de destruição em massa, e ao fazê-lo, manter a Síria responsável pelos sérios problemas de segurança internacional que causou no Oriente Médio (UNITED STATES, 2003, p. 1). A iniciativa do ataque unilateral dos Estados Unidos a Síria a partir de sua marinha estacionada no mar Mediterrâneo, deve ser entendida neste contexto.

É mister ressaltar que o regime de Assad é declaradamente antiamericano e pró-russo. Dessa maneira, o auxílio militar direto russo veio a ser necessário com a eclosão da atual guerra civil, e pode ser entendido, primeiro por força da aproximação histórica sírio-russa. E depois no contexto estratégico de oposição do oriente eurasiano, mais precisamente a Rússia, mas também a China, à visão geopolítica ocidental e, principalmente, contra a unipolaridade americana. É fato que os Estados Unidos tentam evitar a ascensão dessas potências na Ásia, seguindo uma doutrina teórica que remonta aos conceitos de Heartland, de Halford Mackinder e seu derivado Rimland (ROCHA; ALBUQUERQUE, 2014).

Sobre o tema, Saraiva (2006, p. 75) afirma que há uma "ascensão gradual de uma geografia política na qual a Eurásia toma assento decisivo na balança de poder global."; para ele, a Rússia não abdicou do seu papel no plano internacional e defende também que "há um projeto de poder mundial chinês, de tipo estratégico, em curso. (...) **[Assim,]** os chineses já não escondem sua vontade de projeção geopolítica." (SARAIVA, 2006, p. 76, acréscimo nosso).

Desde o fim da Guerra Fria foi se delineando uma pragmática parceria sino-russa, com vistas a contrabalancear o poder americano. São emblemáticas dessa aproximação a assinatura do Tratado de Boa Vizinhança de Amizade e Cooperação pelos dois países em 2001 e a criação da Organização de Cooperação de Xangai, que depois incluiria outros países asiáticos. Segundo Mendes e Freire (2008, p. 216-217), nas entrelinhas dessa cooperação estaria "(...) a oposição aos Estados Unidos e a defesa de uma ordem internacional multipolar. Ou seja, (...) a cooperação é baseada na contenção de terceiros (o ocidente, em geral, e, os Estados Unidos, em particular)." Entre os assuntos convergentes e explícitos, estaria a defesa do princípio da não-ingerência nos assuntos internos dos Estados.

Tal postura fica evidente nas discussões sobre o tema da guerra civil síria no Conselho de Segurança da ONU. Os russos vetaram, com o apoio da China, todas as tentativas propostas pelos membros permanentes ocidentais (Estados Unidos, França e Inglaterra) de aprovação de resoluções para eventuais "intervenções humanitárias" na Síria ou de condenação das autoridades sírias por prováveis violações dos direitos humanos no conflito. Russos e chineses não deixariam ser aplicada na Síria a mesma intervenção que a OTAN, autorizada por resoluções da ONU, realizou na Líbia, onde fortes interesses chineses foram prejudicados com a queda do ditador Muammar al-Gaddafi (VISENTINI, 2012).

Segundo Tomás (2014), uma eventual vitória da oposição não seria nada favorável geopoliticamente para Rússia e China. No caso da Rússia, haveria a possibilidade de perder a base de Tartus, na costa síria, o único porto que permite aos russos navegar em águas internacionais quando o gelo lhes congela as águas e os seus navios não conseguem sair; e também a base aérea de Latakia, de onde os russos podem operar diversas manobras militares no Oriente Médio e no mar Mediterrâneo.

Além disso, no campo econômico, Síria e Rússia possuem vários acordos em diversos setores, como na utilização e ampliação de oleodutos e gasodutos, que poderiam passar às mãos de empresas ocidentais, no caso de uma mudança de governo. Por exemplo, há o projeto sírio-iraquiano-iraniano (apoiado pelos russos) de construção de um gasoduto para exportação de gás iraniano e russo para a Europa. Tal projeto poderia ser substituído por outro, idealizado pelas monarquias sunitas, de construção de um gasoduto que abasteceria a Europa a partir das reservas do Catar, através dos territórios da Turquia, Arábia Saudita, Jordânia, Síria e Israel (PICCOLLI; MACHADO; MONTEIRO, 2016), conforme se observa no Mapa 4.

Mapa 4 - Projetos de gasodutos em direção aos mercados europeus no contexto geopolítico do conflito sírio



Fonte: Elaboração própria. Baseada em Moniz Bandeira (2013, p. 421).

A Rússia tem consciência que os americanos e europeus tencionam isolá-la do fornecimento de gás e petróleo para a Europa. Não apenas obstruindo a construção do gasoduto supracitado, mas também viabilizando a construção de outro, denominado Nabucco, que ligaria o Mar Cáspio, e os países do Cáucaso e da Ásia Central, via território turco aos mercados europeus (ver Mapa 4). Tal projeto entraria em uma estratégia maior de isolar a Rússia, o Irã e a China, evitando o surgimento de uma potência euroasiática e, ao mesmo tempo, tornando o Ocidente menos dependente de fontes de energia russa.

Dentro desta lógica, entende-se o empenho russo-chinês em fortalecer a cooperação no âmbito da Organização de Cooperação de Xangai e de defender a permanência de Assad no governo e a integralidade territorial síria. Segundo Moniz Bandeira (2013, p. 412), o projeto do gasoduto Nabucco perdeu as chances de se concretizar devido às pressões russas, que fizeram Azerbaijão e Turcomenistão, recuarem da empreitada. A recente retirada norte-americana do Afeganistão foi acompanhada de contatos entre o regime do Talibã e os russos e chineses, também nesta linha de fortalecer o bloco eurasiano contra a influência ocidental.

Em 2011, o ministro sírio do Petróleo e Recursos Minerais anunciou a abertura de uma concorrência internacional para a exploração e produção de petróleo, oferecendo "três blocos (I, II e III), cada um com 3.000 km2 em uma extensão total de 9.038 Km2, localizados offshore, na zona econômica da Síria, no Mar Mediterrâneo" (MONIZ BANDEIRA, 2013, p. 276-377). Tal oportunidade levantou o interesse de empresas ocidentais e orientais, o que só aumenta o peso geopolítico da Síria, cujo território é estratégico por tudo que já foi exposto.

A questão síria no contexto geopolítico supranacional do Oriente Médio

A guerra civil da Síria envolve praticamente todos os seus vizinhos do Oriente Médio. Tal como na escala mundial, no plano geopolítico regional, o referido conflito serve de confronto entre os tradicionais inimigos dentro do mundo árabe; os países com governos sunitas de um lado e aqueles sob o domínio do segmento xiita, do outro. Dessa forma, compreender o componente religioso, em especial a oposição xiismo-sunismo dentro do islamismo, é fundamental para se entender o conflito geopolítico no Oriente Médio e, em particular, na Síria, nessa escala.

Neste contexto, apesar da ampla predominância (em torno de 90%) dos sunitas entre os mulçumanos, os xiitas formam uma considerável comunidade que não se restringe ao Irã, mas estão presentes em outros países de maioria islâmica. Em especial, eles são maioria, além do país persa, no Iraque e no Bahrein.

Assim, o regime sírio é apoiado na região principalmente pelo Irã (xiita, assim como os alauítas sírios que dominam o governo), além do suporte de grupos islâmicos xiitas como o Hezbollah do Líbano e a Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (NAPOLEONI, 2015). O Irã, como principal potência regional xiita, sempre visou influenciar os diversos grupos xiitas em outros países, como o Iraque e o Líbano, e tem no regime de Assad, pertencente à minoria alauíta xiita, um fiel aliado, mesmo que a maioria da população síria seja composta de mulçumanos sunitas. O apoio iraniano se traduz em envio de armas e de tropas. Cabe frisar que o Irã é membro observador da Organização de Cooperação de Xangai e estrategicamente procura se aproximar da Ásia Central, especialmente Rússia e China, como forma de dissuadir militarmente os Estados Unidos e Israel (MENDES; FREIRE, 2008).

No campo sunita, as monarquias apoiadas pelo Ocidente e que se opõem à hegemonia xiita do Irã na região (especialmente Arábia Saudita, Kuwait, Bahrein, Catar e Emirados Árabes), financiam os grupos sunitas internos de oposição, com armas e militantes. Estes países estão organizados em organismos regionais como a Liga Árabe, onde defendem a expulsão da Síria e, principalmente, no Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), uma organização intergovernamental constituída em 1981. Ele "foi concebido como uma resposta ao dilema geopolítico vivenciado pelos países do Golfo Pérsico após a Revolução Iraniana." (LOPES; OLIVEIRA, 2013, p. 70).

A Turquia constitui um caso a parte. Desprezados pela União Europeia e impulsionados pelo projeto de poder do presidente Erdogan, os turcos voltaram-se para o Oriente Médio com um discurso cada vez mais "islâmico" (VISENTINI, 2012). Sua principal razão para se envolver no conflito, além da clara intenção de disputar um espaço de liderança no mundo muçulmano, é a segurança em sua fronteira ao sul com a Síria, que é habitada em grande parte pelos curdos, que almejam a autonomia da região e constituem um problema geopolítico no interior da Turquia, assim como do Iraque. Como membro da OTAN, a Turquia foi um território estratégico para as potências ocidentais agirem na Síria. Segundo Moniz Bandeira (2013), foi a partir de bases na Turquia que o Ocidente fornecia armas e apoio logístico aos rebeldes sírios, sobretudo para aqueles que estão reunidos sob a liderança do Conselho Nacional Sírio.

No entanto, ao ajudar a oposição contra Assad, o governo turco favoreceu indiretamente a causa curda dentro da Síria. Segundo Cockburn (2015), desde que as forças do governo sírio retiraram-se dos cantões curdos na fronteira com a Turquia, em julho de 2012, Ancara teme o impacto do autogoverno dos curdos sírios e o fantasma da ideia de um Curdistão independente, já que no norte

do Iraque os curdos, que até recentemente recebiam apoio direto dos americanos, também estão cada vez mais fortalecidos. Nesse contexto, a partir de 2017, os turcos acabaram por se aproximarem dos russos, objetivando manter a estabilidade em termos de controle territorial na região norte da Síria (FERREIRA, 2019).

Também constitui um caso específico a posição do Estado de Israel. À medida que o conflito foi aumentando, as estratégicas Colinas de Golã começaram a ficar ameaçadas e o governo de Israel movimentou tropas para essa região. A princípio, Assad é tido como inimigo de Israel. No entanto, muitos analistas afirmam que o regime de Assad é o "inimigo previsível". Nesse sentido, o então ministro de Defesa de Israel em 2012, major-general Aviv Kochavi, afirmou que "com a erosão do regime de Assad, as colinas de Golã poderiam "tornar-se uma arena de atividades contra Israel, similar à situação do Sinai, como resultado do crescente movimento da jihad na Síria" (MONIZ BANDEIRA, 2013, p. 429). E de fato, a partir de 2018, notou-se o acirramento do embate entre Israel e Irã, quando os israelenses começaram a bombardear alvos dentro do território sírio, onde havia uma clara concentração de tropas e equipamentos iranianos (LUCENA, 2017).

A questão síria no contexto nacional

Na dinâmica da guerra civil, os atores externos regionais e globais se articulam com os grupos internos sírios. Com um governo sem grande legitimidade, pois representa apenas uma pequena minoria da população, o conflito se desenvolveu por meio da ascensão de diversas facções que foram discriminadas política e economicamente por anos. Assim, faz-se necessário também a análise da organização e das ações desses atores não-estatais que

lutam dentro do território nacional sírio. Eles podem ser responsáveis por uma provável fragmentação do território sírio.

A agremiação xiita Hezbollah e outros menores que apoiam o governo de Assad. Na oposição ao regime sírio, há os grupos islâmicos de origem sunita que contam com o apoio de países de maioria sunita e que são pró-Ocidente, como também os curdos que habitam o norte do país. Em geral, tais grupos são apoiados pelos Estados Unidos e seus aliados ocidentais. Este apoio se deu inclusive antes do início da guerra civil, por meio de serviços secretos ocidentais como a CIA (MONIZ BANDEIRA, 2013). Tomás (2014) classificou a oposição síria em dois grupos principais: os grupos rebeldes (que incluem os de inspiração religiosa, étnica ou política) e os grupos jihadistas fundamentalistas islâmicos que se orientam, sobretudo, pela chamada "guerra santa" (ou jihad).

No primeiro grupo destaca-se o Conselho Nacional Sírio (CNS). Ele é formado por diversas facções de oposição a Bashar al-Assad, sendo que a mais importante é a Irmandade Muçulmana, perseguida e proibida na Síria durante a ditadura. Incluí também um dos partidos curdos, o Partido do Movimento Futuro e membros do Exército Livre da Síria. O CNS organiza-se em uma Assembleia Geral, uma Direção Geral e uma Direção Executiva, e já teve líderes de origens diversas, inclusive cristãos. "A ONU reconhece o CNS, bem como o seu governo de oposição no exílio, composto por doze ministros, sendo que o ministro da defesa é, obrigatoriamente, escolhido pelo Exército Livre da Síria." (TOMÁS, 2014, p. 10).

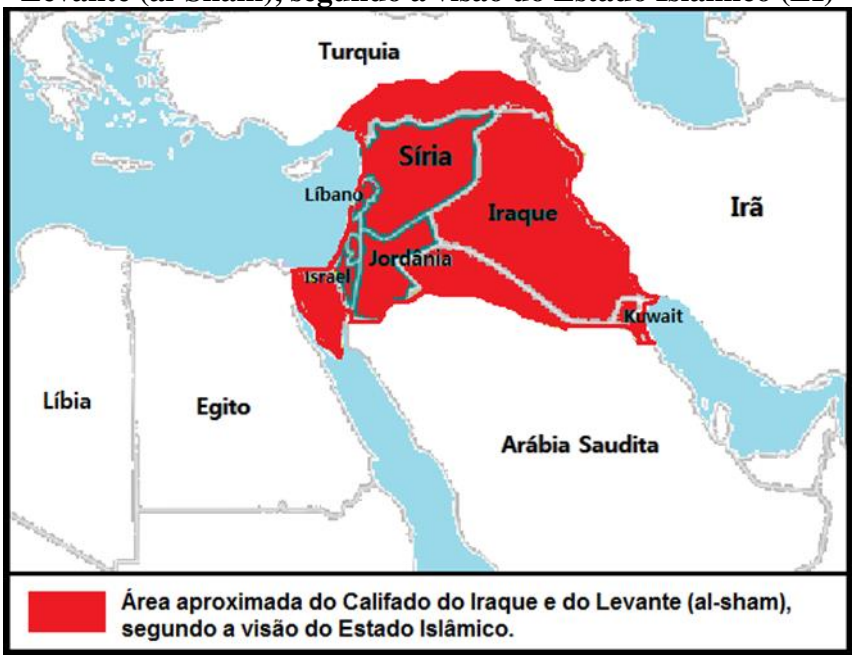
Apesar de oficialmente os EUA não reconhecerem este governo, eles apoiam o CNS financeiramente, e no fornecimento de armas e outros equipamentos para os seus combatentes, com a ajuda da OTAN (MONIZ BANDEIRA, 2013). Além desses grupos que são parte do CNS, têm-se outros independentes que fazem alianças ocasionais entre si, entre eles o grupo turco Partido da União Democrática (em curdo Partiya Yekîtiya Demokrat, PYD).

O PYD foi criado em 2003 por ativistas curdos e é o partido político que representa a causa curda síria, especialmente no norte do país. É composto por nacionalistas curdos e é ligado ao Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), que é considerado um grupo terrorista pela Turquia. O PYD controla algumas cidades no norte da Síria, perto da fronteia com o Iraque, onde também há uma considerável comunidade curda e deseja a autonomia e não a independência do Curdistão sírio. Ele sempre foi considerado ilegal pelo regime de Bashar al-Assad, pois a constituição síria determina que os partidos políticos não podem ter natureza religiosa, tribal ou étnica (TOMÁS, 2014).

Por fim, têm-se os grupos jihadistas islâmicos sunitas, destacando-se a Frente Jabhat al-Nusra (filial da Al-Qaeda) e o Estado Islâmico do Iraque e do Levante/Síria (EI). O primeiro, segundo Tomás (2014, p. 12), foi "considerado um fenômeno nacional na Síria, porque dão comida e proteção à população que se queixa de ter sido abandonada pela comunidade internacional". Tal atitude é relevante para a sobrevivência do grupo, pois o fortalece perante a comunidade local, dando-lhe a legitimidade necessária para controlar melhor o território conquistado. Algo semelhante aconteceu também com o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) no nordeste do Iraque a partir de 1991, após o estabelecimento da zona de exclusão aérea naquela região (STEWART; LIOU, 2016).

Já o EI constituiu um ator singular no conflito sírio. Os seus dois principais líderes defendiam não apenas a luta contra os infiéis, mas também reconstruir o antigo Califado (Mapa 5), como existiu na maior parte da história islâmica (de 632 a 1924). Ou seja, eles vêm lutando para instituírem uma base territorial onde poderiam implantar um governo perfeito aos olhos dos mulçumanos.

Mapa 5 - Área aproximada do Califado do Iraque e do Levante (al-Sham), segundo a visão do Estado Islâmico (EI)



Fonte: Elaboração própria. Baseada em: NAPOLEONI (2013); MONIZ BANDEIRA (2013).

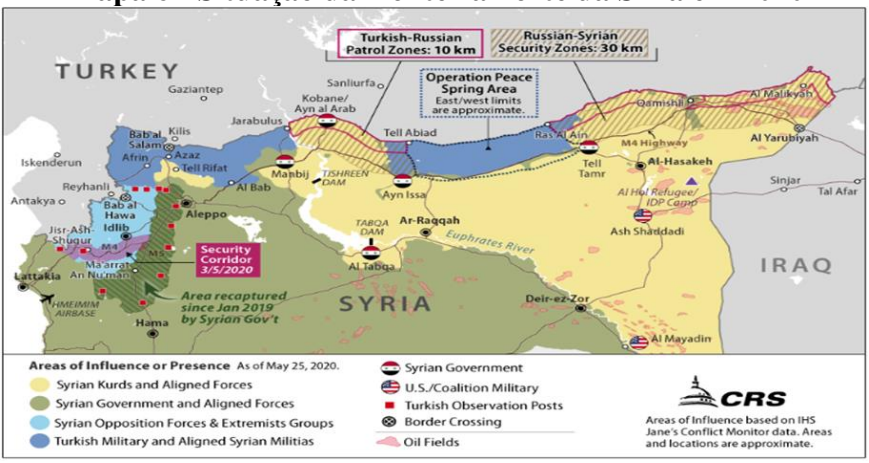
Dessa forma, o EI obteve a admiração de grande parte do mundo mulçumano que sonhava com o retorno dos tempos áureos do Islã. Como lembra Napoleoni (2013, p. 16), em seu primeiro discurso como "califa", Al-Baghdadi prometeu "devolver aos muçulmanos 'a dignidade, o poder, os direitos e a liderança' do passado (...)". Lembrando-se do conceito de poder de Arendt (1985), o poder exercido pelo EI só seria substancial se tivesse alguma legitimidade junto a população do respectivo território dominado.

No entanto, com o aprofundamento da participação da Rússia e das potências ocidentais nos combates na Síria e no Iraque, em

especial por meio dos intensos bombardeios aéreos, o EI foi perdendo a sua base territorial, o que levou o referido grupo terrorista a voltar a ser apenas mais uma entre as muitas agremiações jihadistas.

Desde 2020, a região de Idlib no Noroeste do país ainda conta com um número considerável de jihadistas lutando contra o governo sírio. Essa região constitui no presente momento a mais disputada e, consequentemente, onde ainda há fortes confrontos armados, conforme se observa no Mapa 6 abaixo (SHATZ, 2019).

Mapa 6 - Situação da fronteira norte da Síria em 2020

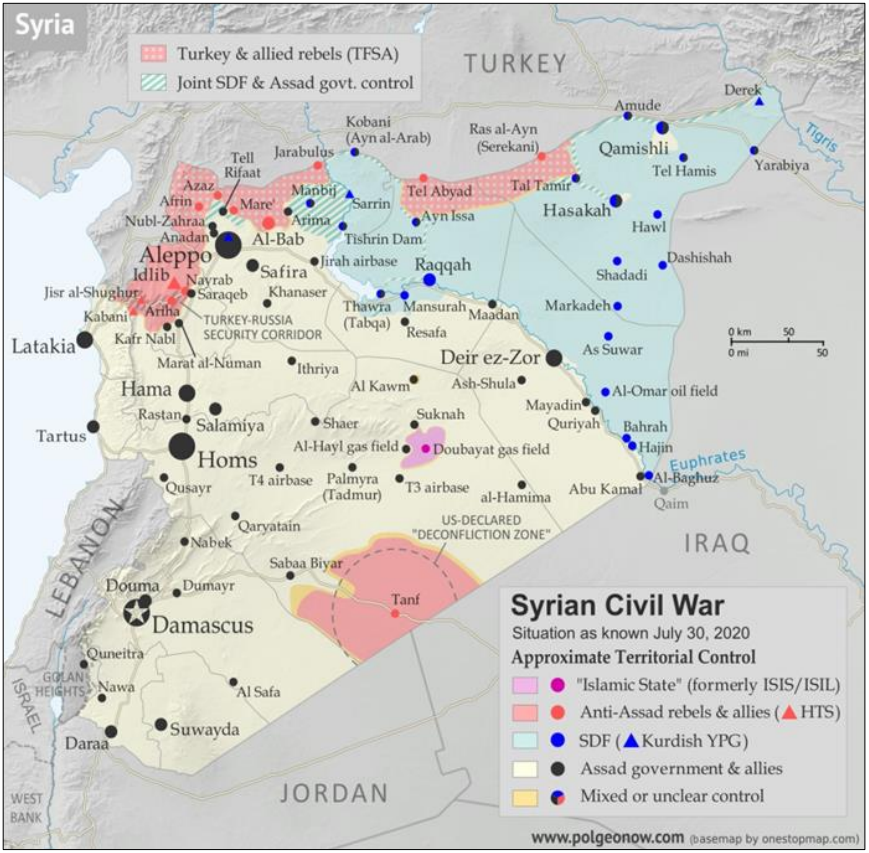


Fonte: HUMUD; BLANCHARD (2020, p. 13).

Pelo exposto, pode-se inferir que a multiplicação de grupos de oposição e de apoio ao regime de Assad com interesses conflitantes e o envolvimento cada vez mais intenso e direto de atores regionais e globais tornou ainda mais complexa a guerra civil síria. Deduz-se também que o território caminha para uma fragmentação cada vez maior, apesar do regime de Assad ter

conseguido se manter no poder, sobretudo pela ação decisiva de seus aliados principais, especialmente a Rússia. Em termos de domínio territorial, a partir dessas questões geopolíticas expostas, têm-se a realidade retratada no Mapa 7 abaixo:

Mapa 7 - Situação da Guerra Civil Síria - domínio territorial



Fonte: Political Geography Now (2020).

CONCLUSÃO

A guerra civil síria ainda demanda muita atenção por parte dos estudiosos da realidade geopolítica contemporânea. A disputa de poder por meio do domínio territorial ficou evidente ao longo do referido conflito. E como lembra Newman (2006), é mais fácil dividir o poder do que o território. Daí a dificuldade na resolução plena da guerra; regiões como o norte e nordeste da Síria, que envolvem diversos atores, mas especialmente os curdos, a Turquia, a Rússia e o próprio governo sírio, nos mostram o quão importante constitui a análise territorial do conflito, confirmando a tese de Anders (2019) de que o controle territorial é uma variável central no estudo das guerras civis.

A hipótese inicial se confirmou. Realmente, o desenrolar do processo de formação do país mostrou a falta de um domínio absoluto do território nacional por parte do Estado sírio, devido a fatores como a falta de uma legitimidade do regime sírio ante uma parte considerável da população e o peso negativo da implantação do modelo vestifaliano de Estado-nação que aconteceu durante a colonização francesa. Tal quadro favoreceu a eclosão da guerra civil, assim como a perda gradativa da legitimidade interna do governo sírio, junto, sobretudo, à maioria sunita; e externa, perante os atores regionais e globais. Como consequência, o regime de Assad se tornou refém geopolítico de seus aliados principais, Irã e Rússia, que foram e são fundamentais para a manutenção do atual governo sírio. Mas isso não impediu que a Síria venha sofrendo a ação de outros atores que têm os seus interesses específicos. Israel procura conter a ação do Irã dentro do território sírio e a Turquia age na fronteira norte para evitar a ação curda sobre o seu próprio território.

No campo teórico, está claro que a Geografia pode, e deve, dar uma contribuição maior ao campo da Geopolítica e das Relações

Internacionais ao aprofundar o debate teórico contemporâneo sobre a relação entre poder e território. O estudo da guerra civil síria mostrou isso, pois a ciência geográfica tem como uma de suas categorias principais de análise o território. Neste presente trabalho buscou-se, numa visão de que a geopolítica é uma área interdisciplinar, agregar à sua base teórica as contribuições de pesquisadores de outros campos, haja vista, também, a falta de uma maior participação dos geógrafos no estudo específico do domínio territorial. Reivindica-se, portanto, a necessidade de aumentarmos os nossos esforços na análise do referido tema dentro da ciência geográfica.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. S. **Uma breve história da Geopolítica**. Rio de Janeiro: Cenegri, 2011.

ANDERS, T. "Territorial control in civil wars: Theory and measurement using machine learning". **Journal of Peace Research**, vol. 57, n. 6, 2020.

ANDRADE, M. C. **Imperialismo e fragmentação do espaço**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

ARENDT, H. **Da violência**. Brasília: Editora da UnB, 1985.

BANDEIRA, L. A. M. **A segunda Guerra Fria**: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CLEVELAND, W. L.; BUNTON, M. **A History of the Modern Middle East**. Boulder: Westview Press, 2009.

COCKBURN, P. **A Origem do Estado Islâmico**: o fracasso da guerra ao terror e a ascensão jihadista. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

CRUZ, S. C. V. **Evolução geopolítica**: cenários e perspectivas. Rio de Janeiro: IPEA, 2011.

FERREIRA, L. F. "A parceria russo-turca no século XXI: reconfigurações de forças em um sistema internacional em câmbio". **Revista Neiba**, vol. 8, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br>. Acesso em: 15/06/2020.

FURTADO, G. *et al*. "A guerra civil síria, o Oriente Médio e o sistema internacional". **Série Conflitos Internacionais**, vol. 1, n. 6, 2014.

HINNEBUSCH, R. "From Westphalian Failure to Heterarchic Governance in MENA: The Case of Syria". **Taylor & Francis Journals**, vol. 29, n. 3, 2018.

HOBSBAWN, E. **A era dos impérios (1875-1914)**. São Paulo: Paz e Guerra, 1988.

HUMUD, C. E.; BLANCHARD, C. M. **Armed Conflict in Syria**: Overview and U.S. Response. Washington: Congressional Research Service, 2020.

LEWIS, B. **O Oriente Médio**: do advento do cristianismo aos dias de hoje. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1996.

LOPES, D. E. B. *et al*. "O mundo árabe pós-2010: entre a primavera e o inverno". **Em Debate**, vol. 5, n. 2, 2013.

LUCENA, G. G. **A geopolítica da guerra civil síria e suas implicações para o Brasil** (Dissertação de Mestrado em Geografia). Brasília: UnB, 2017.

MASSOULIÉ, F. **Os conflitos do Oriente Médio**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

MENDES, C. A; FREIRE, M. R. "A Organização de Cooperação de Xangai como instrumento geopolítico sino-russo na Ásia Central". **Geopolítica**: derivações semânticas da geopolítica, n. 2, junho 2008.

MESA, M G. L. "Quem tem direito ao território?". **Boletim Goiano de Geografia**, vol. 37, n. 1, 2017.

NAPOLEONI, L. **A fênix islamista**: o estado islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2013.

NEWMAN, D. **The resilience of territorial conflict in an era of globalization**. Beer Sheva: Ben Gurion University, 2006.

PICCOLLI, L. *et al*. "A Guerra Híbrida e o Papel da Rússia no Conflito Sírio". **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, vol. 3, n. 1, 2016.

PINCHEMEL, P. "La face de La terre - Éléments de geographie". *In*: PINCHEMEL, P. (ed.). **Région set territoires**. Paris: Armand Colin Éditeur, 1988.

POLITICAL GEOGRAPHY NOW. "Syria Control Map & Report: Frontlines Stable - July 2020". **Portal Eletrônico Political**

Geography Now [31/07/2020]. Disponível em: <https://www.polgeonow.com>. Acesso em: 15/03/2021.

ROCHA, D. F.; ALBUQERQUE, E. S. "Revisando o conceito de Heartland na Política de Contenção Ocidental do séc. XXI". **Revista de Geopolítica**, vol. 5, n.1, 2014.

ROSENBOIM, O. **The Value of Space**: Geopolitics, Geography and the American Search for International Theory in the 1950s. Londres: Universidade de Londres, 2019.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da USP, 2006.

SARAIVA, J. F. S. "À busca de uma nova sociedade internacional: teoria e prática das relações internacionais no início do século XXI". *In*: OLIVEIRA, H. A.; LESSA, A. C. (orgs). **Relações internacionais do Brasil**: temas e agendas. São Paulo: Saraiva, 2006,

SHATZ, H. "The Syrian Civil War Is Coming to an End". **Newsweek**, April, 2019. Disponível em: <https://www.newsweek.com>. Acesso em: 10/06/2020.

SOUSA, M. J. L. "O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento". *In*: CASTRO, I. E. *et al*. **Geografia**: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

STEWART, M. A.; LIOU, Y. M. "Do Good Borders Make Good Rebels? Territorial Control and Civilian Casualties". **The Journal of Politics**, vol. 79, n. 1, 2016.

TOFT, M. D. "Territory and war". **Journal of Peace Research**, vol. 51, n.2, 2014.

TOMÁS, M. J. "O conflito da síria: o quadro global". *In*: VIEIRA, R.; RODRIGUES, T. (orgs). **O conflito da Síria**: as dinâmicas de globalização, diplomacia e segurança. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores, 2014.

UNITED STATES. **Syria Accountability and Lebanese Sovereignty Restoration act of 2003**. Washington: US Government Information, 2003. Disponível em: <https://www.congress.gov>. Acesso em: 10/06/2020.

VISENTINI, P. G. F. **O Verão Árabe**: guerra civil e intervenção internacional na Líbia, Síria e Iêmen. **Ciências e Letras**, n. 51, janeiro/junho, 2012.

WATSON, A. **A evolução da sociedade internacional**: Uma análise histórica comparativa. Brasília: Editora UnB, 2004.

CAPÍTULO 3

O Dragão Benevolente: A Cooperação como Código Geopolítico Chinês na Ásia Central

O DRAGÃO BENEVOLENTE: A COOPERAÇÃO COMO CÓDIGO GEOPOLÍTICO CHINÊS NA ÁSIA CENTRAL[2]

Jonathan Christian Dias dos Santos

A República Popular da China nos últimos 20 anos tem se destacado no espaço político mundial pela sua ascensão e o papel de liderança que vem assumindo em assuntos de ordem global. Dois movimentos geopolíticos recentes demonstram como os chineses encabeçam a tomada de decisões em assuntos de ordem global: [a] a condução no debate, ao nível mundial, sobre as condições climáticas e o meio ambiente, após a saída dos Estados Unidos da América do Acordo de Paris, durante o governo de Donald Trump; [b] e a distribuição, e apoio à quebra de patente das vacinas, durante a crise pandêmica de COVID-19. Além de expressarem a liderança chinesa, essas ações geopolíticas manifestam a lógica da cooperação e tomada de decisão, de maneira compartilhada, que está presente no discurso geopolítico contemporâneo chinês.

Etimologicamente a cooperação está associada a ideia de colaboração e auxílio (FERREIRA, 2008) podendo ser definida no campo geopolítico (e relacionados) como "[...] as intenções para alcançar objetivos comuns quando as preferências dos atores não são idênticas" (PAULO, 2014, p. 3). De forma pragmática a China tem estabelecido diversos acordos de cooperação com múltiplos atores políticos. Tais acordos ocorrem em variados setores (tecnologia, agricultura, educação, cultura, defesa, comércio) e contribuem significativamente para a expansão da atuação chinesa pelo mundo.

[2] Este capítulo foi realizado com o apoio do Programa de Demanda Social (DS) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Ao longo dos anos os acordos de cooperação se estabeleceram como uma das principais características da política externa de Pequim.

Entretanto, a utilização da cooperação como um instrumento geopolítico não começou nos últimos 20 anos pelos chineses. Desde o final da Segunda Guerra Mundial é possível observar o uso da cooperação como um instrumento de política externa — o Plano Marshall, por exemplo (ROCHA, 2019).

Entre meados dos anos 1950 e meados dos anos 2000 a cooperação era dominada por uma ordem normativa do Norte para o Sul Global, considerada por Mawdsley (2019) como a primeira fase da Cooperação Sul-Sul. A quebra dessa ordem normativa se altera a partir de 2007 com o crescimento e a reorganização das agendas diplomáticas de atores do Sul Global (China, Brasil, Rússia, Índia, Turquia), que passaram experienciar maior protagonismo em acordos de cooperação entre si e os países do Norte. Do ano de 2007 adiante, observa-se a expansão da Cooperação Sul-Sul e a origem da sua segunda fase (MAWDSLEY, 2015; MAWDSLEY, 2019).

O crescimento econômico e maior participação política de atores até então ignorados e compreendidos como territórios de exploração, fez com que a geopolítica mundial sofresse uma reestruturação. As nações emergentes (incluindo os países da Ásia Central) e as principais nações do cenário político global, modificaram seus pressupostos de ação uns com os outros e estabeleceram novos *códigos geopolíticos*.

Os códigos geopolíticos segundo Taylor e Flint (2018, p. 51) são os "conjunto de pressupostos de Geografia Política subjacentes ao desenvolvimento das relações de um país com outros países"[3]. Os pressupostos citados por Taylor e Flint devem estar atentos às

[3] Os autores também nos alertam que os códigos possuem dimensões locais, regionais e globais de atuação, podendo determinado ator ter mais de um código em funcionamento. Esses códigos não se excluem e estão em constante interação entre si.

ameaças inerentes que prejudiquem a conquista do objetivo central estipulado por aquele que formula tal código. No caso chinês, o código geopolítico é replicado através dos acordos de cooperação constituídos, pelo menos, desde o final da Guerra Fria, mas ganharam força ao longo do século XXI.

Desta maneira, iremos observar o código geopolítico chinês (manifestado através dos acordos de cooperação) materializado em diversos territórios, de Leste a Oeste, Norte a Sul. Realizamos um recorte espacial para podermos compreender um pouco melhor este código geopolítico e a sua atuação. Esse recorte espacial abrange a área da Ásia Central, uma região posicionada entre os continentes europeu e asiático, sendo uma zona fundamental para o fluxo migratório e mercantil tanto na antiguidade, quanto na modernidade.

Composta por cinco países (Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Uzbequistão e Turcomenistão) a Ásia Central faz fronteira com a Rússia, China, Índia, Irã e também o Mar Cáspio, possibilitando uma ligação com a região do Cáucaso, a Turquia e os Bálcãs. A conexão dos centro-asiáticos com os chineses é histórica, todavia, com um grande período de interrupção. Entre os anos de 1920 e 1991[4], os países da Ásia Central fizeram parte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Enquanto membros da URSS os centro-asiáticos sofreram um afastamento dos chineses motivado pela relação litigiosa entre os comunistas chineses e soviéticos, e seus distintos interesses e percepções de política externa.

[4] Importante destacar que entre os anos de 1924 e 1991 os Estados que aqui consideramos como Ásia Central passaram por variadas transformações na sua configuração territorial. Após a abolição da República Socialista Soviética do Turquestão, que abrigava todos os povos túrquicos e persas que habitam a Ásia Central, em 1924, novas Repúblicas Socialistas foram criadas na região visando a manutenção do poder soviético e a inibição de ideias (panturquismo) contrárias a Moscou que fossem existentes na região. Até 1936, diversas modificações nas fronteiras dos Estados constituídos em 1924 foram realizadas, sem considerar as disparidades étnicas e culturais dos sujeitos que ali habitavam (ABAZOV, 2008). Ainda hoje é registrado na Ásia Central conflitos motivados também, mas não apenas, por questões fronteiriças (SANTOS, 2021).

Através da antiga Rota da Seda, implantada durante a dinastia Han, os territórios da Ásia Central foram essenciais para a expansão territorial e comercial chinesa para o Leste (FRANKOPAN, 2019). As marcas desta rota permanecem na cultura e história dos países centro-asiáticos. Por exemplo: a capital do Tadjiquistão, *Dushanbe*[5], significa no idioma tadjique segunda-feira. Na antiguidade, neste dia ocorria uma grande feira nos bazares da cidade e contava com a presença de mercadores da Pérsia, China e Índia (COUTURIER, 1934). Após o fim da URSS e a independência dos países centro-asiáticos, Nursultan Nazarbayev, ex-presidente do Cazaquistão, chegou a dizer em discursos realizados em *think tanks* ocidentais que o seu país deveria ser uma ponte entre o Ocidente e o Oriente (NAZARBAYEV, 2014), em uma clara alusão aos tempos da antiga rota.

Concomitantemente ao fim da URSS, Pequim começava a colocar em prática o seu novo código geopolítico. Este recente código geopolítico não deveria se sobrepor ao seu antigo código geopolítico (de abertura econômica, processo realizado durante os anos 1980). Ambos os códigos (o antigo e o novo) deveriam trabalhar de forma conjunta. No ano de 1994, o então primeiro-ministro chinês Li Peng realizou uma visita oficial à região. Esteve em quatro dos cinco países centro-asiáticos (Cazaquistão, Quirguistão, Uzbequistão e Turcomenistão) tratando primeiramente sobre questões de defesa e fronteira (reivindicações de territórios). Posteriormente, as visitas e os acordos tornaram-se cada vez mais usuais nas relações da China com a Ásia Central.

O primeiro e mais significativo acordo de cooperação Sino-Centro-Asiático foi o "Clube dos Cinco", firmado em 1996. Em 2001, este acordo passou a se chamar Organização para Cooperação de Xangai (OCX). Voltado para questões relacionadas à defesa, após os acontecimentos ocorridos em setembro de 2001, a organização

[5] Na era soviética a cidade chamava-se Stalinabad.

também passou a se dedicar à integração regional e desenvolvimento comercial entre os membros. A gênese da OCX teve como membros a China, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia e Tadjiquistão.

Atualmente oito países são membros da organização, a saber: China, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão, Paquistão, Uzbequistão e Índia. Em dimensões estatísticas, os maiores países em termos demográficos fazem parte do organismo (China e Índia), assim como o maior país *landlocked*[6] do mundo (Cazaquistão) e Estados que também figuram entre os maiores em extensão territorial (Rússia e China).

A OCX marca a primeira fase do novo código geopolítico chinês para o espaço centro-asiático. A organização tem uma escala de atuação regional e busca criar um espaço estável, desprovido das tensões nacionalistas que se intensificaram na Ásia Central após o fim da URSS. As tensões de cunho nacionalistas também ameaçavam a integridade territorial estatal de Pequim, preocupada com a área Xinjiang (antigo Sinquião). Após estabelecer uma rede de defesa com um alinhamento coeso (com exercícios militares e assistência técnica) e eliminar ameaças que os membros da organização julgam sensíveis às suas configurações espaciais e identidades nacionais, progressivamente os investimentos chineses na região foram aumentando e permitiram o funcionamento da segunda fase do código geopolítico chinês contemporâneo. Esta segunda fase, diferentemente da primeira, possui uma escala de atuação global.

A segunda fase deste código é marcada pela *Belt and Road Iniative* (BRI), anunciada em 2013, no Cazaquistão. Através da BRI, a China tem expandido e construído novos espaços de influência geopolítica pelo Mundo. As diversas redes de transporte e

[6] Landlocked em tradução livre significa "terra trancada". Este termo é utilizado para caracterizar países que não possuem acesso ao mar.

infraestruturas desenvolvidas no contexto desta segunda fase do código geopolítico servem para [a] a circulação de bens produzidos pela imensa mão-de-obra chinesa; [b] extração e importação de recursos para a produção contínua em larga escala dos bens de consumo exportados para o restante do Mundo.

Os países da Ásia Central além de fornecerem recursos estratégicos, como gás e petróleo, são de extrema importância para a segunda fase do atual código geopolítico chineses por outro fator. Devido à posição geográfica privilegiada que a região centro-asiática possui, no interior dela encontram-se presentes algumas destas importantes redes (rodovias, ferrovias e gasodutos) da BRI. A materialização destas estruturas chinesas na Ásia Central é vista principalmente através das obras voltadas para o desenvolvimento de infraestruturas que contam, na maioria das vezes, com o apoio e investimento dos *policy banks* chineses (ROCHA; SANTOS; IBAÑEZ, 2020).

METODOLOGIA

Utilizamos como metodologia o levantamento dos acordos de cooperação através de organismos estatais da China, *databases* e agências de notícias — estatais e civis — dos países envolvidos nos acordos realizados tanto na esfera da OCX, quanto da BRI. A partir disso conseguimos identificar algumas categorias de ações e financiadores que marcam as parcerias entre centro-asiáticos e chineses. Essas parcerias estão concretizadas espacialmente pela vasta região da Ásia Central. Veremos isso mais adiante.

Começando pelos investimentos em obras, utilizamos como fontes alguns bancos de dados mantidos por centro de pesquisas ou universidades estrangeiras. Destacamos aqui os principais e mais

completos *databases* utilizados, sendo eles: *China AIDDATA, Global Development Policy Center, China Global Investment Tracker*, e *Unpacking China in Central Asia: Digital resources for students and businesses*.

Em relação aos acordos de cooperação na esfera da defesa, quase sempre estabelecidos no contexto da OCX, foi necessária a consulta em uma *database*, pois necessitamos de informações sobre o fluxo de armamento (por doações e vendas) entre os chineses e os países da Ásia Central, especialmente no começo do século XXI. Para obter tais dados utilizamos o *Central Asia Arms Flow*, da Oxus Society, um *think tank* especializado em pesquisas ligadas a múltiplos temas relacionados à região.

Além disso, recorremos às agências de notícias locais e estatais em busca de informações sobre acordos e fornecimento de ODF e a realização de exercícios militares entre os chineses e os centro-asiáticos. Consultamos agências como a *Xinhua, Asian-Plus, AKIPress*, entre outras, para confirmar, esclarecer ou descobrir um pouco mais sobre as obras de infraestrutura, fornecimento de assistência técnica e treinamento militar realizados nos últimos anos.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico utilizado para o trabalho é vasto. Passando por diversas áreas, indo desde a Geografia até a Economia, passando pela História e as Relações Internacionais. Esta produção contou com a leitura de diversas obras e autores para podermos compreender a relação geopolítica da China com a Ásia Central, dois espaços com histórias milenares.

A principal força motriz teórica desta pesquisa reside, sem dúvidas, na Geografia. A principal discussão da pesquisa está

atrelada ao território, que segundo Souza (2020, p. 78) "é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder". Assim sendo, o território é base das disputas pelo poder, sendo este quase sempre associado ao poder político do Estado (HAESBAERT, 2014)[7].

Para compreender essas relações de poder no território necessitamos recorrer à Geografia Política (ou Geopolítica)[8] que durante muito tempo esteve distante ou foi rejeitada pelos geógrafos, sobretudo nos anos pós-guerra. Essa rejeição deriva do preconceito ao associá-la a ideias nazistas, em especial a *Geopolitik* alemã e as conceituações concebidas pelo general alemão Karl Haushofer (influenciado pelo geógrafo britânico Halford John Mackinder). O general Haushofer, como aponta Mello (1999), nunca interferiu, de fato, na política externa alemã daquele período. O militar, inclusive, foi perseguido pelo Partido Nazista Alemão nos anos finais da Segunda Guerra Mundial (ARCASSA, 2014).

Anos mais tarde, durante as décadas de 1970 e 1980, a Geografia Política retorna ao cenário da Geografia (o que não significa que ela não tenha sido apropriada e utilizada por outros campos do conhecimento, como a Ciência Política), especialmente com Lacoste (2012). Todavia, o ressurgimento da Geografia Política para os geógrafos fez despontar novas leituras deste campo, especialmente durante os anos 1990, com a chamada Geografia Política Crítica (ou Geopolítica Crítica).

A partir de autores como John Agnew, Gearóid Ó Tuathail e Simon Dalby observou-se uma nova forma de compreender a Geografia Política. A descentralização das relações de poder pelo

[7] Devemos recordar que a definição de território é ampla. Haesbaert (2014) trabalhou exaustivamente as inúmeras noções que o conceito de território pode ter, tanto na ciência geográfica, quanto em outras ciências que também utilizam o território como uma categoria de análise.

[8] Não faremos aqui distinção entre Geografia Política e Geopolítica, seguindo uma tendência de estudos contemporâneos (GOMES; SENHORAS, 2020).

território apenas entre Estados, geralmente realizada pela chamada Geopolítica Clássica, fez com que esta nova corrente analítica da Geopolítica colocasse em evidência as disputas pelo poder territorial presentes nas relações de atores não estatais existentes nos limites territoriais, como, por exemplo, os movimentos sociais.

Influenciados por intelectuais como Immanuel Wallerstein e Michel Foucault (AGNEW, 2016; DALBY, 1991), as novas concepções analíticas da Geografia Política propostas por estes autores não excluíam o Estado como um dos principais atores que exercem poder sobre o território. Tais modelos de análises propostas pelos pensadores da corrente crítica da Geopolítica fornecem novas perspectivas para compreender o exercício deste poder territorial. Consequentemente as novas perspectivas introduzidas nas leituras geopolíticas permitiram a incorporação de temas até então nunca explorados por este ramo da Geografia.

Ainda que a presente pesquisa esteja trabalhando com relações de poder entre Estados, o que seria algo feito pela Geografia Política clássica, o nosso trabalho é influenciado justamente por esta corrente crítica da Geografia Política, pois é a partir dela que conseguimos encontrar subsídios para uma leitura mais contemporânea sobre um tema até então pouco explorado na ciência geográfica brasileira.

Dentre as inúmeras possibilidades de análise que esta nova corrente propõe, encontramos a análise do discurso — dotado de retórica, estratégia e representações espaciais políticas (Ó TUATHAIL, 2000, p. 126) — como um caminho para compreender as entrelinhas do código geopolítico chinês. De forma explícita, o discurso geopolítico chinês é cunhado pela ideia da "Comunidade de futuro compartilhado" onde o poder decisório de questões globais deve ser descentralizado de alguns poucos atores e compartilhado com todas as nações (MING, 2020).

Recorremos também a historiografia para dimensionar a relevância histórica que a Ásia Central teve ao longo dos tempos. A história chinesa, na língua portuguesa, ainda é pouco estudada e divulgada se comparada com a quantidade de obras voltadas para a historiografia estadunidense e de alguns países europeus. Porém, podemos localizar em nosso idioma as obras de Spence (1996) e Pomar (2003). A história centro-asiática conta com um número inferior de obras em português. Ainda que o foco do livro não seja especificamente o espaço centro-asiático, podemos apontar Frankopan (2019) como um desses poucos materiais em nosso idioma.

Portanto, tivemos que nos apoiar em autores como Hambly (1970); Frankopan (2019); Khalid (2007), Rashid (2000) e Roslyakov e Tashliev (1965) e publicações, especialmente na língua inglesa, para compreender que a Ásia Central é um espaço necessário e sempre será, pois, ela não é um "*Heartland*" apenas na teoria de Mackinder. Os territórios centro-asiáticos[9] se estabeleceram, pelo menos, desde o Século III a.C. como áreas de intersecção entre múltiplos povos e culturas. Os rios Amu Dária e Sir Dária (historicamente reconhecidos por Oxus e Jaxartes, respectivamente) foram e continuam sendo fundamentais para o desenvolvimento da região, através de inúmeros canais de irrigação para o uso agrícola. Nas margens desses rios se estabeleceram os povos de alta mobilidade territorial que contemporaneamente conhecemos (principalmente) por Uzbeques, Turcomenos, Tadjiques e Quirguizes.

A região esteve sob a liderança de Tômiris, Gengis Khan e Alexandre, o Grande, durante diferentes períodos da história, e que de variadas formas tentaram controlar as redes de comunicação por onde percorriam os fluxos comerciais de mercadorias e bens. Essas redes foram igualmente fundamentais durante os conflitos entre os

[9] Durante a antiguidade a região que hoje chamamos Ásia Central era conhecida por *Transoxiana*.

diferentes impérios que dominaram a região. Ali também nasceram grandes figuras da cultura islâmica como: Abu Nasr Al-Farabi (filósofo, matemático, cientista), Abu Mansur al-Maturidi (jurista) e Avicena (polímata) (KHALID, 2007).

Uma leitura histórica nos permite refletir sobre o papel geopolítico centro-asiático no contexto histórico e político do século XXI, que mais do que nunca passou a ter um papel vital para as estratégias de diversos atores Estatais, especialmente após a retirada das tropas ocidentais do Afeganistão e a restauração do grupo Talibã como figura central da política afegã. A Arábia Saudita, China, Rússia, Estados Unidos, Índia, Irã e Turquia são nações que possuem interesses diretos nos países da região.

Através dos internacionalistas conseguimos indicar que tais atores tentam estabelecer influência na região centro-asiática usando como elo duas perspectivas: [a] o contexto histórico-cultural que possuem com estes países (Rússia, Irã, Turquia e Arábia Saudita); [b] interesses geoestratégicos e econômicos, nas quais os territórios da Ásia Central são fundamentais para compor uma ampla rede estratégica (China, Estados Unidos e Índia).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das fontes utilizadas e apresentadas na seção de metodologia do presente texto, conseguimos identificar diferentes obras e acordos, em infraestrutura e defesa, que demonstram e/ou indicam os objetivos por trás da estratégia geopolítica chinesa contemporânea. Boa parte destes acordos recebem *Official Development Finance* (ODF), através dos *policy banks* chineses, elementos centrais para o funcionamento do código geopolítico chinês, seja qual for a sua escala de atuação (regional ou mundial).

A principal característica (a cooperação) e discurso (ação com o outro, compartilhamento de decisões) do código geopolítico chinês depende essencialmente destes organismos econômicos, que como apontamos anteriormente, são os principais fornecedores de ODF's aos parceiros e setores cruciais ao funcionamento deste código.

O *China Development Bank* (CBD) e o *Export and Import Bank of China* (EXIM ou CHEXIM) são algumas destas instituições que conseguimos identificar como principais financiadoras dos acordos de cooperação, pelo menos em infraestrutura, nos países da Ásia Central desde o começo dos anos 2000. A operação desses organismos econômicos nos países centro-asiáticos visava principalmente balancear a influência de atores ocidentais que se aproximavam da região devido à guerra no Afeganistão, iniciada em 2001.

Apesar de não estarem especificamente listadas como obras da BRI (código geopolítico de escala global) ou OCX (código geopolítico de escala regional), visto que muitos acordos são realizados de modo a servirem as duas plataformas, nos atentamos apenas as infraestruturas que receberam verbas de bancos estatais chineses. Outras obras são realizadas com recursos de empresas privadas da China que atuam nos países centro-asiáticos.

Considerando os parâmetros analíticos e a metodologia proposta, e que o presente trabalho é fruto de uma pesquisa em andamento (próxima ao fim), apresentaremos algumas obras de infraestrutura que seguem os critérios estabelecidos e mostram um pouco do que a China deseja da região centro-asiática. Posteriormente, iremos mostrar os acordos de defesa.

Devemos destacar que boa parte da produção capitalista mundial está concentrada na China após o processo de abertura econômica do país iniciado, no século XX, pelo PCCh. Inúmeras

corporações multinacionais possuem fábricas no país e o "*Made in China*" tornou-se presente em todos os cantos do Mundo. As gigantes Boeing, a Apple e a Nike são algumas destas empresas.

Além da aviação, do vestuário e da tecnologia, os chineses também possuem grande interesse em se estabelecerem como uma das principais potências mundiais no setor biotecnológico. Para tal, a China tem modernizando progressivamente as indústrias farmacêuticas do país (NATURE, 2019). Tal renovação é um fruto dos investimentos e planejamentos estabelecidos pelos Planos Quinquenais.

Para manter em funcionamento essa produção e conseguir atender a demanda em escala mundial, os chineses precisam estar preparados tanto internamente, quanto externamente. Além disso, necessitam encarar inúmeros desafios (como o desenvolvimento e as conexões entre diferentes redes de transporte em um país com dimensões continentais e a diferença de classe, acentuada nos últimos anos). Os chineses precisam de parceiros e acordos que possam contribuir para o alcance das metas de desenvolvimento nacional elaboradas pelo *National Development Reform Council* (NDRC) e documentadas nos Planos Quinquenais.

Alguns financiamentos são anunciados sem detalhes específicos. Por exemplo: a verba fornecida pelo *Exim Bank of China* para a modernização de postos de fronteiras e do sistema ferroviário cazaque, o último projeto apresentado na Tabela 1, se desdobram em outras inúmeras obras (reformas, ampliação de estradas, ferrovias, construção de novos trechos, etc.). Por outro lado, demais financiamentos são bem esclarecidos e conseguimos identificar o seu destino de forma clara.

Tabela 1 – Obras de infraestruturas na Ásia Central realizadas a partir dos acordos de cooperação com os chineses

Infraestrutura	Financiador	País receptor
Construção de Refinaria de óleo puro em Atyrau	Exim Bank of China	Cazaquistão
Construção da *Ustyurt Gas Chemical Complex*	China Development Bank	Uzbequistão
Construção de Usina Termoelétrica Nº 2 em Dushanbe	Exim Bank of China	Tadjiquistão
Construção de Linhas de transmissão entre a Usina hidroelétrica de Rogun e Dushanbe	Exim Bank of China	Tadjiquistão
Construção da seção tadjique da linha D do gasoduto Central-Asia-China	China Development Bank	Tadjiquistão
Reabilitação da rodovia Bishkek–Naryn–Torugart	Exim Bank of China	Quirguistão
Desenvolvimento do campo de gás natural Galkynysh	China Development Bank	Turcomenistão
Reforma na seção ferroviária entre Vahdat-Javan	Exim Bank of China	Tadjiquistão
Compra de locomotivas cargueiras	Exim Bank of China	Uzbequistão
Modernização do sistema ferroviário e dos postos fronteiriços na fronteira com a China e Uzbequistão	Exim Bank of China	Cazaquistão

Fonte: Elaboração própria. Baseada em: AIIB <https://www.aiib.org>; AIDDATA <https://www.aiddata.org>; *China's Overseas Development Finance* <https://www.bu.edu>; e, China Global Investment Tracker <https://www.aei.org>.

Neste caso, utilizamos como exemplos as obras para a construção de usinas termoelétricas, gasodutos, refinarias e linhas de transmissão de energia pelo Cazaquistão (construção de refinarias para o fornecimento de combustível fóssil), Turcomenistão (campo de gás natural *Galkynysh,* onde se inicia o gasoduto China-Ásia

Central), Tadjiquistão (território que recebe uma parte do gasoduto citado anteriormente, a linha D, e fornece outros recursos aos chineses), Quirguistão e Uzbequistão (atores fundamentais a segurança energética chinesa).

Através dos perfis das infraestruturas materializadas nos países da Ásia Central, no contexto das obras firmadas e apresentadas acima, podemos observar que os territórios centro-asiáticos possuem duas funções fundamentais para o PCCh e o seu código geopolítico: [a] colaboram para o abastecimento da demanda interna chinesa por insumos que mantenha a produção de larga escala em pleno funcionamento (gasodutos, complexos petroquímicos, produção e distribuição de energia elétrica); [b] estes são territórios de trânsito que abrigam os corredores da BRI[10] (rodovias e ferrovias) por onde são escoados os bens produzidos nas fábricas espalhadas pelas províncias chinesas (Uzbequistão e Quirguistão, por exemplo, são fundamentais para projetos rodoviários que ligam a China ao Oriente Médio, além do Cazaquistão que é o país onde está localizada parte significativa da *New Eurasian Land Bridge*, um dos corredores da BRI — que faz a conexão entre China e Europa).

A Ásia Central é um espaço essencial para a integração da China, tanto internamente, pois os recursos advindos da região servem para o abastecimento de diversas áreas e setores do país; quanto externamente, visto que é através dos territórios dos países centro-asiáticos que os chineses se conectam territorialmente a outros mercados consumidores.

A região centro-asiática, por ser fundamental ao código geopolítico da China, necessita de estabilidade para que os projetos de infraestrutura oriundos dos acordos de cooperação e o

[10] A BRI detém seis corredores, dos quais dois usam os territórios da Ásia Central, sendo eles: New Eurasian Land Bridge (no Cazaquistão) e China–Central Asia–West Asia (abrange todos os países da região).

funcionamento do código geopolítico chinês não sejam postos em risco. A integridade territorial estatal da China é uma preocupação do PCCh, cujos países centro-asiático têm papel fundamental. Isto porque, em 2010 foi estabelecida uma Zona Econômica Especial (ZEE) na província de Xinjiang (CGTN, 2020). A área onde está localizada Xinjiang é uma região que historicamente possui relações conflituosas com o PCCh. Os povos da etnia Uigur que ali residem, são um grupo étnico de origem túrquica e apresentam ligações históricas com a religião islâmica e a Ásia Central. Durante os anos 1960, a região centro-asiática foi um dos territórios de refúgio buscados pelos Uigures que fugiam das represálias do PCCh, após as rebeliões, ocorridos em Xinjiang, entre o Poder Central e a população local na década anterior (apoiada pelos soviéticos e britânicos) (WANG, 1998).

Não temos aqui páginas suficientes para adentrar nos detalhes históricos sobre o processo de ocupação e expansão territorial chinesa, pois abrange um período milenar. Entretanto, assim como qualquer outro Estado-Nação, a China é aquilo que Anderson (2008) chamaria por "comunidade imaginária limitada", ou seja, um espaço limitado criado a partir de um profundo senso de união, mas fruto de diferentes contextos históricos que se ajustaram a circunstâncias ideológicas e políticas.

Dentro destes Estados-Nação nem sempre todos aqueles que habitam no seu interior se integram a esta comunidade ou nação. Os sujeitos que não se consideram parte deste Estado-Nação são considerados, em tempos modernos, forças separatistas (grupos que exigem a separação cultural, territorial e econômica do Estado Soberano).

No cenário chinês estas forças estão concentradas também em Xinjiang, como é o caso do Movimento de Independência do Turquestão Oriental. Nos últimos anos o movimento foi acusado pelo PCCh de promover diversos ataques e distúrbios na China. É

atribuído ao movimento, por exemplo, o ataque à Praça Tiananmen, ocorrido em 2013. Grupos separatistas com ideais semelhantes ao Movimento de Independência do Turquestão Oriental também tiveram origens em figuras opositoras aos governos da Ásia Central. Alguns exemplos são: o Movimento Islâmico do Uzbequistão e o *Jamaat Ansurullah*. Todos eles, na atualidade, atuam com o Talibã em território afegão (RFERL, 2021).

Não estamos aqui apontando que a cultura islâmica seja um elemento central no terrorismo e violência vinculada a área. Tais grupos não representam a maioria dos seguidores da religião, amplamente diversificada e adaptada à realidade cultural dos países onde é perpetuada. Essas organizações, com visões radicais dos ensinamentos propostos pelo livro sagrado (Alcorão), são utilizadas por Estados e Governantes para justificar o fortalecimento de políticas de controle territorial e preservação de fronteiras.

Conseguinte, os acordos de cooperação sino-centro-asiáticos na área de defesa se estabeleceram logo após o fim da URSS, na década de 1990. Naquele período, ocorreram diversos movimentos e conflitos nacionalistas (presentes nos territórios da Ásia Central já nos tempos soviéticos), e os chineses se apressaram em estabelecer algum auxílio de defesa com os países recém-independentes, sendo a OCX a primeira plataforma.

Podemos dizer que atualmente tais acordos são manifestados de duas maneiras: [a] exercícios militares; [b] doação de armamentos e assistência técnica. Os exercícios militares têm sido realizados regularmente desde 2002 e em nosso levantamento contabilizamos 18 treinamentos nos últimos 19 anos, conforme se observa na tabela 2, apresentada na página seguinte.

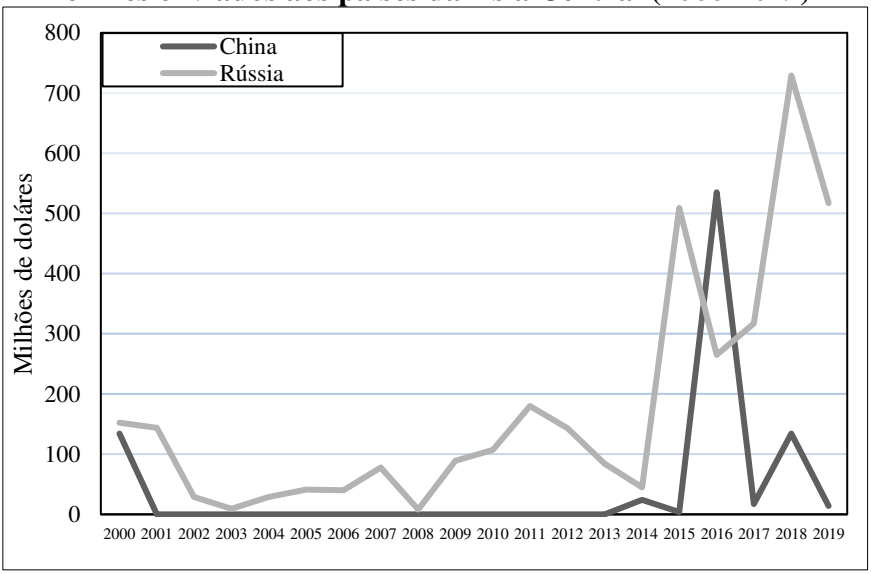
Tabela 2 - Exercícios militares realizados entre os países da Ásia Central e a China durante os anos 2002-2021

Nome	Data	Participantes	País/ Local
Exercise-01	10-11/outubro/2002	China e Quirguistão	Fronteira dos dois países
Coalition-2003	6-12/agosto/2003	Países membros da OCX	Ucharal, Cazaquistão e Ili, China
East Antiterror 2006	Desconhecida	Cazaquistão, Uzbequistão, Tadjiquistão e Rússia	Uzbequistão
Tian-Shan-1-2006	24-26/agosto/2006	China e Cazaquistão	Região Leste de Almaty e Yining, China
Coordination-2006	22-23/setembro/2006	China e Tadjiquistão	Kulyab, Tadjiquistão
The Issyk Kul Antiterror 2007	29-31/maio/2007	Países membros da OCX	Issyk Kul, Quirguistão
Peace Mission-2007	9-17/agosto/2007	Países membros da OCX	Chelyabinsk, Rússia e Urumqi, China
Norak-Anti-Terror 2009	abril/2009	China, Cazaquistão, Quirguistão, Uzbequistão e Rússia	Dushanbe, Tadjiquistão
Peace Mission 2010	9-25/setembro/2010	Países da OCX, exceto Uzbequistão	Cazaquistão
Peace Mission 2012	8-14/junho/2012	Países da OCX, exceto Uzbequistão	Tadjiquistão
Exercícios conjunto	junho/2015	China e Tadjiquistão	Vahdat, Tadjiquistão
CentrAsia-Antiterror-2015	15-17/09/2015	China, Cazaquistão, Rússia, Uzbequistão, Tadjiquistão	Bishkek, Quirguistão
Exercícios anti-terrorismo	outubro/2016	China e Tadjiquistão	Gorno Badakhshan, Tadjiquistão
Cooperation-2019	maio/2019	China e Uzbequistão	Jizzakh, Uzbequistão
Cooperation-2019	agosto/2019	China e Quirguistão	Xinjiang, China
Cooperation-2019	agosto/2019	China e Tadjiquistão	Gorno-Badakhshan, Tadjiquistão
TSENTR 2019	19-23/setembro/2019	Rússia, China, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão	Oremburgo, Rússia
Peace Mission 2021	?	Países membros da OCX	?
Total: 18 ações conjuntas			

Fonte: Elaboração propria. Baseada em: People's Daily Online (2017); Xinhua News Agency (XINHUA, 2019a; 2019b); The SCO Regional Anti-Terrorist Structure (2021); U.S.-China Economic and Security Review Commission (2020); Asia-Plus (2015; 24.kg (2015); ChinaMil (2019), Infoshos.ru (2009); UzDaily (2007).

Já a assistência técnica e doação de armamentos para as forças armadas dos países centro-asiáticos são realizadas de variadas maneiras com diferentes materiais. As doações podem ir desde veículos militares, como ocorreu no Tadjiquistão, Quirguistão e Cazaquistão, até a construção de postos avançados (como o que está localizado em Murghab na fronteira tadjique-chinesa). Contudo, a presença de equipamentos russos nas forças militares centro-asiáticas ainda é muito maior se comparada com a chinesa.

Gráfico 1 - Valor total de armamento russo e chinês enviados aos países da Ásia Central (2000-2019)



Fonte: The Oxus Society (2017).

Ainda que os russos tenham uma larga vantagem no quesito militar, para os chineses o importante é que eles consigam estabelecer o mínimo de segurança possível nos territórios da Ásia

Central. Primeiramente para que o fluxo tanto em direção a China, quanto da China para os circuitos mercantis sejam garantidos, e depois para que as ameaças de grupos dissidentes espalhados na área não comprometam as estruturas vitais (ferrovias, estradas, aeroportos, gasodutos, usina) construídas para o funcionamento do código geopolítico e a integridade territorial estatal chinesa. Não à toa, desde 2014, como observamos no Gráfico 1, o valor em armamento dos chineses para os centro-asiáticos aumentou se comparado com o começo dos anos 2000.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os chineses possuem, como afirmamos anteriormente, códigos geopolíticos baseados na cooperação. Porém, como nos alerta Mawdsley (2015), essas cooperações (de modo geral) também devem ser observadas com muito cuidado. Tratamos aqui sobre relações de Estados e a disputa deles pelo uso, transformação e apropriação dos recursos territoriais. Os chineses não diferem, tendo em vista que Pequim é pragmática em suas relações com os seus parceiros.

Como diz Raffestin (1993, p. 202) “toda estratégia integra a mobilidade e, por conseqüência, elabora uma função circulação—comunicação. É uma função de poder: "A circulação imprime a sua ordem. A circulação é a imagem do poder”. O atual interesse chinês na região não está muito distante que impérios em outrora também tiveram: controle sobre as redes que estão intrínsecas aos territórios, e neste caso especificamente, os centro-asiáticos.

Obviamente isto não define e muito menos confirma uma espécie de “neoimperialismo” chinês na região. Longe disso. Os países da Ásia Central possuem os seus próprios interesses e jogam

conforme a maré os direcionam. Não se negam a estabelecer acordos com outros países como Rússia, Estados Unidos, Itália e Turquia, por outro lado, também é inegável que os chineses possuem influência em suas economias nacionais, se estabelecendo como um dos principais credores e parceiro econômico.

Podemos ilustrar tal fala com dois exemplos: [a] o Quirguistão durante a atual crise de COVID-19 recebeu assistência financeira do Fundo Monetário Internacional (FMI) e teve a revisão de sua dívida com Pequim negada; [b] o Uzbequistão recentemente fechou com a União Europeia (UE) o *Generalised Scheme of Preferences* (GSP), onde recebeu do bloco europeu tarifas preferenciais na exportação de seus produtos para os países que fazem parte da UE. Em contrapartida, o Uzbequistão se compromete a melhorar os seus indicadores sociais (EUROPEAN COMISSION, 2021).

A política contemporânea chinesa é influenciada por uma visão de Mundo muito particular, devendo a China, por direito e questões históricas, ocupar o protagonismo no cenário político mundial. Essa compreensão é influenciada pela filosofia confucionista, onde a China se estabelece historicamente como um dos grandes centros culturais e econômicos (POMAR, 2003) e deve guiar outras nações pelo caminho do desenvolvimento.

A região centro-asiática a partir desta visão mundial chinesa é importante por ser a primeira barreira de defesa e de apoio ao plano chinês em se estabelecer como protagonista mundial. Essa importância irá aumentar ao longo dos anos, especialmente pela a adaptação que os blocos de cooperação (ou seja, o código geopolítico) chineses terão de sofrer para se ajustar às novas demandas mundiais e regionais que irão se desenrolar na Ásia Central (disputa territorial entre grupos afegãos, migrações ocorridas por conflitos, concorrência pelo controle de fronteiras e recursos naturais, mudanças climáticas).

A tendência é que as rivalidades por novos espaços de influência se acirrem entre os principais atores e organismos internacionais e a Ásia Central seja novamente uma das mais importantes – ou a mais importante – região a ser conquistada nos novos discursos geopolíticos. Para tal, os chineses precisam manter os seus interesses e os interesses particulares dos países centro-asiáticos em harmonia.

REFERÊNCIAS

24.KG. "SCO security forces exercise cooperation to combat terrorism". Disponível em: <https://24.kg/archive>. **24.KG** [16/09/2015]. Acesso em: 02/10/2021.

ABAZOV, R. **The Palgrave concise historical atlas of central Asia**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2008.

AGNEW, J. "The Origins of Critical Geopolitics". *In*: KUSS, M. (ed.). **The Routledge Research Companion to Critical Geopolitics**. Londres: Routledge, 2016.

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARCASSA, W. S. "Karl Haushofer: A geopolítica alemã vai à guerra". **Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**. Rio Porto Alegre: Editora Letra1/Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014.

ASIA PLUS. "A joint exercise for Tajik and Chinese special operations forces to be held in Vahdat on June 6". **Asia Plus**

[04/05/2015]. Disponível em: <https://asiaplustj.info>. Acesso em: 02/10/2021.

ASIA PLUS. “A joint anti-terror drill for Tajik and Chinese servicemen starts in Gorno Badakhshan tomorrow”. **Asia Plus** [19/12/2016]. Disponível em: <https://asiaplustj.info>. Acesso em: 02/10/2021.

CGTN. “Kashgar: A place where old meets new”. **CGTN** [27/09/2020]. Disponível em: <https://news.cgtn.com>. Acesso em: 02/10/2021.

CHINAMIL. “China and Tajikistan kicks off joint counter-terrorism exercise”. **Chinamil** [12/08/2019]. Disponível em: <http://eng.chinamil.com.cn>. Acesso em: 02/10/2021.

COUTURIER, V. **No Mysterioso paiz de Tamerlão**: o socialismo na Ásia Central. São Paulo: Edições Nosso Livro, 1934.

DALBY, S. **Critical geopolitics**: discourse, difference, and dissent. Environment and Planning: Society and Space, 1991.

EUROPEAN COMMISSION. “Uzbekistan joins EU’s GSP+ arrangement”. **European Comission** [09/04/2021]. Disponível em: <https://trade.ec.europa.eu>. Acesso em: 16/10/2021.

FERREIRA, A. B. H. **Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Ed. Positivo, 2008.

FLINT, C.; TAYLOR, P. J. **Political Geography**: World-Economy, Nation-State and Locality. New York: Routledge, 2018.

FRANKOPAN, P. **O coração do mundo**: Uma nova história universal a partir da Rota da Seda, o encontro do Oriente com o Ocidente. São Paulo: Planeta, 2019.

GOMES, M. L.; SENHORAS, E. M. "Geografia Política e Geopolítica à luz de uma revisão integrativa". **Revista Intellector**, vol. 17, n. 33, 2020.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAMBLY, G. *et al*. **Asia Central**. Madri: Ediciones Castilla, 1970.

INFOSHOS.RU. "´Norak-Antiterror´ is a Military Training for SCO Anti-Terrorist Forces". **Infoshos** [2009]. Disponível em: <http://infoshos.ru>. Acesso em 02/10/2021.

KHALID, A. **Islam after communism**: religion and politics in Central Asia. Los Angeles: University of California Press, 2007.

MAWDSLEY, E. "Development geography: Cooperation, competition and convergence between 'North' and 'South'". **Progress in Human Geography**, vol. 41, August, 2015.

MAWDSLEY, E. **"**South–South Cooperation 3.0? Managing the consequences of success in the decade ahead". **Oxford Development Studies**, vol. 47, n.2, 2019.

MELLO, L. I. A. **Quem tem medo da Geopolítica?** São Paulo: Hucitec, 2015.

MING, L. "Xi Jinping's Vision of a Community with a Shared Future for Humankind a Revised International Order?" **NBR - The**

National Bureau of Asia Research [02/06/2020]. Disponível em: <https://www.nbr.org>. Acesso em: 15/06/2020.

NATURE. ″The next biotech superpower". **Nature** [05/11/2019]. Disponível em: <https://www.nature.com>. Acesso em 01/10/2021.

NAZARBAYEV, N. **Crónica del diálogo global**: Kazajstán en el contexto de las tendências mundiales. Traducción al español. Almaty: Servicio de prensa del presidente de la República de Kazajstán, 2014.

PAULO, S. "International Cooperation and Development: A Conceptual Overview". **German Development Institute**, April, 2014. Disponível em: <https://papers.ssrn.com>. Acesso em: 15/06/2020.

PEOPLE'S DAILY ONLINE. "Backgrounder: Major PLA-related joint anti-terror military exercises and trainings". **People's Daily Online** [21/12/2017]. Disponível em: <http://en.people.cn>. Acesso em: 02/10/2021.

POMAR, W. **A Revolução Chinesa**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

RADIO FREE EUROPE/RADIO LIBERTY. "Taliban Said to Have Rearmed Tajik Militants and Moved Uyghur Fighters drom Chinese Borderr". **RFERL** [04/10/2021]. Disponível em: <https://gandhara.rferl.org>. Acesso em: 04/10/2021.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAHSID, A. **Taliban: Islam, Oil and the New Game in Central Asia**. New York: I.B. Tauris, 2000.

ROCHA, A. S. "Geografia da Cooperação Internacional para o desenvolvimento: um olhar estratégico das relações Brasil-África no início do século XXI". *In*: PINA, H.; MARTINS, F. (Eds.). **The Overarching issues of the european space/Grandes problemáticas do espaço europeu**: A strategic (re)positioning of environmental and socio-cultural problems? Porto: Universidade do Porto, 2019.

ROCHA, A. S. *et al*. "A cooperação internacional e os estudos geográficos: um olhar sobre estratégias Chinesas para a África e a Ásia Central". **Revista Geografias**, vol. 28, n. 2, 2020

ROSLYAKOV, A.; TASHLIEV, S. **How socialism came to Central Asia**. Moscou: Progress Publishers, 1965.

SANTOS, J. C. D. "Novas fronteiras mundiais e as Teicopolíticas na Ásia Central: o caso entre o Quirguistão e o Tadjiquistão". **Revista de Geopolítica**, vol.12, n. 3, 2021.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I. *et. al*. (orgs.). **Geografia**: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

SPENCE, J. **Em busca da China Moderna**: Quatro Séculos de História. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

THE OXUS SOCIETY. "Arms Flows to Central Asia". **Portal Eletrônico The Oxus Society** [2017]. Disponível em: <https://oxussociety.org>. Acesso em 02/10/2021.

TUATHAIL, G. O. "Geopolitical discourses: A new geopolitics series". **Geopolitics**, vol. 5, n.1, 2000.

U.S.-CHINA ECONOMIC AND SECURITY REVIEW COMMISSION. “The Shanghai Cooperation Organization: A Testbed for Chinese Power Projection”. **USCC** [12/11/2020] Disponível em: <https://www.uscc.gov>. Acesso em: 02/10/2021.

UZDAILY. “SCO conducts counter-terrorism exercises in Kyrgyzstan”. **UZ Daily** [30/05/2007]. Disponível em: <https://www.uzdaily.uz>. Acesso em 02/10/2021.

WANG, D. “East Turkestan Movement in Xinjiang”. **Journal of Chinese Political Science**, v. 4, n. 1, 1998.

XINHUA. “China, Kyrgyzstan hold joint counter-terrorism exercise”. **Xinhua** [06/08/2019a]. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com>. Acesso em: 02/10/2021.

XINHUA. “Uzbekistan, China wrap up joint anti-terror drills”. **Xinhua** [16/05/2019b]. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com>. Acesso em: 02/10/2021.

CAPÍTULO 4

Geopolítica na Fronteira entre Brasil e Venezuela: Presença Russa como Fator de Desequilíbrio

GEOPOLÍTICA NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E VENEZUELA: PRESENÇA RUSSA COMO FATOR DE DESEQUILÍBRIO

Marcos de Lima Gomes

Paulo Cezar de Lima Gomes

Elói Martins Senhoras

Na fronteira mais setentrional do Brasil, a tensão interestatal entre Brasil e a Venezuela acontece de modo velado, notadamente, após a aproximação entre a Rússia e o país venezuelano por meio de diversos acordos estratégicos e exercícios militares. Tais acontecimentos são temas pontuais e esporádicos junto à mídia nacional e, aparentemente nos noticiários internacionais, atraindo especial atenção nas aréas do conheceimento da Geopolítica e das Relações Internacionais.

Do lado brasileiro, em setembro de 2020 ocorreu um exercício militar de grande envergadura na Amazônia brasileira (cidade de Manaus - AM), onde foram empregados mais de 3.600 militares do Exército Brasileiro provenientes de diferentes áreas do território nacional (BRASIL, 2020). A Operação Amazônia como foi nominada, teve uma nova versão em 2021, onde foram empregas tropas das Forças Armadas das três Forças (Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea do Brasileira) com cerca de 3.800 militares com envolvimento de todas as Unidades Federativas que compõe o Comando Militar da Amazônia (CMA).

Do lado venezuelano, o exercício militar acontece em conjunto com a Rússia, país este que possui afinidade ideológica com a Venezuela, ocorreu em maio de 2021, onde foram empregadas

ações de Guerra Eletrônica empreendidas por Forças Russas e a Fuerza Armada Nacional Bolivariana (FANB), na região de fronteira de Roraima, especificamente na cidade de Santa Elena de Uairén, que fica aproximadamente 12 km da cidade brasileira de Pacaraima (DEFESANET, 2021).

A aproximação entre um Estado europeu considerado de grande Poder Militar e outro considerado como moderado e similar aos países da América do Sul e Caribe, desperta especial atenção aos integrantes desse subcontinente. Nesse cenário, o Brasil encontra-se em situação de destaque por fazer fronteira com a Venezuela e Guyana (que se encontra em litígio por disputa territorial), desse modo, situando-se como "*Heartland"* na Amazônia sul-americana.

Neste ínterim, este trabalho traz uma análise de contexto geopolítico e das Relações Internacionais sobre as possíveis tensões existentes entre Brasil e a Venezuela, em decorrência do aumento de atividades militares nessa região realizadas por ambos Estados e, tendo como possível causa, posicionamentos ideológicos dos chefes de Estados Nacionais, do agravamento da crise socioeconômica, migratória e étnica existente na Venezuela, bem como, da presença russa nesta porção América do Sul e Caribe.

REFERENCIA TEÓRICO

O presente trabalho está fundamentado na estruturação hipotético-dedutiva, assumindo como referência o olhar multidisciplinar dos conceitos de Geopolítica e das Relações Internacionais, com enfoque para a fronteira entre Brasil e Venezuela, sendo o Estado o principal ator que busca um equilíbrio de poder que age por meio de estratégias para sobreviver.

Na concepção de Becker (2005), a Geopolítica é considerada como sendo um campo de conhecimento que analisa relações entre poder e espaço geográfico, e sempre esteve sob forças exógenas de intervenções, podendo ser moderada ou até conflituosas por conquistas de territórios e, por forças endógenas, sob o prisma de políticas econômicas, integracionista e de segurança e defesa.

A relação entre poder e território constitui-se como o cerne de teorias e debates de geopolíticas e, deste modo, as interações são realizadas no decorrer do tempo histórico por meio de estratégias que tendem a modificações (GODOY, 2019), quer sejam estruturais e/ou ideológicas que repercutem em todo mundo de forma assimétrica.

A Amazônia sul-americana é considerada como uma área pivô para a América do Sul composta por oito Estados nações, desse modo, as tensões que ora são suscitadas transformam a região entre Brasil e Venezuela, limite da Amazônia Setentrional, em um "*Heartland" (*MACKINDER, 2004), na qual se encontram no centro de discussões geopolíticas e das diplomacias, especialmente no que se refere ao exercício de poder.

Essa área pivô constitui um desafio para os chefes de Estados, e o poder sobre os mesmos tendem a serem geridos pelos seus atores, os Estados, conforme apontados por Ratzel (1893) e Mackinder (2004), uma vez que são eles os detentores dos monopólios sobre suas decisões que impactará o Território, sendo eles, por meio de políticas estatais, que exercerão o poder sobre estes (GODOY, 2019).

O aumento desproporcional de Poder Militar por parte de um membro da América do Sul e Caribe poderá desencadear uma corrida armamentista e conflitos diversos. Como embasamento teórico, tem-se como definição de Poder Militar o que prescreve o contido no Livro Branco de Defesa Nacional do Brasil, "estando constituído de meios predominantemente militares de que dispõe a

nação para, sob a direção do Estado, promover, pela dissuasão ou pela violência, a conquista ou manutenção dos objetivos nacionais" (BRASIL, 2012 p. 259).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os fundamentos metodológicos da pesquisa caracterizam-se por uma natureza exploratória quantos aos objetivos, bem como por abordagens qualitativas quanto aos fins, convergindo por um padrão de uso do método dedutivo, uso de revisão bibliográfica e documental, bem como análises hermenêutica geográfica (interpretação) e geoespacial com base em fundamentações teóricas ao longo da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Aparentemente, na América do Sul e Caribe existe uma estabilidade interestatal no que se refere a questões belicosas. Seus atores não são detentores de armas nucleares, e em geral há poucos investimentos em defesa nos seus respectivos Estados. Essa realidade denota uma sensação de segurança na região (SILVA JÚNIOR, 2019). No entanto, a história recente tem demonstrado o contrário, como foram os casos das guerras das Malvinas, entre Argentina e Reino Unido em 1982 e a Guerra de Cenepa, entre Peru e Equador em 1995, por exemplo.

Dentro de um contexto Geopolítico e das Relações Internacionais, a existência de litígios na América do Sul e Caribe, cabe destacar caso de Essequibo, região territorial em disputa entre Venezuela e Guyana que atravessa séculos e ainda permanece

latente, onde o Estado venezuelano reclama a posse frente a Guyana dessa região, a qual corresponde a praticamente dois terços do atual território guyanense, em torno de 160 mil km² (DESIDERÁ NETO, 2012).

A região do Essequibo se destaca "por conter sobre seu solo savana tropical amazônica, rica em recursos minerais, destacando-se ouro, bauxita e urânio, e outros recursos naturais, como os produtos da floresta e a própria água, seja para consumo, seja como potencial hidrelétrico" (DESIDERÁ NETO, 2012, p. 2), bem como, possui potencial nas proximidades do delta do rio Orinoco na Venezuela.

De certo modo, ainda que se considera uma crise não violenta e de baixa intensidade nessa disputa territorial desde século XIX, entre Venezuela e Guyana, expõe o Estado brasileiro, e diretamente o estado de Roraima (limítrofe entre Venezuela e Guyana) em caso de possíveis conflitos de natureza diversa, e assim, sujeitando o Estado brasileiro a intervir de alguma forma nesse cenário belicoso ou não.

Para Ward (2019), apesar de que existam informações em noticiários internacionais nos diversos meios de comunicações acerca do tema em questão, permanece grande dificuldade em obter uma resposta assertiva de órgãos oficiais quanto a questão relacionada à essa aproximação técnica-militar entre Venezuela e Rússia (Ocidente e Oriente). Todavia, observa-se que no decorrer da crise venezuelana e nos expressivos investimentos do governo russo há uma expressiva presença militar nesta região.

Teixeira Júnior (2019) anota que existe uma benevolência geopolítica da Venezuela para a Rússia por cerca de uma década ao longo dos anos 2000, notadamente na questão militar, "seja através de visitas de sua aviação estratégica, visitas navais, mas mais precisamente através dos laços criados pela vultosa importação de

material bélico russo por parte de Caracas desde o governo Chávez (TEIXEIRA JÚNIOR, 2019, p. 12).

Desse modo, é razoável que se comente sobre a presença de um Estado alheio ao subcontinente da América do Sul e Caribe de Poder Militar maior aos dessa região, nesse caso, a Rússia. A parceria entre Venezuela e Rússia nos últimos anos vêm acontecendo com maior frequência, notadamente após o agravamento da crise na Venezuela desde 2019.

Essa aproximação militar, teve seu incremento a partir da década de 2000 por meio de financiamento com reservas oriundas da exportação de petróleo, o que proporcionou a compra de materiais belicosos. A cooptação de parceiros de acordo com critério ideológico teve papel central nesta parceria, principalmente quanto à ideologia anti-americanista (MACHADO, 2008).

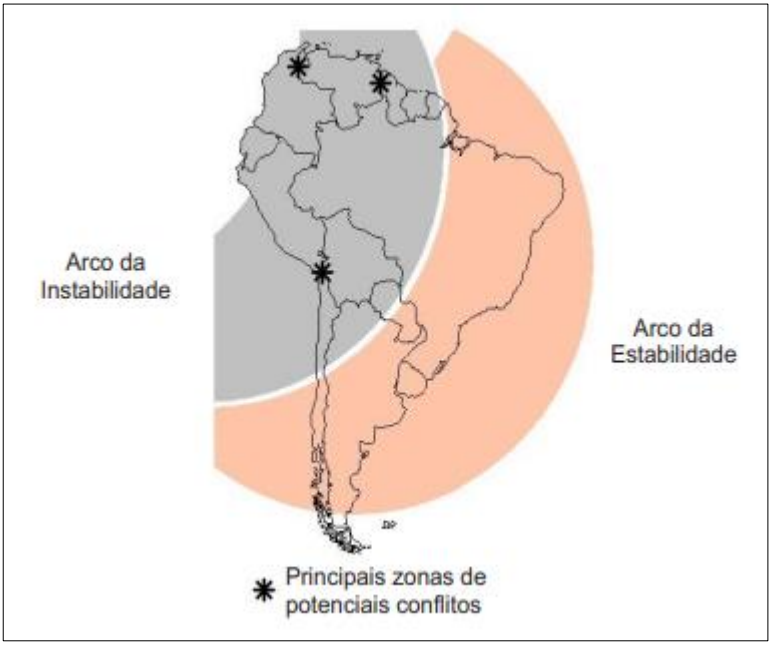
Nesse sentido, tal aproximação poderá desencadear numa nova Guerra Fria entre Estados Unidos da América e Rússia e, consequentemente, gerar instabilidade regional, notadamente na América do Sul e Caribe, uma vez que o país russo possui grande Poder Militar, e procura demarcar geograficamente com estratégia de manutenção de suas necessidades de defesa por meio de cooperação técnica-militar entre esses Estados.

Para Machado (2008), é sabido que existe uma corrida armamentista com aumento de gastos militares na América do Sul e Caribe durante a década de 2000, vide, nos países da Argentina, Chile, Colômbia, Brasil e, principalmente na Venezuela por meio da cooperação técnica-militar com a Rússia. Dessa forma, diante de tais movimentos, a aproximação entre ambos Estados poderá ser considerada como um fator de desequilíbrio regional aumentando a tensão interestatal no subcontinente.

Senhoras (2014), ressalva que os dilemas geoestratégicos do complexo regional de segurança da América do Sul são

caracterizados, tanto por *ameaças tradicionais* estado-centristas, quanto por *novas ameaças* difusas. Neste sentido, a caracterização do complexo regional de segurança sul-americano apresenta um perfil de baixo nível de maturidade com a identificação de arcos relativa estabilidade (região meridional) e instabilidade (região setentrional).

Figura 1 - Arcos geopolíticos de estabilidade e instabilidade na América do Sul



Fonte: MEDEIROS (2010) *apud* SENHORAS (2012, p. 50).

A geopolítica sul-americana é permeada por forças de crescente integração na vertente do Oceano Atlântico, conformando um arco de relativa estabilidade na América do Sul, bem por forças

de fragmentação na vertente do Oceano Pacífico, delimitando um arco de relativa instabilidade, onde existem conflitos difusos de novas ameaças ligadas principalmente ao tráfico de drogas e armas, assim como conflitos fronteiriços interestatais entre Chile, Peru e Bolívia, entre Colômbia e Venezuela, e entre Venezuela e a Guyana.

> Observa-se entre os países da zona de instabilidade sul-americana uma percepção do complexo regional de segurança que é caracterizada negativamente por um padrão de relacionamento competitivo ou lockeano e que tende a levar à perpetuação de um contexto geopolítico potencialmente conflitivo e instável de ameaças tradicionais em função do ressurgimento do nacionalismo, da difusão de um movimento socialista-bolivariano e do aumento dos gastos militares. No arco de instabilidade, boa parte dos países encontra-se, desde os anos 1980, pressionados nos assuntos de segurança e defesa pelos Estados Unidos, por meio de acordos militares, tais como Colômbia, Peru e Equador, que ampliaram as funções das forças armadas com finalidades policiais e buscaram impelir novas ameaças transnacionais, como tráfico de drogas e de armas, que têm transbordamentos na América Central e Caribe, e posterior refração rumo à América do Norte (SENHORAS, 2012, p. 51).

É neste contexto geopolítico do arco de instabilidade que a Venezuela passa a adquirir crescente relevância nos debates geoestratégicos na América do Sul à medida que se torna o epicentro de difusão de um movimento nacionalista identificado como socialista-bolivariano, no qual a China e Rússia, como potencias militares, passam a dar ativo apoio para ampliar suas influências regionais no subcontinente diante de uma passiva posição com uma agenda de cooperação centrada na Colômbia.

A cooperação técnica-militar entre Rússia e a Venezuela não podem ser embaraçada exclusivamente com uma estratégia russa de retaliação à presença do Ocidente em sua área de influência, mas também se relaciona com a expectativa russa de se aderir no jogo de poder internacional e de aumento de potencial político, geopolítico e militar na América do Sul e Caribe como forma de aproximação política e de interesses comerciais diversos.

No entanto, a negativa dos EUA em comercializar para a Venezuela peças de reposição para manutenção dos seus caças F-16s em 2006, fez com o então governo de Hugo Chaves se inclinasse para o Oriente numa tentativa de aquisição de materiais belicosos e, desse modo, abrindo oportunidades para a Rússia aumentar sua presença no setor petrolífero e na mineração da Venezuela (ELLIS, 2015). Assim, entre 2012 e 2017, 69 % da produção de equipamentos militares da Rússia foram comercializados para a Venezuela, tais como: aeronaves, transporte e helicópteros de combate; morteiros e mísseis antitanque e carros de combate (SOUSA, 2020).

Teixeira Júnior (2019), ressalva que antes da Venezuela ser protagonista para importações de material de defesa russo, existiam outros países, dentre eles, o Peru que havia adquiridos uma frota de blindados pesados diversos T-55, a fim de incrementar sua capacidade de defesa, bem como apoio técnico e treinamento russo. Do lado da relação russa-venezuelana, se observa uma estreita relação de grade proporção no campo militar e indústria de defesa como pilar fundamental nesse relacionamento, conforme demostrado no Quadro 1, onde se observa grande quantidade de matérias adquiridos pela Venezuela da Rússia:

Na tentativa de recompor seu Poder Militar, a Venezuela desde governo de Hugo Chaves atravessa por uma crise e da degradação de suas capacidades militares convencionais, mas, é considerada como grande potência de estruturas aérea e antiaérea na região (TEIXEIRA JÚNIOR, 2019), e um importante parceiro

dentro de sua estratégia internacional, de ganhos econômicos de curto prazo junto a Rússia.

Quadro 1 – Armas transferidas da Rússia para a Venezuela (2000 a 2018)

Designação	Descrição	Ano de entrega	Quantidade	Designação	Descrição	Ano de entrega	Quantidade
Mi-26	Helicóptero de transporte	2007	3	V-601/SA-3B	SAM	2011-2014	14
Mi-35M	Helicóptero de combate	2006	3	2S19 MSTA-S 152mm	Arma autopropulsada	2011-2013	18
Mi-35M	Helicóptero de combate	2006	5	2S23	Nona-SVK Morteiro autopropulsado	2011	100
Mi-8MT/Mi-17	Helicóptero de transporte	2006	6	9M117 Bastion/AT-10	Míssil antitanque	2011-2013	150
KAB-500/1500	Bomba guiada	2007-2008	200	9M317/SA-17 Grizzly	sam	2013	24
Kh-29/AS-14	Kedge Míssil ar-terra	2008	50	9M82M/SA-23A	sam	2013	2000
Kh-31A1/AS-17	Míssil anti-navio	2008	50	9M83M/SA-23B	sam	2013	11
Kh-59ME Ovod/AS-18	Míssil ar-terra	2008	50	BM-21 Grad 122mm	Lançador múltiplo de foguetes autopropulsado	2011	24
Mi-35M e	Helicóptero de combate	2008	2	BM-21 Grad 122mm	Lançador múltiplo de foguetes autopropulsado	2013	48
Mi-8MT/Mi-17	Helicóptero de transporte	2008	13	BMP-3	IFV	2011-2013	123
Mi-8MT/Mi-17	Helicóptero de transporte	2009-2010	18	BTR-80A	IFV	2011-2014	114
R-27/AA-10	Míssil além do alcance visual	2007-2008	250	Buk-M2/SA-17	Sistema SAM	2013	12
R-73/AA-11	Míssil ar-ar de curto alcance	2008	40	S-300VM/SA-23	Sistema SAM	2013	3
Su-30MK	Aeronave de caça e ataque ao solo	2006-2008	24	T-72M1	Carro de combate	2011-2013	92
Igla-S/SA-24	SAM portátil	2009-2010	2000	2B11 120mm	Morteiro	2011-2012	24
S-125 Pechora-2M	Sistema SAM	2011-2014	12	Igla-S/SA-24	SAM portátil	2012	2000

Fonte: SIPRI (2018); TEIXEIRA JÚNIOR (2019). Adaptação própria (GOMES; GOMES; SENHORAS, 2021).

Após eclosão da crise venezuelana em 2019, agravadas por um processo migratório e socioeconômico sem precedentes, desencadeia uma série de desinformações quanto a real situação por parte do governo Nicolas Maduro junto à comunidade internacional, o que proporcionou uma corrida na aliciação militar russo no território venezuelano, com o intuito de apoiar o regime bolivariano

e afastar uma possível intervenção externa e, nesse tabuleiro de jogo do poder, encontra-se o estado brasileiro de Roraima, fronteira com a Venezuela, situado no extremo norte do Brasil.

Questão bastante preocupante, refere-se à porosidade entre os países que compõe a América do Sul e Caribe, com especial atenção para a fronteira entre Brasil-Venezuela-Guyana, extensa linha de fronteira com cerca de 1922 km, aonde existe certo controle por parte do Estados em questão, mas considera-se pouco eficaz, pois há grande dificuldade quanto ao monitoramento, controle de pessoal e alfandegário, com isso, facilitando tráfegos de drogas, armas, dentre outros.

Sem nenhuma ligação aparente com a presença russa na fronteira norte do Brasil, em setembro de 2020, o Ministério da Defesa do Brasil realizou a Operação Amazônia onde foram empregados cerca de 3.600 militares do Exército Brasileiro, apoiados pela Força Aérea Brasileira e Marinha do Brasil, que visou o adestramento das tropas cumprindo sua missão institucional, cuja finalidade visa manter homens e mulheres preparados e capacitados para atuarem em defesa da Pátria, bem como garantir a soberania nacional (BRASIL, 2021).

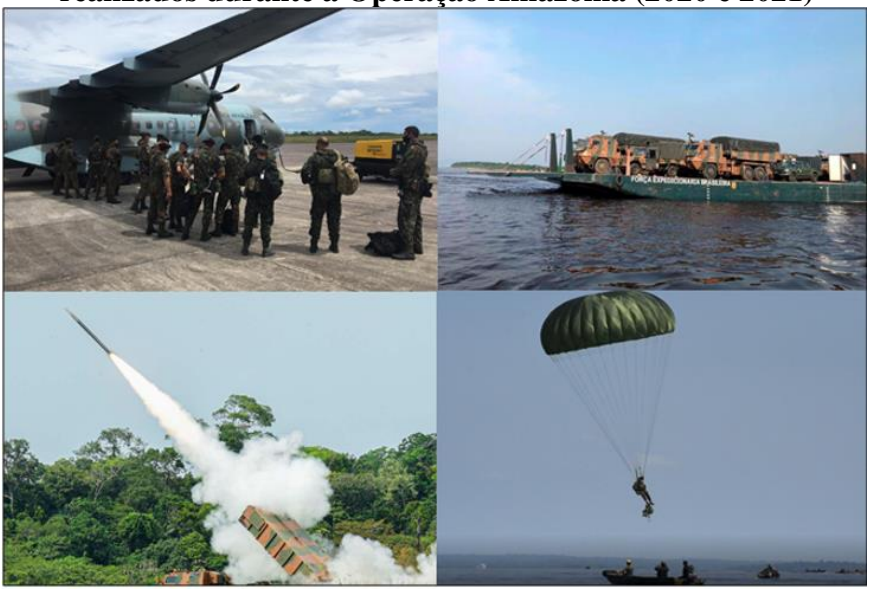
Em abril de 2021, a Operação Amazônia repetiu-se sendo considerado o "maior exercício de defesa externa já realizada pelo Comando Militar da Amazônia, sendo desenvolvido no contexto do amplo espectro dos conflitos armados e da guerra híbrida, envolvendo a combinação simultânea de operações ofensivas, defensivas e contra forças irregulares" (BRASIL, 2021).

Na Figura 1, apresenta-se imagens de exercícios militares realizados por meio das Forças Armadas brasileira (Operação Amazônia I e II, durante os anos de 2020 e 2021, respectivamente). Na ocasião, tanto a operacionalização, quanto a realização foram coordenadas pelo Comando Militar da Amazônia (CMA) sediado na

cidade de Manaus (AM), onde foram criadas situações hipotéticas de agressão ao Estado brasileiro por meio da Amazônia brasileira.

A Operação Amazônia visou demonstrar a capacidade de atuação das Forças Armadas do Brasil, compostas pela Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira. Dessa maneira, as três Forças desempenharam suas capacidades de cumprimento da missão constitucional, de defender a Pátria e garantir a soberania nacional e, assim, mantendo permanentemente capacitadas, tendo como prioridade a defesa da Amazônia como atribuição da Defesa Nacional.

Figura 1 – Exercícios militares realizados durante a Operação Amazônia (2020 e 2021)



Fonte: BRASIL (2020; 2021).

Concomitantemente a estes eventos, em maio de 2021 (Figura 2), o governo brasileiro, por meio do Ministro de Estado da Defesa General Braga Netto, confirma a presença de tropas russas e da Fuerza Armada Nacional Bolivariana (FANB) que operaram com sistemas de Monitoramento e Guerra Eletrônica, e que os russos juntamente com militares venezuelanos haviam sido instaladas antenas de interceptação de sinais eletrônicos e de comunicações na cidade de Santa Elena do Uairén, fronteira com o município brasileiro de Pacaraima (RR) e, que os sistemas têm a capacidade de dissolver a criptografia, grampear e interferir nas comunicações do Exército Brasileiro e das aeronaves militares que voam na região.

Figura 2 – Tropas russa em solo venezuelano



Fonte: GALANTE (2021).

Segundo Defesanet (2021), os militares pertencem ao grupo de serviço de inteligência das Forças Armadas russas (GRU), principal braço do Kremlin em ações de Guerra Híbrida, que operam no Exterior, sendo que, alguns deles estiveram envolvidos nas operações ilegais que culminaram na anexação da Crimeia e nas guerras no leste da Ucrânia e na Síria. Na oportunidade, foram instalados sistemas de defesa aérea S-300 (que inclui lançadores, sistemas de radares e apoio) posicionado na região do Aeroporto de Santa Elena de Uairén, que dista da cidade fronteiriça de Pacaraima, Estado de Roraima, cerca de 12 km.

Em entrevista ao portal eletrônico R7, o chefe do Comando Sul das Forças Armadas dos Estados Unidos da América, (Almirante *Craig Faller*), confirma a presença de tropas russas em solo venezuelano, principalmente de empreiteiros do setor de defesa e de militares. Além disso, o almirante salienta que a crescente ingerência da Rússia na América Latina, semeia a discórdia e falta de confiança na região, promovendo regimes autocráticos, como: Cuba, Venezuela e Nicarágua (PEÑA, 2019).

A movimentação de tropas russa na Venezuela, indica ações de influência no Arco Norte do Brasil, que *a priori*, seria uma resposta aos exercícios militares brasileiros realizados durante as Operações Amazônia I e II, que incluiu o lançamento de foguetes a até 80 quilômetros de distância, onde foram utilizados equipamentos de fabricação brasileira, ocorreu próximo a cidade de Manaus (AM). Os militares russos teriam chegado ao estado de Bolívar (Venezuela) limítrofes ao estado de Roraima (Brasil) vestindo uniformes das tropas venezuelana (DEFESANET, 2021).

Nas últimas duas décadas do século XXI, se observa uma forte presença russa em território venezuelano denotando explicito interesse geopolítico cuja finalidade deste país que, *a priori*, visa neutralizar os interesses estadunidenses em áreas tradicionalmente

consideradas de sua importância, dessa forma, promovendo uma geopolítica expansionista para além da Europa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, observou que os Estados que compõe a América do Sul e Caribe possuem sensato equilíbrio interestatal no diz respeito Poder Militar. A aproximação de um país considerado de grande potência militar global, como é o caso da Rússia, e em parceria com um Estado sul-americano poderá apresentar um desequilíbrio entre as forças militares da região, colocando-o em vantagem operacional junto às demais Estados Nacionais, explicitando o interesse geopolítico nesta área pivô entre Rússia-Venezuela-Brasil.

Desde anos de 2000, o mundo observa com atenção a aproximação entre Rússia e Venezuela, principalmente em questões técnicas-militares como foi objeto da presente pesquisa, na qual, nota-se interesse geopolítico no cenário de poder internacional formulados por ambições de política externa russa. Tal permeabilidade, decorre da valência estatal da Venezuela motivada por crises diversas (*a priori*), dentre elas: econômica, social, ética e política.

Os exercícios militares realizados entre os anos de 2019 e 2021, tanto no Brasil, quanto na Venezuela, denota preocupação entre ambos Estados. Nesse ínterim, esse fenômeno é retratado de modo velado por grande parte da mídia mundial, mas desperta atenção junto à comunidade cientifica e críticas especializadas que ora são referenciadas dentro de um contexto geopolítico e das diplomacias internacionais, aparentemente dentro de uma normalidade.

Questões históricas de litígios na América do Sul e Caribe ainda permanecem latentes, com isso, torna a região em potencial de conflitos de natureza diversa. Nesse sentido, acredita-se que a presença de uma potência militar global, no caso a Rússia, poderá acenar para convergências belicosas. De outro lado, ainda que haja resistências por parte de alguns Estados da região, a cooperação Rússia e Venezuela, poderá ser uma parceria que contribuirá para a retomada do poder socioeconômico venezuelano e reposicionamento regional e geopolítico.

Conclui-se com base nessas discussões, que aproximação entre Moscou e Caracas lança questões sobre novos aspectos das ambições dos formuladores da política externa russa para o posicionamento do país no jogo de poder internacional, bem como, acredita-se que a presença russa na Venezuela poderá apresentar um desequilíbrio entre as forças militares da região, colocando-o em vantagem operacional junto aos demais Estados Nacionais que compõe a América do Sul e Caribe, explicitando o interesse geopolítico nesta área pivô entre Rússia-Venezuela-Brasil.

REFERÊNCIAS

BECKER, B. K. “Amazônia: geopolítica na virada do III milênio”. **Revista Estudos Avançados**. vol. 19, n. 53, 2005.

BRASIL. MD- Ministério da Defesa. **Operação Amazônia 2021**: deslocamento dos módulos de apoio. Brasília: MD, 2021. Disponível em: <https://www.cma.eb.mil.br>. Acesso em: 17/06/2021.

BRASIL. Senado Federal. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Editora do Senado Federal, 2012.

CORREA, P. G. P. **Integração regional na Amazônia Transnacional** (Tese de Doutorado em Ciência Política). São Carlos: UFSCar, 2014.

DEFESANET. "Governo brasileiro confirma russos operando na fronteira". **Portal Eletrônico Defesanet** [18/05/2021]. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br>. Acesso em: 10/06/2021.

DESIDERÁ NETO, W. A. "A questão fronteiriça entre Guiana e Venezuela e a integração regional na América do Sul". **Revista Conjuntura Austral**, vol. 3, n. 12, 2012.

DURING, N. F. "Venezuela Posiciona Mísseis S-300 na Fronteira com o Brasil". **Portal Eletrônico Defesanet** [22/02/2019]. Disponível em: <https://www.defesanet.com.brl>. Acesso em: 22/10/2021.

ELLIS, R. **The New Russian Engagement with Latin America**. Washington: Strategic Studies Institute/U.S. Army War College Press, 2015.

GODOY, L. P. C. "Amazônia sul-americana e geografia política". *In*: COSTA, W. M. VASCONCELOS, D. B. (orgs.). **Geografia e geopolítica da América do Sul**: integrações e conflitos. São Paulo: FFLCH/USP, 2019.

GOMES, M. L; GOMES, P. C. L; SENHORAS, E. M. **Quadro de armas transferidas da Rússia para Venezuela**: 2000 a 2018. Boa Vista: NAPRI/UFRR, 2021.

MACHADO, A. A. S. "Aproximação Rússia-Venezuela: quando o regional e o global se misturam". **Meridiano 47**, vol. 9, n. 99, 2008.

PEÑA, A. "Pentágono afirma que tropas russas continuam na Venezuela". **Portal Eletrônico R7** [09/07/2019]. Disponível em: <https:notícias.r7.com>. Acesso em: 28/10/2021.

SENHORAS, E. M. **Conflito e cooperação no complexo regional de segurança da América do Sul**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2014.

SENHORAS, E. M. **Relações civil-político-militares na América do Sul**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012.

SILVA JÚNIOR, A. F. **Os potenciais novos conflitos na América do Sul impactantes para o Brasil** (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Ciências Militares). Rio de Janeiro: ECEME, 2019.

SIPRI - Stockholm International Peace Research Institute. **SIPRI Arms Transfers Database** [2018]. Retrieved from: <www.sipri.org>. Access in: 08/08/2021.

SOUSA, F. B. **A atuação geopolítica da Rússia na manutenção do regime bolivariano na Venezuela** (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Ciências Militares). Rio de Janeiro: ECEME, 2020.

TEIXEIRA JÚNIOR, A. W. M. "Geopolítica e Postura Estratégica da Rússia na Crise da Venezuela". **Revista CEEEx**, vol. 14, n. 4, 2019.

CAPÍTULO 5

Equilíbrio Estratégico Sul-Americano e o Pensamento Geopolítico no Brasil e na Argentina (1900-1950)

EQUILÍBRIO ESTRATÉGICO SUL-AMERICANO E O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO NO BRASIL E NA ARGENTINA (1900-1950)

Marcos Antônio Fávaro Martins

Rildo Borges Duarte

O presente trabalho tem o objetivo de avaliar a influência que o *equilíbrio estratégico sul-americano* teve sobre a formulação do pensamento geopolítico brasileiro e argentino na primeira metade do século XX (1900-1950). Neste sentido, deveremos, em um primeiro momento, analisar como a obra do geopolítico argentino Segundo Rosa Storni (1876-1954) foi influenciada pelo equilíbrio estratégico sul-americano, tendo como fonte primária de investigação o livro "*Intereses argentinos en el mar",* lançado ao público em 1916. Também analisaremos como o mesmo fenômeno incidiu sobre o pensamento do brasileiro Mário Travassos (1891-1973). Neste caso, enquadraremos como fonte primária de investigação o livro *"Projeção continental do Brasil"* (1947), publicado pela primeira vez em 1931, com o título *"Aspectos geográficos Sul-americanos".*

O livro *"Projeção continental do Brasil"* foi escrito em forma de artigos na década de 1920, e publicada em forma de livro na década de 1930. Este é o período que a república velha conhece o seu completo desgaste e que os setores dominantes da sociedade brasileira viam a necessidade de industrializar o país e integrar o seu território. Já Storni escreve no apogeu do poder nacional argentino, época que seu país era a maior economia da América Latina e encarnava com sucesso os valores liberais do século XIX. Paradoxalmente o Brasil ingressou em um processo de ascensão a partir de 1930, processo esse que duraria até a década de 1980,

enquanto que a Argentina entraria em decadência na década de 1960 em uma sequência de crises que dura até os nossos dias.

O trabalho de Jack Child *"Geopolitics and conflict in South America. Quarrels among neighbors"* (1985) faz uma retomada panorâmica do pensamento geopolítico na América do Sul e não aponta para as influências do equilíbrio estratégico sobre cada concepção em específico. O nosso trabalho propõe um esforço de detalhamento, onde nós selecionamos as duas principais concepções geopolíticas do período: a concepção insular argentina e a concepção continental brasileira.

Para dar cabo do nosso objetivo, o item "Resultado e discussão" foi subdividido em duas seções, a primeira delas com o objetivo de descrever e analisar a concepção geopolítica de Storni e, a segunda, descreve e analisa a concepção de Mário Travassos. O quadro comparativo das duas teorias é apresentado na conclusão.

METODOLOGIA

Nosso critério de seleção para enquadrar as obras de Storni e Travassos como objeto de investigação se baseou em dois aspectos sensíveis: em primeiro lugar a consulta a bibliografia especializada (CHILD, 1985; GUGLIALMELLI, 1978; MELLO, 1997) dá o protagonismo para esses dois autores no rol de formuladores do pensamento geopolítico em seus respectivos países. Em segundo lugar, nossos estudos anteriores (FÁVARO MARTINS, 2016; FÁVARO MARTINS, 2018) apontam que tais autores, cada um em seu contexto e com graus de sucesso diferentes conseguiram ser influentes na política territorial em curso.

REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito fundamental para a análise aqui proposta é o de "Equilíbrio estratégico sul-americano". Ainda pouco presente na literatura científica, a expressão se refere ao conjunto de alianças informais estabelecidas no Cone Sul a partir do processo de formação de Estados, durante o século XIX, cujos principais marcos históricos foram a unificação do Estado argentino com a *"Batalha de Pavón",* em 1861, a Guerra da Tríplice Aliança, entre 1864 e 1870, e a Guerra do Pacífico, entre 1879 e 1883.

Esses conflitos criaram uma sequência de contradições no arranjo territorial dos Estados em tela, e de rancores nas respectivas comunidades políticas nacionais, que passou a apontar tais contradições como as grandes questões nacionais (DORATIOTO, 2002; BANDEIRA, 2003). Tais contradições e rancores se mostraram fenômenos fundantes, uma vez que, por décadas seguidas, a política internacional no Cone Sul era orientada por eixos de tensionamento que ao mesmo tempo que se interligavam e compunham uma cadeia de rivalidades, formavam também um sistema equilibrado por conta da dissuasão que o risco de um conflito generalizado no Cone Sul promovia.

A disputa pelo território das Missões e pela influência sobre o Uruguai, O Paraguai e a Bolívia colocavam o Brasil e a Argentina em uma condição de rivalidade. Tal rivalidade, porém, não podia aflorar em forma de conflito armado, uma vez que a Argentina também possuía rivalidades de natureza territorial com o Chile, rivalidades estas que, no período em tela, se referiam ao domínio e posse da Patagônia (ESCUDÉ, 2008; BANDEIRA, 2003).

O Chile, por sua vez, não poderia acometer a Argentina, sem o rico desta se aliar com o Peru e a Bolívia, inimigos históricos do Chile por conta da disputa pelo deserto salitreiro, que castrou a

Bolívia de Antofagasta e o Peru de Tacna e Arica na guerra de 1879. Cada grande Estado da disputa (ou seja, Argentina, Brasil, Chile e Peru), poderia se ver envolvido em uma guerra de duas frentes, na medida que reivindicasse o território pretendido. Conforme descreve Moniz Bandeira (2003, p. 56):

> A América do Sul era como um tabuleiro de xadrez, em que não podia se movimentar qualquer peça contra outra, sem o risco de sofrer um ataque pela retaguarda, dada a cobertura com que todos os países contavam. A argentina sempre temera que o Brasil a atacasse por causa das Missões, caso ela se envolvesse em guerra com o Chile. O Chile também evitava o confronto com a Argentina, porquanto o Peru e a Bolívia poderiam intervir, a fim de tentarem a retomada de Tacna e Arica. E o Peru, por sua vez, receava que o Brasil o acometesse, através da Amazônia, aproveitando-se de qualquer outro conflito que se desencadeasse com o Chile. Em tais circunstâncias, portanto, os entendimentos entre Brasil e Argentina acarretariam, naturalmente, profundas mudanças no equilíbrio geopolítico do Cone Sul, com imensa desvantagem para o Chile.

Nesse complexo, Chile e Brasil eram aliados naturais contra a Argentina e Peru e Argentina eram aliados naturais contra o Chile. É importante dizer, também, que o Peru possuía questões territoriais com o Brasil, por conta do domínio das porções ocidentais da Amazônia (BANDEIRA, 2003).

Essa situação de antagonismo também ameaçava os pequenos Estados da região que eram o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia. Além de possuir ressentimentos nacionais pelas perdas territoriais e humanas do século XIX, tais Estados se caracterizavam

pela falta de autonomia que faziam dos mesmos "reféns" do processo político em curso, protagonizado pelos grandes Estados da Região.

Tradicionalmente o Uruguai era vulnerável entre as disputas entre Brasil e Argentina, e muitas vezes o próprio Uruguai servia de objeto para tal disputa. Situação parecida era do Paraguai que, após ser destruído na guerra de 1864 era alvo da cobiça tanto do Estado argentino quanto do Estado brasileiro (BANDEIRA, 1998, "a"). A pior situação era da Bolívia que tinha a porção oriental do seu território envolvida pelas disputas entre Brasil e Argentina e a o seu flanco oriental afetado pelas disputas entre Chile e Peru (FÁVARO MARTINS, 2016).

A expressão, pouco discutida pela literatura científica, teve um significado diplomático e militar superlativo na segunda metade do século XIX, período em que se consolidou o processo de formação de Estados no Cone Sul. Ela também foi uma das marcas fundamentais na política internacional no Cone Sul na primeira metade do século XX, motivando acordos diplomáticos importantes como os *"Pactos de mayo"* de 1902; o *"Pacto do ABC"* em 1915 e o *"Acordo antibélico"* de 1933.

Como também, na primeira metade do XX o equilíbrio estratégico motivava a corrida armamentista entre os grandes atores regionais, como também foi uma manifestação evidente em grandes eventos políticos como a crise do Acre de 1903, a crise fronteiriça entre Brasil e Argentina pelas Missões, em 1908 e, finalmente, a Guerra do Chaco, entre 1932 e 1935 (BANDEIRA, 1998, "a"; ESTIGARRÍBIA, 1989).

Tal característica da política regional foi uma influência importante na construção do pensamento geopolítico sul-americano. Na década de 1980, Jack Child (1985) apontou tal fenômeno, ao lado do processo de industrialização tardia e por substituição de

importações, como uma das forças inspiradoras das concepções geopolíticas na região.

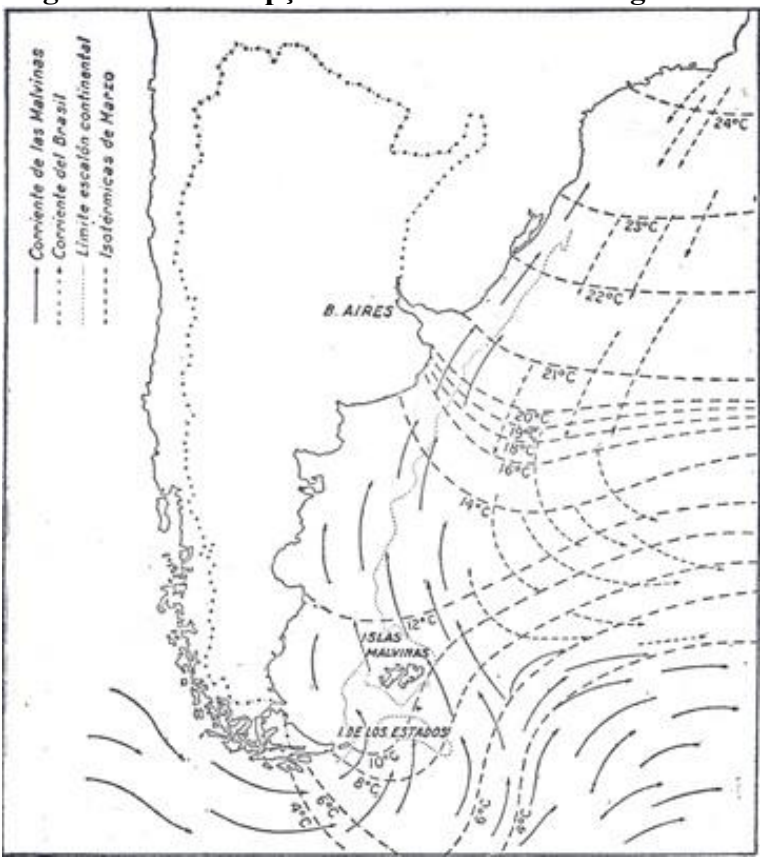
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dois são os resultados da análise aqui proposta, qual sejam, a influência sobre a concepção insular do vice-almirante Segundo Rosa Storni e sobre a concepção continental do Marechal Mário Travassos.

A influência do equilíbrio estratégico sul-americano sobre o pensamento de Segundo Rosa Storni

O vice-almirante Segundo Rosa Storni foi uma figura proeminente em sua época não apenas por formular a *"Concepção da Argentina Insular"*, mas também pelos cargos que ocupou na "*Armada de la Republica Argentina"* (ARA), pela sua influência política e também pela sua contribuição para a pesquisa universitária, uma vez que esteve diretamente ligado aos estudos oceanográficos que delimitaram a plataforma continental argentina (STORNI, 1904) – de onde derivou o conceito de *"Mar argentino"*, (STORNI, 1967) que nada mais é que o esforço de delimitar os limites da plataforma continental argentina (ver Figura 1).

Figura 1 - A concepção storniana de "Mar argentino"



Fonte: STORNI (1967, p. 55).

Nota: Anos de pesquisa oceanográfica levaram os argentinos a este mapa, o primeiro esboço da plataforma continental do país. O mapa foi um trabalho em conjunto da ARA e dos institutos oceanográficos e foi muito importante para atividade da pesca. Ele tem um significado político expressivo, pois dá bases para a reivindicação territorial. No livro de Storni (1967), ele é apresentado como uma nova concepção de Argentina, um país que deveria se voltar para as atividades econômicas no Atlântico.

Do ponto de vista político é importante ressaltar que a ARA formava um grupo político independente, com concepções e projetos próprios, se distinguindo inclusive do Exército. A Fragmentação política era um traço característico da Argentina da época, de maneira que a ARA era uma porta voz dos valores liberais do século XIX (CIRIA, 1975).

Seguindo as premissas lançadas por Alfred Mahan (1840-1914) acerca dos componentes do poder Marítimo (MAHAN, 2007), Storni defende que a Argentina deve passar por uma ampla transformação social, deixando de ser uma sociedade *potâmica* (ou seja, uma sociedade organizada nas margens do Rio da Prata) para se tornar uma sociedade *talássica*, organizada de forma lindeira, ocupando a Patagônia e o Atlântico Sul argentino. Tal empreendimento era de fato muito ambicioso para uma nação recém-formada que, ainda que rica, era econômica e tecnologicamente dependente dos países de capitalismo central.

O projeto storniano incluía um projeto industrial de construção naval e um projeto territorial, de ocupação da patagônia a partir de seus rios navegáveis (STORNI, 1967). Tal esforço colocava a ARA como instituição central do projeto de organização nacional, uma vez que ela seria fornecedora de quadros e técnicas para a consolidação de tal processo, ao mesmo tempo que seria ela a principal instituição de defesa nacional

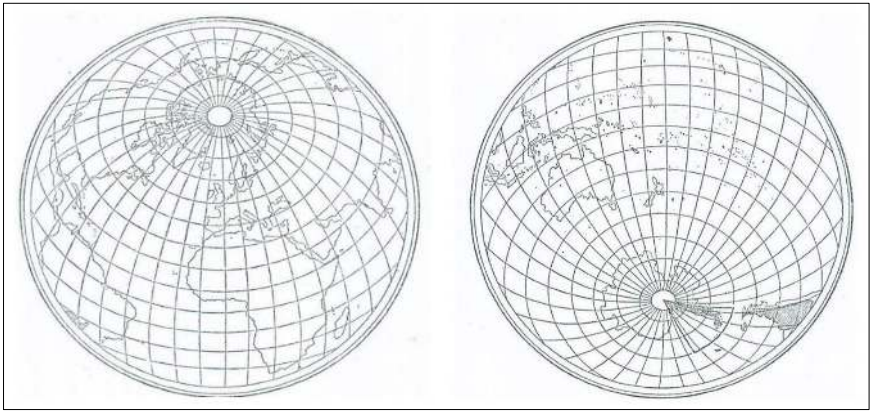
Partindo de uma cosmovisão construída a partir de uma projeção cartográfica de *Beythien*, Storni colocava a Argentina como uma peça importante de uma sociedade marítima comandada pela a Grã-Bretanha. A Argentina deveria constituir uma "potência marítima média", com domínio dos mares adjacentes, mas sem rivalizar com o Império Britânico (ver Figura 2).

Tal posição, diferente do que se pode supor, não colocava a questão das Malvinas como questão de defesa prioritária para o

autor. As boas relações que a Argentina tinha com a coroa Britânica levava o autor a supor que os arquipélagos seriam devolvidos para a Argentina em um futuro próximo.

É no pensamento storniano sobre política de defesa que se percebe com mais nitidez a influência do equilibro estratégico sul-americano. Como vimos anteriormente, a Argentina cultuava a sua inimizade estabelecida por razões territoriais contra o Brasil, por questões relativas ao domínio da Bacia do Rio da Prata e, contra o Chile, em questões atinentes aos canais navegáveis do extremo sul e ao próprio domínio da Patagônia. Tais rivalidades levavam à corrida armamentista e a aliança informal entre o Chile e o Brasil.

Figura 2 - Concepção geopolítica bi-hemisférica



Fonte: STORNI (1967, p. 27-28).

Nota: A projeção de Beythien apresenta uma visão de mundo particular: na sua primeira sessão (mapa de cima) evidencia-se a importância do hemisfério continental (Europa, Ásia e Oceania) em detrimento do hemisfério Insular (Américas). Na segunda sessão (mapa de baixo), deve ser observada a posição da Argentina, que junto com o Chile e o Uruguai são os únicos países das Américas representados. Nesta segunda sessão, a Argentina se projeta como uma cunha para a Antártida, dividindo o Atlântico do Pacífico. É a partir dessa cosmovisão que Storni vai formular o seu pensamento de valorização do Atlântico enquanto canal de comunicação para o *Hemisfério Continental*.

Essa é uma relação fundamental para compreendermos a política de defesa proposta por Storni: ela parte de uma consciência de cerco estratégico, uma vez que as linhas de comunicações marítimas (LCMs) da Argentina passavam pelas costas do Brasil e o Chile. Assim, a prioridade do orçamento de defesa argentino deveria ter como prioridade a arma naval.

A possibilidade de uma aliança real entre Chile e Brasil, com total obstrução das rotas marítimas argentinas em caso de conflito levava Storni a adotar um conceito quantitativo de política de defesa. O autor propôs a adoção do conceito do *Two Powers Standar*d, devidamente adaptado para a realidade no Cone Sul. O Conceito Britânico, fundado pelo *Royal Defense Act* de 1889, estabelecia que a Grã-Bretanha deveria ter um número de navios de guerra suficiente para dissuadir uma hipotética aliança entre França e Alemanha. No caso argentino, Storni defendeu que o número de navios de Guerra argentinos deveria ser suficientemente para dissuadir uma possível aliança entre Chile e Brasil, muito provável em uma situação de crise.

As poucas menções que Storni faz a uma política de cooperação entre Argentina, Brasil e Chile são uma ambiguidade importante do discurso do autor que nós vamos explorar em trabalho futuro.

Para o contexto da época, devemos considerar não apenas a influência anglo-saxã na obra do autor, mas o contexto instável do Cone Sul que promovia uma corrida armamentista custosa para os orçamentos nacionais e que era sistematicamente incentivada pelos Estados Europeus, exportadores de material bélico (BANDEIRA, 2003).

Neste contexto, muito mais profunda que a rivalidade entre Brasil e Argentina era a rivalidade entre Chile e Argentina. Menos conhecida pelo público Brasileiro, tal rivalidade não se restringia

apenas aos canais navegáveis do Sul, mas também a domínios de território antártico e da própria Patagônia. Como sabemos, a Patagônia não era território argentino até a "Campanha do Deserto" de 1879. Essa expedição militar, que levou ao extermínio dos povos naturais da Patagônia, era objeto de disputa entre Chile e Argentina durante o período de formação de Estados, na primeira metade do século XIX. Segundo Carlos Escudé (2008), os comerciantes chilenos compravam gado das populações tradicionais da região e a possibilidade de a região da Patagônia ser anexada pelo Estado Chileno era real. Em 1879 o Chile ocupa suas forças militares contra a Bolívia e o Peru dando início a Guerra do Pacífico o que deu a oportunidade para a Argentina fazer a anexação.

Apesar dos apelos peruanos para a Argentina atacar o sul do Chile e obrigar este a lutar uma guerra de duas frentes, a Argentina preferiu não continuar suas operações militares contra o Chile, dada a recusa brasileira ao pedido peruano de permanecer neutro (TAUNAY, 1925).

Segundo Moniz Bandeira, os planos Chilenos de invadir e anexar a Patagônia duram até 1930. Tal afirmação explica as preocupações de Storni de colonizar a Patagônia e garantir a sua posse ao território argentino.

A Influência Do Equilíbrio Estratégico Sul-Americano Sobre O Pensamento De Mário Travassos

Se Storni é considerado o pai fundador da teoria do poder marítimo argentino; Mário Travassos é considerado o formulador da teria do poder terrestre brasileiro. Para os seus comentadores (GUGLIALMELLI, 1978; MELLO, 1997), a concepção de

Travassos serviu como doutrina de organização territorial do Brasil desenvolvimentista (1930-1985).

Diferente de Storni, Travassos concebeu que a disputa militar entre Brasil e Argentina não aconteceria no Atlântico Sul, e sim no interior do continente, no interior da Bacia do Rio da Prata, onde tradicionalmente aconteceu os principais choques entre Brasil e Argentina (BANDEIRA, 1998, "a"; BANDEIRA, 1998, "b"; BANDERIA, 2003). Tal argumento negava o pensamento marítimo e colocava em foco de debate o papel da infraestrutura viária no interior do continente.

Travassos interpretou que os objetivos estratégicos mais importantes para a Argentina seriam aqueles referentes a projeção terrestre, que tinham como principal instrumento o sistema ferroviário cujo epicentro era porto de Buenos Aires e como conceito organizador a memória dos nacionalistas argentinos do território do Vice-reinado do Rio da Prata, última unidade administrativa fundada pela coroa espanhola no período colonial que tinha como capital Buenos Aires[11]. No prefácio da edição de 1947 e "Projeção continental do Brasil", Travassos assim escreveu:

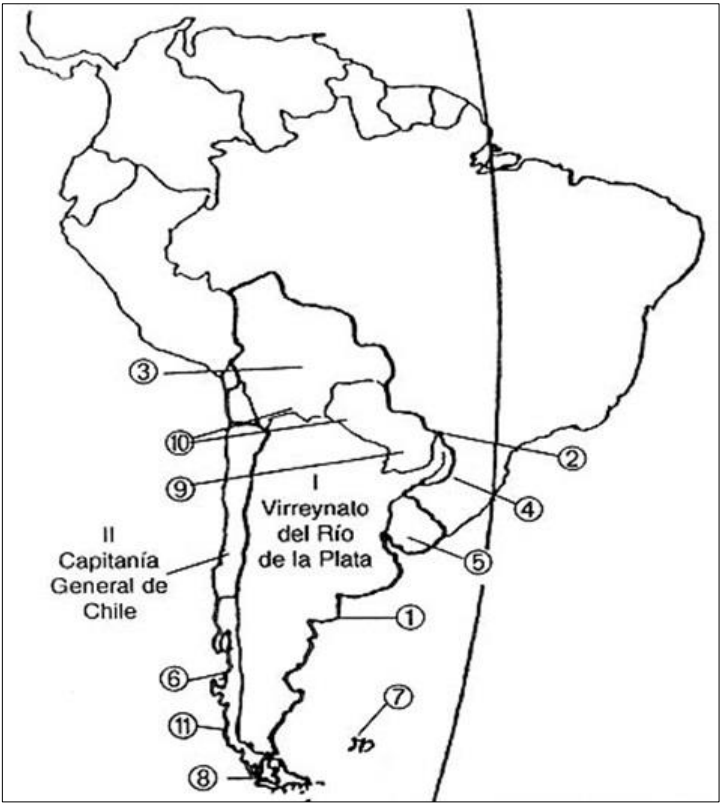
[11] O Vice-reinado do Rio da Prata foi uma unidade administrativa e geopolítica criada pela coroa espanhola em 1776 para a colonização da Bacia do Rio da Prata, que era, durante o período colonial a periferia do império espanhol (BANDEIRA, 1998, "b"). A fundação do Vice-reinado tinha o objetivo de conter o expansionismo português que, com o tratado de Madri de 1750 havia conseguido uma importante vitória, estabelecendo domínio sobre territórios a oeste da linha de Tordesilhas e tornando obsoleto o próprio Tratado de Tordesilhas, firmado em 1494. O Vice-reinado do Rio da Prata teve uma existência relativamente curta, uma vez que, 34 anos depois da sua fundação, em 1810, teve início a revolução em Buenos Aires que levou à ruptura com o domínio espanhol e deu início à formação do Estado argentino. É presunçoso afirmar que a Argentina é herdeira do Vice-reinado do Rio da Prata, uma vez que não existiu continuidade institucional entre o colapso de uma organização e a formação de outra (ESCUDÉ,2008) – mas era exatamente isso que os nacionalistas argentinos da primeira metade do XX faziam: a lembrança do Vice-reinado se tornou uma concepção geopolítica continental, sustentada por intelectuais e burocratas de tendências ideológicas distintas dentro do nacionalismo, que ia do radicalismo ao conservadorismo católico (BEIRED, 2001; FÁVARO MARTINS, 2016). Tal concepção era reforçada pelo fato marcante da Argentina possuir um sistema ferroviário que integrava todo flanco hispânico da Bacia do Rio da Prata e que estava em processo de expansão.

> Contemporaneamente, a magnífica expansão do Estado Argentino, que cada vez mais consolida a irradiação incomparável de sua influência, à sombra de uma mesma língua, de uma mesma religião e da continuidade territorial *que inspiraram os antigos vice-reinados – é mais que um exemplo, porque é verdadeira lição*. O Estado Argentino, com o acionamento das comunicações platinas, exprime a mais perfeita compreensão do seu destino geopolítico – em face dos antagonismos em redor e no quadro da massa continental – *principalmente porque, entre as formas de expansão, se decidiu pelo fomento das comunicações terrestres. A expansão política por meio das comunicações marítimas levaria o Estado Argentino à luta imediata com o Estado Brasileiro*, por isso que o litoral sul do Brasil é que definiria os pontos das forças expansionistas. A expansão terrestre afastou essa possibilidade, ao mesmo tempo em que, por linhas interiores, se manifesta sob a forma altamente simpática de solidariedade continental. (TRAVASSOS, 1947, p. 19-20, destaque nosso).

Na prática, o projeto continental argentino seria o de anexar os Estados do Uruguai, do Paraguai e do Uruguai e os territórios brasileiros das Missões e os territórios do Sul do Chile (ver Figura 3). Na transição do século XIX para o XX a pressão econômica e militar que a Argentina exercia sobre o Paraguai e o Uruguai era significativa e, na década de 1920 tal pressão chegou até a Bolívia, com a descoberta de petróleo no Chaco Boliviano e com a proposta de construção da ferrovia Yungay – Santa Cruz de la Sierra, articulando o território boliviano ao plano ferroviário argentino e transformando a Bolívia em um satélite argentino (BANDEIRA, 1998, "a"). Tal projeto foi acordado no documento que ficou conhecido como "Convenção Carrillo - Gutierrez" de 1922, e teve

como grande artífice o diplomata argentino Horacio Carrillo (1887-1955).

Figura 3 - reivindicações territoriais argentinas na primeira metade do século XX



Fonte: <http://www.argentina-rree.com/Mapas/mapa01.htm>. Acesso em: 07/06/14.

Nota: Entendimento que a República Argentina deveria usar como matriz territorial, o ex Vice-reinado do Rio da Prata deu origem a uma geração de políticos de consciência expansionista, que foram responsáveis por desastres como o conflito das Malvinas, em 1982, ou como a decadência econômica a partir da década de 1960. Para nós, a consciência territorial expansionista obstruiu o projeto de dissuasão e projeção pacífica que Storni formulou, em 1916.O mapa lista as reivindicações territoriais argentinas até pelo menos1960.

Segundo Moniz Bandeira (1998, p. 168, "a"), o grande temor brasileiro tanto do

> Estado-Maior do Exército, bem como do Ministério das Relações Exteriores, era de que a Argentina, a dispor de importantes recursos (petróleo, gado e cereais), boa organização econômica e constituindo, na América do Sul, "potência de primeir grandeza", com "superioridade militar terrestre, marítima e aérea", sobre o Brasil, tentasse absorver a Bolívia, além do Uruguai e do Paraguai, e assim recompor as fronteiras do Vice-Reino do Rio da Prata.

Assim sendo, "Projeção continental do Brasil" é uma resposta a pressão que a Argentina fazia na Bacia do Rio da Prata e, especificamente uma resposta á Convenção Carrillo- Gutierrez que, inclusive, é citada por Travassos (TRAVASSOS, 1947, p. 102). Esse delineamento do imperativo estratégico brasileiro, onde a Argentina é enquadrada como ameaça prioritária, é feita considerando também a ameaçadora projeção dos EUA sobre a América do Sul que, partindo do Mar das Antilhas penetra a bacia do Orinoco com sua inversão de capitais e ameaça a chegar na bacia amazônica, onde está assentado o território do Brasil. Ainda que muito mais poderosa que a ameaça argentina, a projeção dos EUA é, segundo Travassos, "(...*) servidão contra a qual inutilmente se debatem os que contra ela se revoltam*" (TRAVASSOS, 1947, p. 106).

Esse jogo de influências, onde os transportes aparecem como instrumento estratégico e o território brasileiro é flanqueado é percebida dentro de um conjunto de relações geográficas que não só explicam a natureza da disputa como também apontam para as diretrizes que devem ser adotada pelo Estado brasileiro para a conquista da supremacia no cone Sul.

Para Travassos entre as forças geográficas que se manifestavam sobre a América do Sul, duas teriam impactos sobre a política internacional: seriam os *antagonismos geográficos*, que envolvem os fluxos sociais (reais e potenciais) possibilitados pela configuração geomorfológica sul-americana. Os antagonismos seriam os seguintes:

- O antagonismo do Pacífico X o Atlântico – Para Travassos o Atlântico Sul era muito melhor para o desenvolvimento de sociedades em suas margens que o Pacífico Sul. Isso à ponto do Atlântico Sul exercer uma força de atração econômica sobre os povos ocupantes da Costa do Pacífico a ponto dos Estados andinos almejarem ter acesso aos portos do Atlântico. Isso acontecia por uma sequência de motivações: em primeiro lugar o Atlântico Sul era um dos acessos para se chegar a Europa, que era o mercado consumidor principal da produção econômica da América do Sul na primeira metade do XX. Fora isso, as costas do Pacífico Sul eram avessas à ocupação: incrustradas na Cordilheira dos Andes, as sociedades que lá se formavam só tinham acesso ao leste pelos escassos *pasos* e *nudos*, aberturas no meio das cordilheiras que tornavam possíveis essas comunicações;
- O antagonismo da Bacia do Prata X a Bacia do Amazonas – outro elemento natural de vetorização dos fluxos comerciais no continente sul-americano seriam as duas maiores bacias hidrográficas: a do rio Amazonas e a do Rio da Prata. Os dois rios foram utilizados desde a época da colonização como meios de interiorização do processo de ocupação territorial pelos colonizadores e constituem até hoje importantes hidrovias. Os dois rios também setorizam para o leste os fluxos de pessoas e mercadorias produzidos no interior do continente. Porém, Travassos aponta duas diferenças marcantes entre eles: a bacia do Rio da Prata é muito melhor ocupada que a do Rio Amazonas. Enquanto a Bacia do Rio da Prata tem sua capacidade viatorial reforçada pelo sistema ferroviário argentino e uma relativamente densa rede de cidades, a Bacia do Rio Amazonas está ocupada pela selva e por uma esparsa

> redes de cidades muito dependentes do Rio. Contudo a Bacia do Rio Amazonas está melhor localizada que a do Prata, uma vez que a sua foz está mais próxima do hemisfério norte que a sua concorrente. Enquanto o Brasil domina a foz do Rio Amazonas, a Argentina domina a foz do Rio da Prata;

Nesse quadro de tensões territoriais, que pressupõe a vetorização dos fluxos do interior do continente para o nordeste, a partir do Rio Amazonas e, principalmente, para o sudeste, a partir do Rio da Prata, que o autor vai interpretar os conflitos interestatais descritos anteriormente e esquadrinhar a grande estratégia do Brasil.

Os *"signos de inquietação política"* (TRAVASSOS, 1947, p. 79) seriam as principais questões políticas diretamente vinculadas ao território brasileiro. Elas seriam a influênca econômica dos EUA sobre a Amazônia, a questão do Estado do Uruguai que, com seu território incrustrado entre Brasil e Argentina, faz uma política pendular entre os dois e, principalmente, a questão do território da Bolívia.

Por ter seu território assentado sobre o *"Divorcio aquário*", ou seja, o divisor de águas entre a Bacia do Prata e a Bacia do Amazonas a Bolívia sofreria de uma pressão dissociativa, tendo parte do seu território sendo influenciado pelo Brasil (país hegemônico da Bacia Amazônica) e a Argentina (País dominados da foz do Rio da Prata). Sobre o altiplano boliviano (ou seja, o divórcio aquário) estaria o "Triangulo estratégico boliviano", a rede de cidades dispostas em forma triangular e formada por Cochabamaba, Sucre e Santa Cruz de la Sierra.

Entendendo que a bacia do Rio Amazonas possuía capacidades carreadoras muito superiores àquelas da bacia do Prata e que a posição do território brasileiro se projetava de forma mais vantajosa sobre os países limítrofes do que o território argentino Travassos propôs que a articulação do território brasileiro por um

plano viário e plurimodal deveria servir de instrumento de poder para articular as principais cidades do Paraguai, Uruguai e Bolívia, trazendo para a esfera de influência brasileira esses países em detrimento da Argentina. Neste particular, o sistema plurimodal brasileiro deveria dar prioridade para o "Triangulo estratégico boliviano" dando acesso à Bolívia ao Rio Amazonas, em um esforço que já havia começado a ser feito no começo do século XX com a construção da ferrovia Madeira-Mamoré.

É importante salientar que a opção por um plano plurimodal – ou seja não unicamente baseado nas ferrovias, mas um híbrido entre ferrovias, hidrovias e rodovias – era motivado pelo fator tempo: a necessidade de competir com a Argentina, que já tinha seu sistema ferroviário estabelecido, exigia soluções rápidas, como o aproveitamento dos rios navegáveis, das ferrovias já construídas e das rodovias (TRAVASSOS, 1942) que, baratas e rápidas, marcariam de maneira permanente o processo de articulação territorial brasileiro (ver Figura 4).

Quando defende que o Brasil deve priorizar pela construção de uma esfera de influência na Bacia do Rio da Prata e que esse empreendimento deve neutralizar a influência argentina na região, Travassos está sendo orientado pelos imperativos ditados pelo equilíbrio estratégico sul-americano, evidência essa que é comprovada pela leitura dos geopolíticos argentinos do segundo pós guerra (GUGLIALMELLI, 1978), que viram na obra de Travassos o elemento de orientação do Estado brasileiro para a "virada de jogo" no cenário estratégico sul-americano do século XX.

Figura 4 - Percepção argentina dos objetivos estratégicos brasileiros



Fonte: GUGLIALMELLI (1978, p. 143).

Mapa: Interpretação do general Juan Enrique Guglialmelli. Notar que o eixo Sucre-Santa Cruz do *"Triângulo estratégico"* do planalto boliviano se encontra integrado ao dispositivo viário brasileiro. Ainda que as vias que estão assinaladas no mapa no setor norte do território brasileiro não tenham sido bem sucedidas a princípio, o mapa demonstra com clareza o objetivo do Estado Brasileiro de se integrar à América Andina.

O temor que instabilidade oriunda da configuração territorial dos Estados do Cone Sul poderia originar um conflito generalizado também demonstra a percepção do autor para o equilíbrio de forças na região, como fica claro na citação:

> A vinculação andina do território da Bolívia, em face do desentendimento entre o Peru e o Chile, produz constrangimento somente para a própria Bolívia, tornada praticamente mediterrânea. Pelo lado da cordilheira, apenas um ponto de fricção de pouca importância para os demais – um porto para a Bolívia. A oscilação entre as forças político-econômicas que as bacias do Amazonas e do Prata representam, essa sim pode traduzir verdadeiro motivo de apreensões internacionais mais sérias. Essas bacias significam interesses de toda a sorte, ligados às duas mais importantes nações do continente, que, se tudo as une, nem por isso estão de todo livres de possíveis estremecimentos provindos do planalto central do continente. *E nisso não está todo o perigo, pois, se essas nações se estremecerem, é certo que esse estremecimento terá imediata repercussão sobre as demais.* Daí o caráter continental que poderá resultar, como conseqüência da instabilidade geográfica da Bolívia (TRAVASSOS, 1947, p. 89-90, destaque nosso).

Essa percepção, que os diferentes interesses geopolíticos dos principais Estados continentais se cruzam na Bolívia, e que tal cruzamento pode aflorar de maneira violenta em um conflito generalizado demonstra que Travassos é influenciado pelo Equilíbrio estratégico sul-americano e pode ser apresentado como um teórico de tal fenômeno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, diferente de Storni que foi um pensador do poder marítimo, Travassos desenvolveu uma concepção geopolítica continental que priorizava as rivalidades com a Argentina como ponto de organização da grande estratégia Brasileira e aproveitava as melhores condições territoriais do Brasil em relação ao seu rival pratino para propor um plano de comunicações plurimodais e transversais objetivando retirar da órbita argentina Bolívia Paraguai e Uruguai e trazer tais países para a esfera de influência brasileira, fazendo do Brasil o Estado preponderante na Bacia do Rio da Prata. Tal concepção integrava a política territorial brasileira à política externa, uma vez que, para satelitizar os pequenos Estados da Bacia do Rio da Prata o Brasil precisava primeiramente integrar o seu grande território.

Desse quadro geral, concluímos que Storni e Travassos são influenciados pelo equilíbrio estratégico sul-americano, mas que essa influência ocorre de maneira diferente entre eles.

A primeira diferença que apontamos está no plano da grande estratégia. Storni entende que o equilíbrio de forças na região deve ser mantido pela dissuasão cujo principal instrumento de poder seria a superioridade naval já Travassos entende a situação como desequilibrada a favor da Argentina, e vê na integração territorial brasileira o instrumento de poder para a superação da questão. Naturalmente que esses conceitos estratégicos distintos passam por influências de caráter econômico-corporativo uma vez que Storni era um oficial da marinha e Travassos um oficial do exército, mas isso seria tema para um segundo trabalho.

Em segundo lugar, a escolha das prioridades estratégicas é diferente: Travassos deixa muito claro que o Estado brasileiro é ameaçado tanto na Bacia Amazônica, pelos EUA, como na Bacia

Platina, pela Argentina. Nesse tabuleiro o autor prefere priorizar pela neutralização do oponente mais vulnerável, ação que, sem dúvidas, reverberaria em importante processo de economia de forças. Storni tem uma concepção semelhante: ao defender a colonização da Patagônia o autor, ainda que indiretamente, enquadra o Chile como ameaça prioritária, não só por ser mais vulnerável que o Brasil, mas também por ser uma fonte de preocupações maior, dada a natureza de suas reinvindicações territoriais.

Para o leitor do século XXI, o equilíbrio estratégico sul-americano é um fenômeno datado: a política internacional na América do Sul se estabilizou e se institucionalizou e hoje o continente é um dos mais estáveis do planeta. O mesmo não pode ser dito das concepções geopolíticas de Storni e Travassos pelo fato desses dois autores possuírem comentadores, críticos e, principalmente, seguidores que, em épocas posteriores deram interpretações diferentes para as suas concepções o que resultou em um notável processo de ressignificação de ideias. Por esses motivos, tanto Storni quanto Travassos são dois clássicos do pensamento geopolítico sul-americano.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, M. A "Guerra do Chaco". **Revista Brasileira de Política Internacional**. vol. 41, n. 1, 1998.

BANDEIRA, M. **Brasil, Argentina e Estados Unidos – Conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul – 1870 - 2003)**. Rio de Janeiro: Renavan, 2003.

BANDEIRA, M. **O Expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata**: Argentina, Uruguai e Paraguai, da

colonização à Guerra da Tríplice Aliança. Rio de Janeiro: Renavan/ Brasília: Editora da UnB, 1998.

BEIRED, J. L. B. "A grande Argentina": um sonho nacionalista para construção de uma potência na América Latina. **Revista Brasileira de História**, vol. 21, n.42, 2001.

CHILD, J. **Geopolitics and conflict in South America**. Quarrels among neighbors. Nova York: Praeger, 1985.

CIRIA, A. **Partidos y poder en la Argentina Moderna (1930-1946)**. Buenos Aires: Ediciones de La Flor, 1975.

DORATIOTTO, F. **Maldita guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ESCUDÉ, C. **Apuntes sobre los orígenes del nacionalismo territorial argentino**. Buenos Aires: Universidad del CEMA, 2008.

ESTIGARRÍBIA, J. F. **Memorias del mariscal José Félix Estigarríbia**. Assunção: Imprensa Salesiana, 1989.

GUGLIALMELLI, J. E. **Geopolítica del Cono Sur**. Buenos Aires: Editora El Cid, 1978.

MAHAN, A. T. **Influencia del poder naval en la historia**. Madri: Ministério de Defensa, 2007.

MARTINS, M. A. F. **Construtores da Geopolítica Sulamericana**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018.

MARTINS, M. A. F. **Terra e mar no pensamento geopolítico argentino**: da disputa hegemônica no cenário doméstico a sua

influência sobre a Geopolítica do Brasil (Tese de Doutorado em Integração da América Latina). São Paulo: USP, 2016.

MELLO. L. I. **A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

STORNI, S. R. "Trabajos hifrógráficos argentinos en el Canal de Beagle". **Boletín del Centro Naval**, vol. 22, n. 258, 1904.

STORNI, S. R. **Intereses argentinos en el mar**. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 1967.

TAUNAY, V. **A guerra do Pacifico – Chile versus Peru e Bolívia**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1925.

TRAVASSOS, M. **Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

TRAVASSOS, M. **Projeção Continental do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

CAPÍTULO 6

Sputnik V, a Corrida Imunológica e a Geopolítica Russa Frente à COVID-19 (2020-2021)

SPUTNIK V, A CORRIDA IMUNOLÓGICA E A GEOPOLÍTICA RUSSA FRENTE À COVID-19 (2020-2021)

Arthur Mastroiani Máximo de Lucena

Alexandre César Cunha Leite

Desde que a pandemia se instaurou no cotidiano global, os Estados adotaram as medidas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e cabíveis dentro das condições domésticas para controle da pandemia em seu território. Dentre as principais destacam-se: as medidas preventivas de saúde pública; políticas de manutenção da renda e políticas de saúde (e sanitárias) direcionadas às pessoas que necessitavam de auxílio diante do quadro pandêmico mundial (OMS, 2020).

A OMS, em parceria com várias nações, adotou planos para combater a pandemia. Das recomendações iniciais estão o uso de máscaras faciais, álcool em gel para hospitais e apoio em pesquisas e desenvolvimento célere da vacina, como são os casos das vacinas CoronaVac (chinesa), AstraZeneca (Oxford, Reino Unido), Pfizer/BioNTech (parceria alemã), Moderna (USA), Janssen (USA) (BELETE, 2021), entre outras.

Vladimir Putin teve uma posição contrária à OMS no primeiro trimestre de 2020, em que não concordava com os alertas da organização e continuou seguindo a agenda federativa do país prevista para o início de 2020 (ÅSLUND, 2020; LAZARUS, 2020).

Três tópicos principais constituíam a agenda mantida por Putin diante do cenário pandêmico: a) continuidade em investimento nos setores de maior arrecadação de receita ao governo russo, como o comércio energético e armamentista, além da exploração de

materiais não ferrosos em regiões estratégicas russas (Ásia Central e Cáucaso, por exemplo), b) mudanças na emenda da Constituição russa, com o intuito de antecipar as eleições e desconsiderar mandatos presidenciais anteriores, abrindo espaço para se reeleger pós 2024 (com espaço de reeleição até 2036), e c) atos civis em comemoração ao fim da Segunda Guerra Mundial com marcha na praça vermelha (ÅSLUND, 2020; LAZARUS, 2020).

O discurso de Putin da Duma Federativa da Rússia (parte baixa legislativa do país) em março de 2020, por exemplo, apresenta sua preocupação maior com relação à sua posição como governante em longo prazo no país do que necessariamente uma atenção sobre a COVID-19, até então. Putin referiu-se "à estabilidade política, acordo étnico e religioso, ao desenvolvimento econômico e social, [além da] continuação da formação do instituto supremo do poder estatal na Rússia". (KREMLIM, 2020, p. 1).

Estes posicionamentos do governo russo apresentaram à comunidade internacional o pragmatismo de Putin. Mesmo diante dos alertas da OMS relativos à pandemia iminente, Putin manteve a atividade econômica russa em setores estratégicos nacionais, além do manuseio da democracia estatal para manter o jogo de poder federativo concentrado e da demonstração de poder militar, expondo uma Rússia ativa e com poder bélico ao sistema internacional. Esta postura só iria mudar, de fato, no final de março de 2020, com o contato do governo russo com o italiano sobre a situação da COVID-19 por lá (ÅSLUND, 2020; KREMLIN, 2020).

Todavia, com a corrida imunológica em combate à COVID-19 por potências estatais, muitas delas centralizadas no ocidente, Putin alterou sua postura, principalmente após contato com o governo italiano. A Rússia desenvolveu sua própria vacina, chamada de Sputnik V, pelo Instituto Gamaleya, obtendo o primeiro registro oficial de vacina aprovada por um país contra a COVID-19. O nome escolhido remete ao primeiro satélite soviético lançado em orbita da

Terra em 1957 e faz uma alusão política sobre a disputa que a União Soviética e os Estados Unidos (EUA) estavam inseridos, numa corrida espacial nos anos iniciais da Guerra Fria (BELETE, 2021; VARGINA, 2020; KREMLIN, 2020).

Esta mudança de direcionamento governamental de Putin em não mais ignorar a existência da pandemia em 2020 e incentivar a criação de uma vacina russa em combate ao vírus, fez com que surgisse o questionamento: quais as motivações políticas levaram a Federação Russa a acelerar o processo de pesquisa e disponibilização da vacina Sputnik V?

Dada à questão exposta, este artigo tem como finalidade investigar a posição geopolítica da Federação Russa no âmbito da saúde pública asiática no desenvolvimento e distribuição da vacina Sputnik V. Utiliza-se o método qualitativo, de caráter exploratório e o ferramental do *process tracing*.

METODOLOGIA

A ferramenta de *process tracing* tem a finalidade de explicação e/ou argumentação via mecanismos causais, construídos em torno de eventos sequenciais e contíguos, contribuindo para elaboração de inferências causais (BENNETT; CHECKEL, 2012; BEACH, 2016). A aplicação da ferramenta no caso trabalhado direciona-se ao desenvolvimento e criação de vacinas abaixo listadas, a partir das datas de aprovações e seus desdobramentos políticos ao governo da Federação Russa.

Logo, o artigo realiza a aplicação do *process tracing* para acompanhar a elaboração de seis vacinas desenvolvidas: a) Sputnik V; b) Coronavac; c) Oxford (AstraZeneca); d) Pfizer (BioNTech); e) Moderna; e, f) Janssen (Grupo Johnson & Johnson), com o intuito de averiguar mecanismos causais em seis categorias: data de

aprovação, país de origem, tecnologia de vetor imunológico utilizado, porcentagem de eficácia, quantidade de aplicações/doses e principais países importadores. A escolha das seis vacinas selecionadas diz respeito à importância e relevância que elas proporcionam nas principais frentes estatais no combate à COVID-19 iniciadas no ano de 2020, além do peso humanitário e de investimento dos países em pesquisa e distribuição das vacinas ao redor do mundo.

Com relação ao marco temporal, o artigo fará a verificação das categorias supracitadas entre agosto de 2020 a fevereiro de 2021, intervalo que compreendeu a análise de aplicação do *process tracing*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estruturalmente, o artigo aborda três tópicos principais: a) processo de criação da Sputnik V, b) Aplicação do *process tracing* e motivações políticas russas frente à COVID- 19, e c) considerações finais.

O argumento trabalhado é que devido à corrida imunológica para criação de vacinas contra a COVID-19 em diversas potências mundiais, a Federação Russa utilizou o interesse geopolítico no continente asiático para acelerar a disponibilização da vacina Sputnik V e conter a influência ocidental na Ásia pelo âmbito da saúde pública.

Processo de criação da Sputnik V

De acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde), o processo para testes, validação e aprovação de uma vacina passa por

avaliações rigorosas, que podem ser resumidas em quatro grupos principais: a) testes pré-clínicos; b) fase I; c) fase II, e d) fase III. Cada fase tem como objetivo obter resposta imunológica em manipulação de um antígeno específico em laboratório (OMS, 2021).

Na fase de pré-testes, há a manipulação inicial do antígeno a ser estudado em laboratório, para ser submetido a testes rigorosos de verificação se há ou não uma resposta imunológica válida para fabricação futura da vacina. É nesta fase de pré-testes que são utilizados animais, inclusive primatas (pela aproximação com o gene do homo sapiens) para verificar a resposta imunológica (OMS, 2021).

Passados os testes iniciais, inicia-se a fase I, em que a vacina inicial fabricada é testada em uma amostragem pequena de indivíduos, com propósito de verificar a segurança da vacina, quantidade de dosagem e resposta do sistema imunológico. Geralmente são convidados voluntários jovens e adultos (OMS, 2021).

Na fase II inicia-se a ampliação de voluntários para centenas de pessoas, com grupos de controle sem vacina (placebo) e com vacinas. Além das características fundamentais investigadas nas fases anteriores, há um controle maior com relação a faixa etária, sexo e comorbidades patogênicas existentes. Nesta fase há um estudo mais concentrado no controle da dosagem da vacina e as observações nas alterações imunológicas verificadas nos voluntários (OMS, 2021).

A última etapa, fase III, é a mais complexa e que demanda um número maior de pessoas, preferencialmente em número acima da casa dos milhares. Geralmente são convocados voluntários de vários países para a verificação da eficácia da vacina em diversos tipos de populações. Assim como na fase anterior, continua a existir

o grupo de controle e dos grupos que não recebem a vacinação. Observa-se como a vacina reage nestes grupos de pessoas, se há reações adversas, quais são e, por fim, há o cálculo da eficácia final da vacina, pela teoria do limiar, pelo R0 (OMS, 2021; SHABIR, 2021).

O R0 é a avaliação controle da velocidade de propagação em que uma doença infecciosa pode se espalhar em uma população. Quanto maior o R0, maior é a propagação da doença estudada, e é este coeficiente que dirá a necessidade estatística da parcela da população que precisa ser vacinada para controlar a propagação da doença infecciosa (SHABIR, 2021; Lee *et al.*, 2021).

Para exemplificar, a Tabela 1 expõe um comparativo o R0 em algumas doenças infecciosas que se apresentaram durante os séculos XX e XXI.

Tabela 1 - Doenças Infecciosas e o R0 (inicial e final)

Doenças Infecciosas	R0 inicial	R0 Final
Sarampo	12	18
Varicela	10	12
Poliomielite	10	12
HIV/AIDS	2	5
SARS	0.19	1.08
MERS	0.3	0.8
Constipação comum	2	3
Ebola	1.56	1.9
Gripe sazonal	0.9	2.1
Pandemia da gripe (1918)	1.4	2.8
Pandemia de gripe (2009)	1.4	1.6
COVID-19	0.4	5.7

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: SHABIR (2021).

Especificamente analisando o vírus da COVID-19 (SARS-CoV-2), percebe-se que a volatilidade de sua propagação varia bastante, visto que ele permeia o R0 entre 0,4 a 5,7, dependendo da amostragem verificada. Todavia, a base de cálculo usada para o teorema do limiar, os pesquisadores fixaram o R0 da COVID-19 em 2, por causa de sua volatilidade (SHABIR, 2020).

Com base nessas informações, é possível compreender o teorema do limiar:

$$\frac{R0 - 1}{R0} = \text{Eficácia mínima da vacina}$$

Para a COVID-19, como o R0 é igual a 2, tem-se o resultado de ½, ou 50%. Desta forma, uma vacina que combata o vírus adequadamente espera-se que apresente, pelo menos, 50% de eficácia para o seu combate (DE BARROS, 2007; SHABIR, 2020).

Com este conhecimento, é possível verificar a Cobertura Vacinal Mínima Populacional (CVMP) necessária para imunização da população, pois é calculado junto ao teorema do limiar apresentado anteriormente (DE BARROS, 2007).

Com isto, formula-se a equação:

$$\frac{R0 - 1}{R0} = \text{Eficácia da Vacina x Cobertura Vacinal Mínima Populacional}$$

Em análise à equação acima, pode ser visualizado o CVMP da vacina Sputnik V em comparação com as demais vacinas propostas neste artigo (Tabela 2):

Tabela 2 – Vacinas, Eficácia e Cobertura Vacinal Mínima Populacional (CVMP)

Vacina	Data de aprovação[12]	Eficácia Mínima (%)	Eficácia (%)	CVMP (%)
Sputnik V	11/08/20	50%	91,60%	54,59%
Pfizer (EUA)	11/12/20	50%	95,00%	52,63%
Moderna	18/12/20	50%	94,10%	53,13%
Pfizer (União Europeia)	21/12/20	50%	95,00%	52,63%
Oxford	30/12/20	50%	62,00%	80,65%
Coronavac	06/02/21	50%	50,38%	99,25%
Janssen	27/02/21	50%	66,00%	75,76%

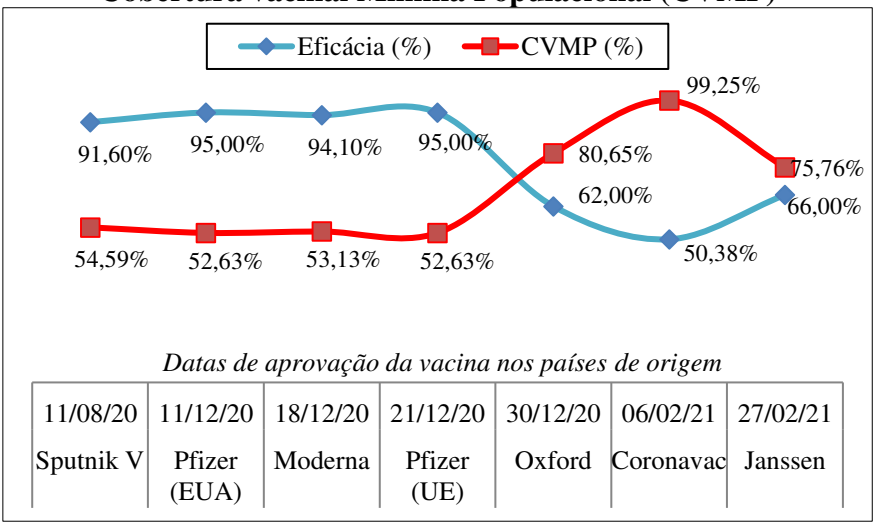
Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Fiocruz (2020); Reuters (2020; 2021); FDA (2020); Sputnik Vaccine (2021).

Quanto maior a eficácia da vacina, menor é o CVMP, ou seja, são inversamente proporcionais, visto que um grau de eficácia maior de imunização, para frear o processo de contágio populacional, estatisticamente, uma porcentagem menor de pessoas precisam ser vacinadas para diminuir a propagação, como pode ser visualizado no Gráfico 1.

Mesmo que estatisticamente tenha este indicativo de proporção inversa entre a eficácia da vacina e o CVMP, em uma análise político-social, é imprescindível que toda a população seja vacinada e não seja compreendida apenas como um indicativo estatístico.

[12] A aprovação de cada vacina está diretamente associada aos órgãos reguladores e Institutos de cada país, como a Fiocruz, Reuters, FDA (US Food and Drug Administration) e o Ministério de Saúde da Rússia.

Gráfico 1 - Eficácia das vacinas e a Cobertura vacinal Mínima Populacional (CVMP)



Datas de aprovação da vacina nos países de origem

11/08/20	11/12/20	18/12/20	21/12/20	30/12/20	06/02/21	27/02/21
Sputnik V	Pfizer (EUA)	Moderna	Pfizer (UE)	Oxford	Coronavac	Janssen

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: FIOCRUZ (2020); REUTERS (2020; 2021); FDA (2020); *SPUTNIK VACCINE* (2021).

Nota: EUA: Estados Unidos da América. UE: União Europeia.

Com relação à vacina da Sputnik V, nem todos os processos de testes foram divulgados completamente para a comunidade científica internacional. Com exceção da fase III, que obteve um repasse mais satisfatório em informações, as fases iniciais foram resumidas para dados mais objetivos, como pode ser visualizado na tabela 3.

Para a fase pré-clínica, segundo o sítio que promove a divulgação de resultados, cooperação, parcerias e contato com a imprensa, o *Sputnik Vaccine*, é apenas informado que houve testes iniciais apenas em animais, como previsto pela comunidade científica, incluindo dois tipos de primatas, não especificados, e com

divulgação no primeiro dia do mês de agosto de 2020. O processo de imunidade humoral (contagem de produção de anticorpos e resposta celular em longo prazo) não foram informados (SPUTNIK VACCINE, 2021).

Tabela 3 - Fases de testes vacina Sputnik V

Fases dos testes	Data divulgação	Animais ou Voluntários?	Imunidade Humoral	Imunidade Celular	Eficácia nos idosos (%)	Eficácia geral (%)
Pré-clínicos	01/08/2020	Animais (primatas)	NI	NI	NI	NI
Fases I e II	01/08/2020	NI	NI	NI	NI	NI
Registro Vacina na Rússia / Início Fase III	11/08/2020 - 25/08/2020	31.000 voluntários	NI	NI	NI	NI
Finalização Fase III	02/02/2021	19.886 voluntários	98%	100%	91,80%	91,60%

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: *SPUTNIK VACCINE* (2020; 2021).

Nota: NI = Não Informado.

Para as fases I e II, repassados no dia 01 de agosto de 2020, o mesmo meio de divulgação informou que nenhum dos voluntários teve reações adversas, porém, sem o informativo da quantidade de voluntários e que a vacina induziu anticorpos fortes, com resposta imunológica celular alta. Confirmou que nenhum participante ficou infectado pelo vírus da COVID-19 o os pesquisadores obtiveram resultados satisfatórios com o estudo da manipulação da proteína S presente no vírus (SPUTNIK VACCINE, 2021).

Neste meio tempo, no dia 11 de agosto de 2020, o Ministério de Saúde Russo aprovou o uso emergencial da vacina com registro formal no país, com o nome de Sputnik V e com o slogan da "primeira vacina registrada contra a COVID-19". Posteriormente, no dia vinte e cinco de agosto de 2020 iniciou a fase III com o teste em 31.000 voluntários (SPUTNIK VACCINE, 2020; 2021).

Com isto, percebeu-se que Vladimir Putin acelerou o processo de aprovação da vacina mesmo sem o fechamento formal da fase III, o que foi contestado por países ao redor do mundo. Além disso, o nome escolhido para vacina causou cautela política no cenário internacional, visto que remetia à corrida espacial durante a guerra fria entre União Soviética e os Estados Unidos, com o primeiro satélite russo (Sputnik I) lançado à orbita em 1957 (COHEN, 2020; BURKI, 2020; RENEAU, 2021).

Para a fase III, que em comparação com as fases anteriores foi a que repassou um maior número de dados científicos, mostrou-se um alto nível de segurança, segundo o governo russo. Os pesquisadores obtiveram 98% de resposta imune humoral (resposta somada dos anticorpos e da imunidade celular), 100% de resposta imune celular isolada (indicativo de longo prazo), presença de anticorpos mais eficientes em quem tinha tomado a vacina em comparativo a pessoas que contraíram a doença socialmente (de 1,3 a 1,5 vezes maiores), e eficácia de 91,8% em idosos. (SPUTNIK VACCINE, 2021; CARNEIRO; NETO, 2021).

Para a etapa final da fase III, numa amostragem de 19.886 voluntários, após todos receberam as duas doses da vacina, houveram apenas 78 casos de voluntários que contraíram a COVID-19 sem ligação direta com a vacina (0,39% da amostragem). Dos demais casos adversos apresentados, 94% estavam associados a sintomas da gripe comum. Além disso, nenhum dos voluntários apresentou alergia grave ou choque anafilático (SPUTNIK VACCINE, 2021).

Com todos esses resultados, os pesquisadores russos chegaram à conclusão que a vacina era eficaz em 91,6%, com a divulgação no dia dois de fevereiro de 2021 (SPUTNIK VACCINE, 2021; FRANCO, 2021).

Tais desdobramentos de pesquisa da vacina, com a aprovação precoce da Sputnik V, o próprio nome escolhido e a ausência detalhada do processo dos testes iniciais da vacina, com alegação do governo russo em proteção à patente da substância única presente na Sputnik V, fez com que a Federação Russa recebesse críticas diretas da comunidade internacional, alegando desconfiança e uso de questões políticas no âmbito sanitário pandêmico mundial (COHEN, 2020; BURKI, 2020; MAHASE, 2020).

Na próxima seção aplicou-se a ferramenta do *process tracing* para entendimento das questões geopolíticas de Vladimir Putin, com o posicionamento do governo russo frente à sua vacina Sputnik V.

Aplicação do Process Tracing (PT) e as Motivações Políticas Russas à COVID-19

O *process tracing* (*PT*), como ferramenta metodológica, é utilizado na pesquisa científica como maneira de proporcionar, compreender e analisar empiricamente as percepções e preferências do objeto de estudo verificado, ou os propósitos, valores e objetivos dos atores avaliados, mediante as situações que são verificadas pelo pesquisador. Conseguinte, o *process tracing* auxilia o pesquisador a investigar, por uma sequência causal, o que os atores almejam (VENESSON, 2008; SIMON, 1985).

Desta forma, por meio de uma cadeia de eventos explicativos, o *PT* contribui para o entendimento de um fenômeno buscando a origem do problema, levando a um resultado específico, via análise da observação de processos causais, descrição e sequência dos mecanismos causais (BENNETT; CHECKEL, 2012; BEACH, 2016).

Para o estudo, tomaram-se como base seis vacinas para comparativo e análise de sequência causal: Sputnik V, Coronavac, Oxford, Pfizer, Moderna e Janssen. As variáveis selecionadas perpassam a data da aprovação nos países de origem da P&D, a eficácia imunológica, tecnologia viral adotada, país originário da vacina, quantidade de doses e empresa/instituto que financiou os estudos da vacina.

Em análise aos documentos oficiais de divulgação da Federação Russa com a aprovação rápida de sua vacina, a Sputnik V, e o posicionamento de Vladimir Putin após os desdobramentos políticos que esta decisão acarretou nos âmbitos doméstico e internacional, o *PT* foi aplicado como forma de investigar a posição geopolítica da Rússia pelo âmbito da saúde pública asiática, como forma de investigar os mecanismos causais políticos no desenvolvimento e distribuição da vacina (SPUTNIK VACCINE, 2021; MINZDRAV, 2020).

Mediante as variáveis indicadas anteriormente e o mecanismo causal que será examinado pela ferramenta metodológica, segue tabela abaixo a aplicação do *process tracing*, partindo do referencial inicial a data de aprovação das vacinas e seus desdobramentos.

Das seis vacinas aqui exposta na Tabela 4, quatro são de Estados ocidentais centrais (Pfizer - EUA/UE; Moderna –EUA; Janssen – EUA; Oxford - Reino Unido), e apenas duas de origem asiáticas (Coronavac – China; Sputnik V - Rússia).

Como pode ser observado, a data de registro da Sputnik V foi formalmente aprovada pelo Ministério de Saúde Russo em onze de agosto de 2020, três meses antes da primeira vacina norte americana ser aprovada pelo órgão FDA (*Food and Drug Administration*) (FDA, 2020; MINZDRAV, 2020).

Cabe destacar que a aprovação estatal russa foi registrada antes mesmo da finalização da fase III da Sputnik V, o que indica um interesse político de Vladimir Putin na busca pela autonomia do país no cenário internacional pelo âmbito da saúde pública (SPUTNIC VACCINE, 2021).

Tabela 4 - Aplicação do Process Tracing - Vacinas contra COVID-19

Data aprovação	Vacina	Empresa/Instituto	País de origem	Tecnologia V.I.	Eficácia (%)	Doses (ds)
11/08/2020	Sputnik V	Instituto Gamaleya	Federação Russa	Adenovírus	91,60%	2 ds
11/12/2020	Pfizer (EUA)	Farmac. Pfizer e BioNtech	Estados Unidos	mRNA	95,00%	2 ds
18/12/2020	Moderna	Moderna Therapeutics	Estados Unidos	mRNA	94,10%	2 ds
21/12/2020	Pfizer (UE)	Farmac. Pfizer e BioNtech	União Europeia	mRNA	95,00%	2 ds
30/12/2020	Oxford	Universidade de Oxford e Farmac. AstraZeneca	Reino Unido	Adenovírus	62,00%	2 ds
06/02/2021	Coronavac	Sinovac Biotech	China	Vírus Inativado	50,38%	2 ds
27/02/2021	Janssen	Johnson & Johnson	Estados Unidos	Adenovírus	66,00%	1 ds

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: FIOCRUZ (2020); REUTERS (2020; 2021); FDA (2020); *SPUTNIK VACCINE* (2021).

Nota: V.I.: Vetor Imunológico; P.O.: País de Origem; mRNA: RNA mensageiro.

Em destaque da necessidade de aprovação emergencial para imunização da população, Putin buscou dar o pontapé inicial na corrida imunológica e deixar a Federação Russa em evidência no mundo (JONES; ROY, 2021).

Esta medida do governo russo em sair à frente com primeiro registro formal da vacina foi recebida por diversas críticas nos veículos de comunicação de outros países, em sua maioria apoiados pelas diretrizes que a OMS propunha até então para elaboração e distribuição de vacinas no mundo (BURKI, 2020; GUPTA, 2021; MAHASE, 2020; OMS, 2020).

Os principais críticos adotavam discurso de dúvida, incredulidade, caso isolado ou até mesmo ceticismo com o registro da Sputnik V, como pode ser verificado no posicionamento dos Estados Unidos e União Europeia, que consequentemente fez com que o Vladimir Putin sofresse pressões externas para divulgar os processos e resultados dos testes iniciais da Sputnik V (pré-clínico e fases I e II), o que não ocorreu (BURKI, 2020; GUPTA, 2021; MAHASE, 2020; BARANIUK, 2021; GEL'MAN, 2021).

A própria nomenclatura escolhida para batizar a vacina, Sputnik V, foi duramente criticada pelos veículos de comunicação dos Estados Unidos e União Europeia, por remeter à corrida espacial que sobreveio durante a guerra fria, visto que os satélites Sputnik I ao IV tinham sido submetidos com este propósito (BURKI, 2020; MAHASE, 2020; BARANIUK, 2021).

Em defesa, o governo russo explicou que se tratava de proteção da patente da substância da vacina e, por este motivo, não iria divulgar as pesquisas científicas iniciais, desencadeando mais uma vez pressões externas ao governo, em que Putin não cedeu (SPUTNIK VACCINE, 2021; MINZDRAV, 2020).

Para divulgação da vacina e dar maior robustez e legitimidade a ela, foi criado um *site* chamado *Sputnik Vaccine*, para informar o processo de elaboração da Sputnik V, sobre os testes realizados (em sua maioria vago para os testes iniciais e maior ênfase apenas na fase III), bem como o detalhamento do Instituo Gamaleya e a importância do centro de pesquisa e desenvolvimento farmacêutico russo, o contato com imprensa, mural de notícias e principais parcerias internacionais (SPUTNIK VACCINE, 2021).

Interessante ressaltar sobre o informativo de parcerias descritas oficialmente pelo governo russo, em que se destacam os países: Índia, Coreia do Sul, Brasil, China, Arábia Saudita, Turquia, Belarus, Emirados Árabes Unidos e Venezuela. Dos países citados,

não há ligação direta com os Estados Unidos ou a União Europeia, mas sim conexões de parcerias estratégicas que Vladimir Putin adotou ao longo de seus governos, desde que assumiu a presidência em 2000 (SPUTNIK VACCINE, 2021; MINZDRAV, 2020).

Importante destacar o termo parceria estratégica acima mencionada, como "contratos firmados entre parceiros, em que são sugeridos acordos de desenvolvimento conjunto de produtos, pactos de pesquisa conjunta, acordos mútuos de licenciamento e contratos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)" (KLOTZLE, 2002, p. 89).

O BRICS[13], OCX (Organização apara Cooperação de Xangai), OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) e a OTSC (Organização do Tratado de Segurança Coletiva), por exemplo, são blocos/organizações internacionais que a Rússia faz parte, de cunho comercial e/ou securitivo, e concomitantemente os países citados anteriormente estão inseridos, em um ou mais blocos/organizações aqui presentes (ONU, 2021; SCO, 2021; IBP, 2021; CSTO, 2021).

Isto demonstra um alinhamento político do governo russo com seus interesses de agenda estratégica, independentemente da natureza da relação da Rússia com os demais países, e a elaboração da vacina russa fortalece o entendimento de parceria estratégica com os Estados citados (ÅSLUND, 2020).

Neste sentido, especificamente sobre a posição geopolítica no tabuleiro internacional, a Rússia apresenta-se de forma pragmática, devido a pluralidade de parcerias estratégicas que o governo assumiu durante a liderança de Vladimir Putin, seja no mercado energético (petróleo e gás natural), mercado de armamentos, pesquisa e desenvolvimento nuclear, securitivo ou do

[13] Bloco comercial internacional formado por Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul (InfoBRICS, 2021).

âmbito da saúde (pública e privada), foco da presente análise (ÅSLUND, 2020; LAZARUS, 2020).

A reinserção da Rússia no cenário internacional, segundo especialistas, vem ocorrendo gradualmente desde que Vladimir Putin assumiu o poder em 2000, e é possível visualizar as investidas geopolíticas de Putin em nível regional, como é o caso de sua participação securitiva e do mercado energético na Ásia Central, na China, Emirados Árabes Unidos e Índia, além do envolvimento direto nos conflitos ocorridos na Geórgia (2008), Ucrânia e anexação da Crimeia (2014-2021) e contenção de grupos terroristas na Ásia Central (NICHOL, 2012; RUSSIAN FEDERATION, 2008; 2013; 2019).

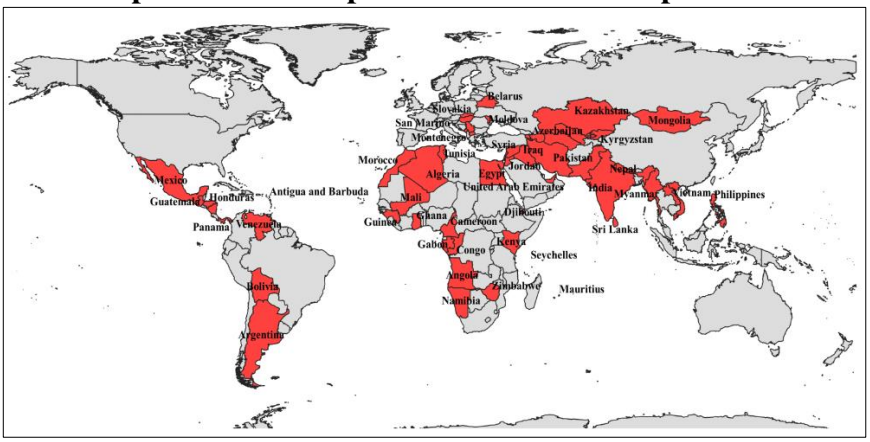
Adiante, devido ao quadro pandêmico que a COVID-19 acarretou ao longo de 2020 e ainda vem acontecendo em 2021, a Rússia ter interesse em sair na frente dos demais países com a primeira vacina registrada no mundo em combate ao vírus, demonstra interesse de influência política e demonstração de poder instrumentalizado pela criação da Sputnik V.

Com o intuito de promover e exportar a Sputnik V para países parceiros, a Rússia já conseguiu fechar parcerias comerciais com sua vacina em mais de sessenta países. Em ordem alfabética: Argélia, Angola, Antígua e Barbuda, Argentina, Armênia, Azerbaijão, Bahrein, Belarus, Bolívia, Bósnia, Camarões, Cazaquistão, Congo, Djibuti, Egito, Emirados Árabes, Eslováquia, Filipinas, Honduras, Gabão, Gana, Guatemala, Guiné, Guiana, Hungria, Índia, Irã, Iraque, Jordânia, Laos, Líbano, Macedônia do Norte, Mali, Marrocos, Ilhas Maurício, México, Mianmar, Moldávia, Mongólia, Montenegro, Namíbia, Nepal, Nicarágua, Paquistão, Autoridade Palestina, Panamá, Paraguai, Quênia, Quirguistão, San Marino, São Vicente e Granadinas, Sérvia, Ilhas Seychelles, Síria, Sri Lanka, Tunísia, Turcomenistão, Uzbequistão, Venezuela, Vietnã, Zimbábue (STATISTA, 2021).

Segundo o governo russo, as unidades das doses da Sputnik V custarão menos de US$ 10,00 dólares (cerca de £ 7,2 libras e € 8,4 euros), o que insere competitividade comercial com as outras vacinas ocidentais (BARANIUK, 2021).

Abaixo segue mapa com detalhamento espacial:

Mapa 1 - Países Importadores da vacina Sputnik V



Fonte: Elaboração própria (STATISTA, 2021, via ferramenta QGIS).

Em análise ao mapa acima, uma grande concentração de importadores é do continente asiático, com países que a Rússia já possui parcerias estratégicas comerciais em desenvolvimento há um bom tempo, desde que Vladimir Putin assumiu o poder na virada do século. Podem ser citados os países da Ásia Central (Cazaquistão, Azerbaijão, Quirquistão, por exemplo), além de Índia, Filipinas, Paquistão, Iraque, dentre outros. Neste quesito, a Rússia apresenta interesse em influência política na Ásia, instrumentalizado pelo âmbito da saúde.

Na relação dos países, o Brasil ainda não se encontra na listagem, e isto ocorreu devido a à ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) não ter aprovado o uso da Sputnik V em território nacional, alegando que o Estado russo não repassou dados satisfatórios em relatório sobre a vacina para sua aceitação. Antecipadamente, todos os governadores do nordeste uniram-se para compra de 37 milhões de doses da Sputnik V, obedecendo a uma agenda previamente estabelecida de recebimento, mas como a ANVISA não autorizou sua compra e distribuição, a negociação encontra-se pendente (ANVISA, 2021).

Voltando a atenção a tabela do *process tracing*, existe a indicação sobre a tecnologia adotada pelos países para elaboração das vacinas com vetores imunológicos. Cabe um detalhamento sobre o P&D e a influência da tecnologia para exportação da vacina.

Ao todo, destacam-se três tipos em relação à amostragem aplicada no *PT*: vírus inativado, adenovírus e o mRNA. Cada uma delas visa uma resposta imunológica ao organismo, porém com preparatório vetorial diferenciado.

Para o Vírus inativado, como é utilizado pela Coronavac, o vírus da COVID-19 é cultivado em células de origem animal ou vegetal, proporcionando a sua multiplicação em cadeia. Após um período de cultivo deste vírus, ele é inativado por uso de produtos químicos ou calor, para só assim ser utilizado como substância na fabricação de vacinas (HOLM; POLAND, 2021; KHURANA *et al.*, 2021; WU *et al.*, 2021; ZAVAGLIA; BASTIANELLO, 2020).

Para o adenovírus, presente na Sputnik V, Oxford e Janssen, este por sua vez utiliza o vetor de manipulação de outro vírus para carregar o material genético da COVID-19 (contendo a proteína S presente no Corona Vírus). O adenovírus está associado ao vírus que causa resfriados leves em sua essência, e com a manipulação do material genético após a fusão com o vírus da COVID-19, os

pesquisadores inativam o adenovírus para não causar infecção e provocar apenas resposta imunológica no organismo (HOLM; POLAND, 2021; KHURANA *et al.*, 2021; WU *et al.*, 2021; ZAVAGLIA; BASTIANELLO, 2020).

Por fim, o mRNA ou RNA mensageiro, presente nas vacinas Pfizer e Moderna, os pesquisadores manipulam a sequência no RNA celular para introduzir uma nova mensagem às células do organismo (o mRNA). Esta inserção de sequência do mRNA no organismo é identificada pelo código específico do antígeno viral, gerando uma resposta imunológica e defesa do corpo. Posteriormente, caso o vírus real entre no organismo, as células já possuirão uma memória imunológica para combater o antígeno agressor, por já conhecer seu mRNA (HOLM; POLAND, 2021; KHURANA *et al.*, 2021; WU *et al.*, 2021; ZAVAGLIA; BASTIANELLO, 2020).

Tanto o uso do adenovírus quanto do mRNA são tecnologias de alto nível científico em pesquisas da área da saúde, e a utilização de uma delas pelo Instituto Gamaleya demonstra o domínio de uma tecnologia avançada para elaboração, produção e distribuição da vacina russa, o que corrobora expertise na pesquisa e desenvolvimento (P&D) russo.

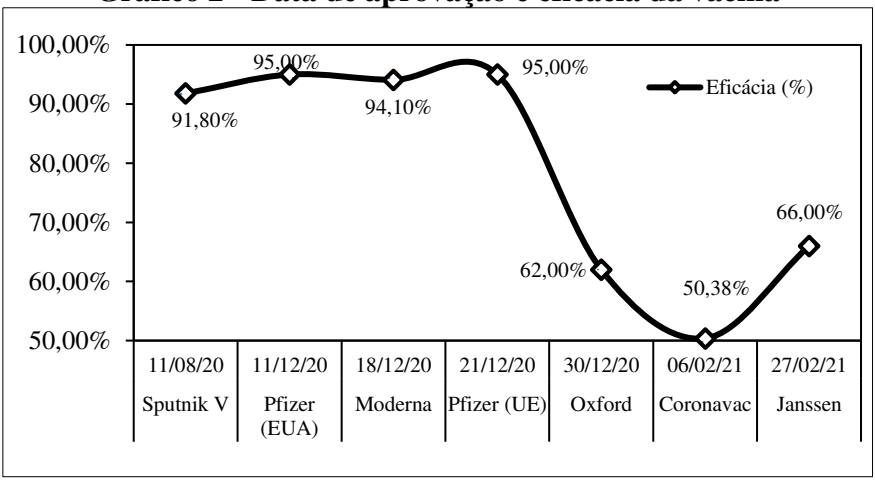
Cabe também citar a necessidade de duas doses da Sputnik V. Como é previsto pelas demais vacinas citadas na Tabela 4 (com exceção da Janssen, que é apenas uma dose), a aplicação de duas doses da vacina garante uma maior resposta imunológica e, consequentemente, maior defesa do organismo contra o vírus. A eficácia da Sputnik V para duas doses é de 91,6% (SPUTNIKL VACCINE, 2021; MINZDRAV, 2020; FRANCO, 2021).

Apenas para cunho informativo, já existe uma variante da Sputnik V, também desenvolvida pelo Instituto Gamaleya, a *Sputnik Light*, que também foi aprovada pelo Ministério de Saúde Russo, no dia seis de maio de 2021. Esta nova variante precisa de apenas uma

dose, porém sua eficácia é de 79,4%, que em comparativo com a primeira vacina criada, possui uma eficácia menor (MINZDRAV, 2021).

Abaixo segue um comparativo das seis vacinas apresentadas no *PT* e sua distribuição temporal, com porcentagens da eficácia:

Gráfico 2 - Data de aprovação e eficácia da vacina



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: FIOCRUZ (2020); REUTERS (2020; 2021); FDA (2020), *SPUTNIK VACCINE* (2021).

Em análise ao Gráfico 2, estatisticamente, as principais vacinas que disputam uma maior eficácia com a Sputnik V acima de 90% são duas, a Pfizer (parceria entre Estados Unidos e Alemanha/UE) e a Moderna (também de origem norte americana). Com isto, percebe-se que pela visão política russa, há um esforço maior de competição com potências mundiais pela maior eficácia de uma vacina imunizante contra a COVID-19.

Além disso, ter aprovação do registro de uso emergencial da Sputnik V três meses antes que a Pfizer conseguir o mesmo em solo norte americano reflete internacionalmente a proposta da Rússia numa geopolítica participativa e de busca de liderança no âmbito da saúde, de forma instrumentalizada.

Como consequência, este posicionamento geopolítico e estratégico russo resultou em um efeito positivo com relação à relevância da Sputnik V ao redor do mundo, passando da casa dos bilhões de unidades de vacinas produzidos/comercializadas. Em números, os pedidos diretos da Sputnik V ao Estado russo, para produção e comercialização, somam-se 325,49 milhões de vacinas, enquanto que as negociações da vacina aos países importadores para realizarem a produção e distribuição em seu próprio território somam-se 3,386 bilhões de vacinas, destacando-se neste grupo Coreia do Sul, Índia, China e Egito (STATISTA, 2021).

Em suma, mesmo que a Federação Russa tenha registrado previamente a Sputnik V para uso emergencial, provocado atores internacionais com a escolha da nomenclatura da vacina e sofrido pressões internacionais conseguintemente, o mecanismo de P&D, fabricação e distribuição comercial da Sputnik V surtiu um efeito positivo ao governo russo, visto que sua eficácia alta e uma taxa de exportação elevada do produto, instrumentalmente, a vacina resultou em um aparato geopolítico de influência e demonstração de poder de relevância internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve como finalidade a investigação da posição geopolítica da Federação Russa no âmbito da saúde pública asiática no desenvolvimento e distribuição da vacina Sputnik V, com a

hipótese central que devido à corrida imunológica para criação de vacinas contra a COVID-19, a Federação Russa utilizou o interesse geopolítico no continente asiático para acelerar a disponibilização da vacina Sputnik V e conter a influência ocidental na Ásia pelo âmbito da saúde pública.

Após análise da criação da vacina Sputnik V e aplicação do *process tracing* nas categorias indicadas, verificou-se que houve sim interesse geopolítico na corrida imunológica contra a COVID-19 pelo âmbito da saúde pública.

Algumas categorias foram utilizadas no *process tracing* para análise do mecanismo causal proposto no artigo, partindo da data de aprovação, bem como a vacina desenvolvida, país de origem, instituto de P&D, vetor tecnológico utilizado, eficácia (%) e quantidade de doses.

Especificamente na geopolítica regional e global, fica evidente que os principais adversários políticos da Rússia na corrida imunológica são os Estados Unidos e a União Europeia, em comparativo com as vacinas selecionadas na aplicação analítica via *process tracing*.

O interesse geopolítico russo é perceptível por causa de alguns fatores: a) na escolha do nome da vacina (Sputnik V), que foi questionada pelos governos dos Estados Unidos e países pertencentes da União Europeia, b) antecipação de aprovação do registro da vacina pelo governo russo, antes da finalização da fase III, c) competitividade no domínio da tecnologia vetorial em manipulação do adenovírus pelo Instituto Gamaleya, d) alta eficácia de resposta imunológica (acima de 90%) e competitividade com vacinas desenvolvidas no ocidente, e) competitividade de valor comercial da Sputnik V (menos de U$ 10,00 dólares a dose), e f) exportação da vacina para parceiros estratégicos da Rússia que já

possuem abertura com o país em outras áreas comerciais (seja energético, bélico ou em P&D).

O último elemento aqui exposto, especificamente, passa da casa dos bilhões de unidades comercializadas da Sputnik V, e com parcerias estratégicas de origem asiática em sua maioria, o que denota aceitação de consumo alta. No total, mais de sessenta países já incorporaram a utilização da vacina russa e este número pode aumentar a medida que os governos dos demais países autorizem sua utilização.

Em suma, mediante as características expostas sobre a geopolítica russa, pelo mecanismo causal do *process tracing*, destaca-se o papel de Vladimir Putin como governante ativo nesta esfera política como liderança estratégica do país para uma maior relevância no cenário regional e/ou internacional, como foi o caso da criação da vacina Sputnik V.

Uma maior participação russa no tabuleiro geopolítico internacional denota intenção em liderança, que já era observado no setor energético e bélico, e no presente momento da pandemia da COVID-19, é instrumentalizado politicamente pelo governo russo para maior participação em combate ao vírus e, conseguintemente, maior competitividade em relevância na temática da saúde, seja a nível regional asiático ou internacional.

REFERÊNCIAS

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Ministério da Saúde. **Anvisa não aprova importação da vacina Sputnik V**. Brasília: MS, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br> Acesso em: 11/05/2021.

ÅSLUND, A. "Respostas Responses to the COVID-19 crisis in Russia, Ukraine, and Belarus". **Eurasian Geography and Economics**, vol. 61, June, 2020.

BARANIUK, C. "COVID-19: What do we know about Sputnik V and other Russian vaccines?". **BMJ**, vol. 372, n. 743, 2021.

BARROS, A. M. R. "Modelos matemáticos de equações diferenciais ordinárias aplicados à epidemiologia". **Revista de Ciências Exatas e Tecnologia**, vol. 2, n. 2, 2007.

BEACH, D. "It's all about mechanisms–what process-tracing case studies should be tracing". **New Political Economy**, vol. 21, n. 5, 2016.

BELETE, Tafere Mulaw. Review on up-to-date status of candidate vaccines for COVID-19 disease. **Infection and Drug Resistance**, vol. 14, 2021.

BENNETT, A; CHECKEL, J. T. "Process Tracing: From Philosophical Roots to Best Practices". *In:* BENNETT, A; CHECKEL, J. T. (eds.). **Process Tracing**: from Metaphor to Analytic Tool. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. "Info-BRICS". **BRICS**, [2021]. Disponível em: <https://infobrics.org> Acesso em: 11/05/2021.

CARNEIRO, A. V.; NETO, S. "ISBE Newsletter nº 86: Vacinas preventivas da COVID-19 (VI): análise de eficácia e segurança da vacina Sputnik V (Gam-COVID-Vac) num ensaio clínico fase 3". **ISBE Newsletter**, n. 86, fevereiro, 2021.

COHEN, J. “Russia's claim of a successful COVID-19 vaccine doesn't pass the ‘smell test,’critics say”. **Portal Eletrônico Science** [11/11/2020]. Disponível em: <https://www.sciencemag.org> Acesso em 11/05/2021.

CSTO - Collective Security Treaty Organization. **Организация Договора о коллективной безопасности**. Moscou: CSTO, 2021. Disponível em: <http://www.odkb.gov.ru>. Acesso em: 11/05/2021.

FDA - U.S. Food and Drug Administration. “FDA Takes Additional Action in Fight Against COVID-19 by Issuing Emergency use Authorization for Second COVID-19 Vaccine”. **FDA** [18/12/2020]. Disponível em: < https://www.fda.gov>. Acesso em: 11/05/2021.

FDA - U.S. Food and Drug Administration. “Janssen COVID-19 Vaccine”. **FDA** [2020]. Disponível em: < https://www.fda.gov>. Acesso em: 11/05/2021.

FIOCRUZ - Fundação Oswald Cruz. “COVID-19: vacina de Oxford-AstraZeneca é aprovada no Reino Unido”. **FIOCRUZ** [04/01/2021]. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br>. Acesso em: 11/05/2021.

FRANCO, J. V. A. “Datos interinos indican que la vacuna Sputnik V sería efectiva y segura para la prevención de COVID-19”. **Evidencia, actualizacion en la práctica ambulatoria**, vol. 24, n. 1, 2021.

GEL'MAN, V. “Sputnik V: one more" success story". **University of Helsinki** [04/03/2021]. Disponível em: <https://researchportal.helsinki.fi>. Acesso em: 11/05/2021.

GUPTA, N. *et al*. “COVID-19—A Sputnik Moment to Revitalize Oscillometry”. **Indian Journal of Pediatrics**, vol. 88, n. 6, 2021.

HOLM, M. R.; POLAND, G. A. "Critical aspects of packaging, storage, preparation, and administration of mRNA and adenovirus-vectored COVID-19 vaccines for optimal efficacy". **Vaccine**, vol. 39, n. 3, 2021.

IBP - Instituto Brasileiro de Petróleo. "IBP: O representante do setor de petróleo e gás". **IBP** [2021]. Disponível em: < https://www.ibp.org.br>. Acesso em: 11/05/2021.

JONES, I; ROY, P. "Sputnik V COVID-19 vaccine candidate appears safe and effective". **The Lancet**, vol. 397, n. 10275, 2021.

KHURANA, A. *et al*. "Role of nanotechnology behind the success of mRNA vaccines for COVID-19". **Nano Today**, vol. 38, June, 2021.

KLOTZLE, M. C. "Alianças estratégicas: conceito e teoria". **Revista de Administração Contemporânea**, vol. 6, n. 1, 2002.

LAZARUS, J. V. *et al*. "A global survey of potential acceptance of a COVID-19 vaccine". **Nature Medicine**, vol. 27, October, 2020.

LEE, B. Y. *et al*. "The value of decreasing the duration of the infectious period of severe acute respiratory syndrome coronavirus 2 (SARS-CoV-2) infection". **PLoS Computational Biology**, vol. 17, n. 1, 2021.

MINZDRAV - Ministério da Saúde Russo. "O Ministério da Saúde da Rússia registrou a primeira vacina do mundo contra COVID-19 (Минздрав России зарегистрировал первую в мире вакцину от COVID-19)". **MINZDRAV** [11/08/2020]. Disponível em: <https://minzdrav.gov.ru>. Acesso em: 11/05/2021.

MINZDRAV - Ministério da Saúde Russo. O Ministério da Saúde registrou a quarta vacina russa contra COVID-19 (Минздрав зарегистрировал четвертую российскую вакцину от COVID-19). **MINZDRAV** [06/05/2021]. Disponível em: <https://minzdrav.gov.ru>. Acesso em: 11/05/2021.

NICHOL, J. "Russia-Georgia conflict in August 2008: context and implications for US interests. Congressional Research Service". **Russia, China and Eurasia**, vol. 28, n. 1, 2012.

OMS - Organização Mundial da Saúde. "Como são as vacinas desenvolvidas?". **OMS** [08/12/2020]. Disponível em: <https://www.who.int>. Acesso em: 11/05/2021.

ONU - Organização das Nações Unidas. "United Nations in the Russian Federation". **ONU** [2021]. Disponível em: <http://www.unrussia.ru>. Acesso em: 11/05/2021.

RENEAU, A. "Background and Early History of Space Exploration". *In*: RENEAU, A. (ed.). **Moon First and Mars Second:** A Practical Approach to Human Space Exploration. New York: Springer, 2021.

REUTERS. "China approves Sinovac Biotech COVID-19 vaccine for general public use". **Reuters** [06/02/2021]. Disponível em: <https://www.reuters.com>. Acesso em: 11/05/2021.

REUTERS. "EU clears Pfizer COVID-19 vaccine for first inoculations". **Reuters** [21/12/2020]. Disponível em: <https://www.reuters.com>. Acesso em: 11/05/2021.

REUTERS. "U.S. FDA authorizes Pfizer COVID-19 vaccine for emergency use". **Reuters** [11/12/2020]. Disponível em: <https://www.reuters.com>. Acesso em: 11/05/2021.

RUSSIAN FEDERATION. MID - The Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation. “Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation. Approved by President of the Russian Federation V. Putin on 12 February 2013”. **MID** [2013]. Disponível em: <http://www.mid.ru>. Acesso em: 11/05/2021.

RUSSIAN FEDERATION. MID - The Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation. “Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation. “Foreign Minister Sergey Lavrov’s remarks at the presentation of the documentary collection, “Crimea in the development of Russia: history, politics and diplomacy. Documents from the Foreign Ministry’s archives". **MID** [23/04/2013]. Disponível em: <http://www.mid.ru>. Acesso em: 11/05/2021.

RUSSIAN FEDERATION. MID - The Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation. “Foreign Policy Concept of the Russian Federation. Approved by the President of the Russian Federation Dmitry Medvedev, President of Russia Official Web Portal”. **MID** [12/07/2008]. Disponível em: <http://www.mid.ru>. Acesso em: 11/05/2021.

RUSSIAN FEDERATION. President Vladimir Vladimirovitch Putin. “Meeting with Government members”. **Presidency of the Republic** [10/03/2020]. Disponível em: <http://en.kremlin.ru>. Acesso em 13/09/2021.

RUSSIAN FEDERATION. President Vladimir Vladimirovitch Putin. “Speech at State Duma plenary session”. **Presidency of the Republic** [21/03/2020]. Disponível em: <http://en.kremlin.ru>. Acesso em 13/09/2021.

RUSSIAN FEDERATION. President Vladimir Vladimirovitch Putin. “Telephone conversation with Italian Prime Minister

Giuseppe Conte". **Presidency of the Republic** [21/03/2020]. Disponível em: <http://en.kremlin.ru>. Acesso em 13/09/2021.

SCO - Shanghai Cooperation Organisation. "About us". **SCO** [2021]. Disponível em: <http://eng.sectsco.org>. Acesso em: 11/05/2021.

SHABIR, O. "O que é R0?". **News Medical - Life sciences** [16/02/2021]. Disponível em: <https://www.news-medical.net>. Acesso em: 11/05/2021.

SPUTNIK VACCINE. "About vaccine". **Sputnik Vaccine** [2021]. Disponível em: <https://sputnikvaccine.com>. Acesso em: 11/05/2021.

SPUTNIK VACCINE. "Clinical Trials". **Sputnik Vaccine** [2021]. Disponível em: <https://sputnikvaccine.com>. Acesso em: 11/05/2021.

SPUTNIK VACCINE. **Registro Estadual de Medicamentos**. **Certificado de Registro (Регистрационное удостоверение)**. Moscow: Sputnik Vaccine, 2020. Disponível em: <https://grls.rosminzdrav.ru>. Acesso em: 11/05/2021.

STATISTA. "Number of doses of the COVID-19 vaccine Sputnik V ordered from Russia or agreed to be produced abroad as of May 10, 2021, by country". **Statista** [2021]. Disponível em: <https://www.statista.com>. Acesso em: 11/05/2021.

VARGINA, V. "Sputnik V Vaccine as a Soft-Power Instrument of Russia. Russia. Journal of governance and politics". **School of governance and politics**. Moscow: MGIMO University. 2020. Disponível em: <https://sgpjournal.mgimo.ru/2020/2020-7/sputnik-

v-vaccine-soft-power-instrument-of-russia> Acesso em 11 mai. 2021.

VENNESSON, P. "12 Case studies and process tracing: theories and practices". In: PORTA, D. D.; KEATING, M. (eds.). **Approaches and methodologies in the social sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

WU, Z. *et al*. "Safety, tolerability, and immunogenicity of an inactivated SARS-CoV-2 vaccine (CoronaVac) in healthy adults aged 60 years and older: a randomised, double-blind, placebo-controlled, phase 1/2 clinical trial". **The Lancet Infectious Diseases**, vol. 21, n.6, 2021.

ZAVAGLIA, A. BASTIANELLO, R. T. **Glossário de termos ligados à COVID-19 = Glossaire des termes liés á la COVID-19**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES

Alexandre César Cunha Leite é graduado em Economia. Especialista pós-graduado em Relações Internacionais. Mestre em Economia Política. Doutor em Ciências Sociais e Relações Internacionais. Professor da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail para contato: alexccleite@gmail.com

Angelita Matos Souza é bacharel em Ciências Sociais. Mestre em Ciência Política e doutora em Economia (História Econômica) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Campus de Rio Claro. E-mail para contato: matos.souza@unesp.br

Arthur Mastroiani Máximo de Lucena é bacharel em Relações Internacionais. Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail para contato: arthurmastroiani@gmail.com

Carlos Eduardo Valle Rosa é Coronel da Reserva da Força Aérea Brasileira. Graduado em História. Mestre em Ciências Aeroespaciais. Doutor em Geografia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Aeroespaciais da Universidade da Força Aérea (UNIFA). E-mail para contato: eduvalle80@hotmail.com

SOBRE OS AUTORES

Elói Martins Senhoras é economista, cientista político e geógrafo, especialista, mestre, doutor e *post-doc* em Ciências Jurídicas. Pesquisador do *think tank* IOLEs e professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Website: www.eloisenhoras.com. E-mail para contato: eloisenhoras@gmail.com

Gleydson Gonzaga de Lucena é professor efetivo da rede pública de ensino do Distrito Federal. Graduado e mestre em Geografia. Especialista pós-graduado em Educação. Doutorando em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail para contato: gleydson_lucena@hotmail.com

Glória Maria Vargas Lopez de Mesa é graduada em Biologia pela Universidad de Los Andes (UNIANDES). Mestre e doutora em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Universidade de Brasília (UnB). E-mail para contato: yoya@unb.br

Jonathan Christian Dias dos Santos é graduado em Geografia. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail para contato: jonathan_christian95@hotmail.com

SOBRE OS AUTORES

Marcos Antonio Fávaro Martins é graduado em Geografia. Mestre e doutor em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor da Universidade Paulista (UNIP). E-mail para contato: marcosfavaro84@gmail.com

Marcos de Lima Gomes é graduado em Agronegócio e em Geografia. Especialista pós-graduado em Educação em Tempo Integral. Mestre em Geografia. Professor substituto da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Email para contato: mlgmarcos@hotmail.com

Paulo Cezar de Lima Gomes é bacharel em Segurança Pública pela Universidade Estadual de Roraima (UERR) e em Direito pela Faculdade Cathedral. Especialista pós-graduado em Segurança Pública e Cidadania pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail para contato: paulocezarcaveira15@hotmail.com

Rildo Borges Duarte é graduado em Geografia. Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), Campus Passos. E-mail para contato: rildo.duarte@ifsuldeminas.edu.br

SOBRE OS AUTORES

Vinicius Modolo Teixeira é geógrafo e professor da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) em programas de graduação e pós-graduação. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail para contato: vinicius.teixeira@unemat.br

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimode 50 laudas. O texto deverá estarobrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2022

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2022